UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

NEURI ELIEZER SENGER

EDUCAÇÃO POPULAR E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE AUTOGESTÃO NA COOPERTAN (COOPERATIVA DE PRODUÇÃO DE MATERIAL RECICLÁVEL DE TANGARÁ DA SERRA)

CÁCERES-MT
2024

NEURI ELIEZER SENGER

EDUCAÇÃO POPULAR E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE AUTOGESTÃO NA COOPERTAN (COOPERATIVA DE PRODUÇÃO DE MATERIAL RECICLÁVEL DE TANGARÁ DA SERRA)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador professor Dr. Sandro Benedito Sguarezi

CÁCERES-MT

2024

© by Neuri Elliezer Senger, 2024.

Ficha catalográfica elaborada pela Supervisão de Bibliotecas da UNEMAT
Catalogação de Publicação na Fonte. UNEMAT - Unidade padrão

Senger, Neuri Eliezer.
Educação popular e práticas pedagógicas de autogestão na Coopertan (Cooperativa de Produção de Material Reciclável de Tangará da Serra) / Neuri Eliezer Senger. - Cáceres, 2024.
89f.: il. il.

Universidade do Estado de Mato Grosso "Carlos Alberto Reyes Maldonado", Educação/CAC-PPGEDU - Cáceres - Mestrado Academico, Campus Universitário De Cáceres "Jane Vanini".
Orientador: Dr. Sandro Benedito Sguarezi.

1. Educação Popular. 2. Autogestão. 3. Coopertan. I. Sguarezi, Sandro Benedito, Dr. II. Título.

UNEMAT / MT-SCB CDU 37:658(817.2)

NEURI ELIEZER SENGER

EDUCAÇÃO POPULAR E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE AUTOGESTÃO NA COOPERTAN (COOPERATIVA DE PRODUÇÃO DE MATERIAL RECICLÁVEL DE TANGARÁ DA SERRA)

Dissertação de Mestrado aprovada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso, para obtenção do título de Mestre em Educação.

BANCA EXAMINADORA

_____

Dr. Sandro Bendito Sguarezi (Orientador – PPGEdu/UNEMAT)

_____

Dr. José Jaconias da Silva (Membro Externo – PROFIAP/UFMT)

_____

Dra. Loriége Pessoa Bittencourt (Membro Interno – PPGedu/UNEMAT)

_____

Dra. Janaina Santana da Costa – UFT (Suplente – Membro Externo)

_____

Dr. Laudemir Luiz Zart (Suplente - Membro Interno – PPGedu/UNEMAT)

APROVADA EM: 26 de Novembro de 2024.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO EM EDUCAÇÃO

ATA DE APRESENTAÇÃO PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas, realizou-se por meio de videoconferência do Mestrado em Educação/UNEMAT (https://meet.google.com/rrc-rhha-shv), a banca de Apresentação Pública de Dissertação de Mestrado de **NEURI ELIEZER SENGER** intitulada: **"Educação Popular e práticas pedagógicas de autogestão na COOPERTAN (Cooperativa de produção de material reciclável de Tangará Da Serra)"**, sob orientação do Prof, Dr, Sandro Benedito Sguarezi. A Banca foi constituída pela Profª. Drª. Loriége Pessoa Bitencourt, coordenadora do PPGEdu à qual presidiu a mesma por razões de Licença para Atividade Política do professor orientador, pelo Prof. Dr. José Jaconias da Silva (Avaliador Externo), pelo Prof. Dr. Laudemir Luiz Zart (Avaliador Interno) e Profª Drª. Janaina Santana da Costa (Avaliadora Externo). Após apresentação do discente e arguição dos membros da banca o trabalho foi considerado **APROVADO**, devendo o mestrando proceder às adequações recomendadas pela banca. Ao final foi lavrada a presente ata, que segue assinada por mim, Prof. Dra. Loriége Pessoa Bitencourt e pelos demais membros da banca examinadora.

Observações da Banca Examinadora: Recomenda-se considerar as observações registradas pelos docentes avaliadores nos pareceres e nas versões digitais da dissertação reencaminhadas – relacionando-as com as observações oralizadas no momento das arguições que foram gravadas e compartilhadas. A banca reconhece a importância e qualidade do tema da pesquisa desenvolvida e apresentada por este relatório, e indica publicação em periódicos científicos e livros.

gov.br Documento assinado digitalmente
LORIEGE PESSOA BITENCOURT
Data: 16/08/2024 12:47:25-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profª. Drª. Loriége Pessoa Bitencourt
(Coordenadora PPGEdu e Presidente da Banca)
Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT

gov.br Documento assinado digitalmente
JANAINA SANTANA DA COSTA
Data: 25/08/2024 14:09:10-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profª. Drª. Janaina Santana da Costa
(Avaliadora Externo)
Universidade Federal do Tocantis (UFT)

gov.br Documento assinado digitalmente
JOSE JACONIAS DA SILVA
Data: 16/08/2024 13:01:59-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. José Jaconias da Silva
(Avaliador Externo)
Universidade Federal do Mato Grosso

gov.br Documento assinado digitalmente
LAUDEMIR LUIZ ZART
Data: 16/08/2024 12:51:41-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Laudemir Luiz ZArt
(Avaliador Interno)
Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação a meus pais Elgo Genor Senger (in memoriam) e minha mãe Ilma Jandrei Senger (in memorian), que mesmo não tendo completado o ensino fundamental, tiveram sabedoria para além do seu tempo, possibilitando assim, minha imersão no mundo da cultura e da ciência.

AGRADECIMENTO

Agradeço...

... Primeiramente a Deus, ente divino, que nos dá a esperança na possibilidade de pensar para além do mundo material, através da fé.

... A meus pais Elgo e Ilma, pela oportunidade da vida, de cuja sabedoria, paciência e resiliência dependeram meu aprender inicial, dos primeiros passos à inserção no mundo do trabalho, me encaminhando para os estudos, na escola.

... E, às pessoas que, a partir da convivência social, foram me moldando, modificando, transformando, na escola, na profissão, enfim, nas relações sociais de coleguismo, amizade e trabalho com os quais aprendi e amadureci.

... À Juliana, com quem tive a oportunidade de me tornar pai do "Luquinhas", e que não me deixou desistir do sonho que me induz hoje, a escrever esta página.

... Ao meu orientador, Professor Dr. Sandro Benedito Sguarezi, pela amizade, por acreditar que era possível, por ser meu amigo, por não desistir de mim nos momentos em que eu próprio não vislumbrava mais um horizonte de esperança.

... Aos meus filhos Heber, Graziela e Lucas, aos netos Eduardo e Ana, que ficaram e estão ao meu lado, com carinho, amor e compreensão, me ensinando que os momentos da vida devem ser vividos com resiliência e esperança.

Obrigado.

RESUMO

As práticas pedagógicas da Educação Popular tornam possível o inédito viável nas práticas da Autogestão. A presente pesquisa tem por objetivo analisar as práticas pedagógicas de Autogestão e a sua relação com a Educação Popular na Cooperativa de Produção de Materiais Recicláveis de Tangará da Serra (COOPERTAN), Mato Grosso, Brasil. Como empreendimento da Economia Popular Solidária, a COOPERTAN é uma cooperativa de catadores constituída em 2007. A Economia Popular Solidária pela Autogestão tem sido a opção para a inclusão socioeconômica produtiva de pessoas excluídas pelo mercado de trabalho do sistema capitalista. Dialogando com a Autogestão, a Educação Popular se apresenta como um processo de sensibilização e conscientização do indivíduo para que se torne sujeito de seu processo de emancipação. O problema que se apresenta é: As práticas vivenciadas por Catadoras e Catadores de materiais recicláveis da COOPERTAN, dialogam com os conceitos e experiências de Educação Popular e de Autogestão? Com respaldo na Pedagogia Crítica Freiriana, trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva amparada na pesquisa documental e pesquisa-ação. Como instrumentos de pesquisa, utilizou-se questionários estruturados e semiestruturados, entrevistas, roda de conversa, com recorte para as lideranças da cooperativa. A análise dos dados teve por base a análise de conteúdo de Bardin (2011), desenvolvida a partir de três categorias de análise: Democracia interna; trabalho e produção e; gestão e organização. Tomando por base, os indicadores propostos por Gaiger e Assemburg (2007; 2010) com suporte nos princípios da Educação Popular e princípios da Economia Popular Solidária. Os resultados apresentam a constituição do empreendimento a partir do diagnóstico socioeconômico. Também evidenciam a presença da Autogestão na organização interna, práticas que indicam a presença do diálogo e uma interlocução entre os princípios da Educação Popular com a Economia Popular Solidária. É uma experiência incipiente, porém bastante sólida na cooperativa. As práticas da Autogestão tornam possível a apreensão do conhecimento pelos sujeitos da pesquisa. Nesta relação de educação e trabalho associado, as trabalhadoras e trabalhadores da COOPERTAN despertam para a conscientização e emancipação.

Palavras-Chave: Educação Popular; Autogestão; Economia Popular Solidária; Cooperativismo; COOPERTAN.

ABSTRACT

The pedagogical practices of Popular Education make the unprecedentedly viable in the practices of Self-Management possible. The present research aims to analyze the pedagogical practices of Self-Management and its relationship with Popular Education in the Tangará da Serra Recyclable Materials Production Cooperative (COOPERTAN), Mato Grosso, Brazil. As a Popular Solidarity Economy enterprise, COOPERTAN is a collectors' cooperative established in 2007. The Popular Solidarity Economy through Self-Management has been the option for the productive socioeconomic inclusion of people excluded by the capitalist system's labor market. In dialogue with Self-Management, Popular Education presents itself as a process of sensitization and awareness of the individual so that they become subjects of their emancipation process. The problem that arises is: Do the practices experienced by Collectors of recyclable materials at COOPERTAN dialogue with the concepts and experiences of Popular Education and Self-Management? Supported by Freire's Critical Pedagogy, this is a qualitative, descriptive research supported by documentary research and action research. Structured and semi-structured questionnaires, interviews and conversation circles were used as research instruments, focusing on the cooperative's leaders. Data analysis was based on Bardin's (2011) content analysis, developed from three categories of analysis: Internal democracy; work and production and; management and organization. Which were based on indicators proposed by Gaiger and Assemburg (2007; 2010) and supported by the principles of Popular Education and the principles of Popular Solidarity Economy. The results present the constitution of the enterprise based on the socio-economic diagnosis. They also highlight the presence of Self-Management in the internal organization, practices that indicate the presence of dialogue and a dialogue between the principles of Popular Education and the Popular Solidarity Economy. It is an incipient experience, but a very solid one in the cooperative. It is an incipient experience, but a very solid one in the cooperative. Self-management practices make it possible for research subjects to grasp knowledge. In this relationship of education and associated work, COOPERTAN workers awaken to awareness and emancipation.

Keywords: Popular Education; Self-management; Popular Solidarity Economy; Cooperativism; COOPERTAN.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ASCAMARTAS – Assoc. de Catadores e Catadoras de Material Reciclável de Tangará da Serra

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

CONAES - Conferência Nacional de Economia Popular Solidária

COOPERTAN – Cooperativa de Produção de Material Reciclável de Tangará da Serra

DRS - Desenvolvimento Rural Sustentável

EES - Empreendimento Econômico Solidário

IOCASS - Incubadora de Organizações Coletivas Solidárias e Sustentáveis

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MNCR - Movimento Nacional dos Catadores e Catadoras de Recicláveis

MST - Movimento Sem-Terra

NECOMT - Núcleo de Pesquisa, Extensão e Estudos da Complexidade no Mundo do Trabalho

NUPES - Núcleo de Políticas para a Economia Popular Solidária

PNEPSSUS - Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde

SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

SEAPA - Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento

UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Perfil dos entrevistados----------57

Tabela 2 - Cooperados: Gênero----------58

Tabela 3 - Organização do trabalho e renda ----------59

Tabela 4 - Democracia interna----------61

Tabela 5 - Organização e gestão----------62

Tabela 6 - Trabalho e produção----------63

Tabela 7 - Autogestão----------66

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Catadores e Catadoras no lixão ---------- 24

Figura 2 – Entrada do Aterro Sanitário ---------- 26

Figura 3 – Princípios da Educação Popular ---------- 46

Figura 4 – Princípios da Economia Popular Solidária ---------- 49

Figura 5 – Autogestão como *práxis* ---------- 54

Figura 6 – Educação Popular e Autogestão: a dialética da prática ---------- 67

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 12
2 QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO 16
3 COOPERTAN E O CONTEXTO DA PESQUISA 23
3.1 Breve histórico da COOPERTAN 23
4 EDUCAÇÃO POPULAR 31
4.1 O método Paulo Freire 34
4.2 Princípios da Educação Popular 37
4.2.1 Diálogo/Dialogicidade 40
4.2.2 Os modos de construção do conhecimento 41
4.2.3 Conscientização 42
4.2.4 Autonomia 45
5 ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA: A AUTOGESTÃO COMO *PRAXIS* 47
5.1 A Autogestão como práxis pedagógicas 50
6 RESULTADOS E DISCUSSÃO 56
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS 69
REFERÊNCIAS 73
APÊNDICES 84
APENDICE 1 – Imagens 84
ANEXOS 84
ANEXO 1 – Formulário SIPES 84
ANEXO 2 – Roteiro1: Perfil do Entrevistado 85
ANEXO 3 - Roteiro2: Entrevistas: Compreensão da Autogestão 87
ANEXO 4 –Contrato 005/2022 Samae/COOPERTAN [Fragmento] 87

1 INTRODUÇÃO

Na sociedade contemporânea, a relação entre a educação e o capitalismo é um tema complexo e relevante. Como sistema econômico alicerçado na propriedade privada dos meios de produção e na busca pelo lucro, o capitalismo promove a competitividade, a exploração da natureza (seres humanos e não humanos) negligenciando os valores e o protagonismo humano. Por outro lado, a educação desempenha papel fundamental ao propiciar o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos necessários para a inclusão social, política, cultural e econômica do indivíduo, de modo a contribuir para a cidadania e emancipação.

Outro aspecto de relevância é a conexão íntima entre educação e trabalho. O encadeamento destas duas dimensões da vida humana torna-se elemento-chave para o avanço e desenvolvimento da sociedade. No capitalismo o elo entre a educação e o trabalho se realiza numa relação de subordinação do indivíduo aos interesses do sistema, promovendo apenas o aprendizado necessário. A fragmentação e especialização do conhecimento tem por finalidade atender ao capital e a economia de mercado.

O desafio que se apresenta, consiste em aproveitar-se das fissuras do capitalismo para entrelaçar trabalho e educação na perspectiva da emancipação do ser humano. A universalização do trabalho torna possível a universalização da educação, bem como a prática da autoeducação, superando a suposição inconsciente do capitalismo da educação como mercadoria.[1]

É pelo trabalho que se concretiza a inclusão econômica e social dos sujeitos. Destaca-se a inclusão que não é exclusivamente produtiva, mas que abrange todo o aspecto do trabalho. Pode-se dizer que é o "trabalho socialmente útil" [2] que não se resume ao trabalho técnico, operacional ou à gestão, mas todo o tipo de trabalho contém aspectos educacionais.

Tendo por foco educação e trabalho, o presente estudo investigou as proximidades entre este, a Educação Popular e o trabalho associado. O problema de pesquisa: As práticas vivenciadas por Catadoras e Catadores de materiais recicláveis da COOPERTAN, dialogam com os conceitos e experiências de Educação Popular e de Autogestão? Serviu de ponto de partida para a investigação.

[1](Rousseau, 1995, p. 110; Mézaros, 2008, p. 17).
[2] O conceito "trabalho socialmente útil" foi proposto por Pistrak em substituição ao termo "trabalho produtivo" em sua obra "A escola do trabalho" (Pistrak, 2009, p. 34).

O objetivo da pesquisa foi: Analisar as práticas pedagógicas de Autogestão e a sua relação com a Educação Popular na COOPERTAN (Cooperativa de Produção de Materiais Recicláveis de Tangará da Serra). Para alcançar esta proposição, foi realizado: um diagnóstico socioeconômico da pessoa jurídica junto à COOPERTAN; uma análise como os sujeitos da pesquisa se apropriam do conhecimento e práticas de Autogestão e; uma análise da interlocução entre os princípios da Educação Popular e Autogestão na COOPERTAN como experiências de Economia Popular Solidária.

A motivação para realizar uma pesquisa dessa natureza está vinculada à história dessa cooperativa. Ao longo de dezessete anos acompanhamos a trajetória dessa organização de trabalho cooperativo que tem sido fonte de conhecimento, protagonismo de trabalhadores e, referência como Empreendimento Econômico Solidário (EES) organizado por catadores. É uma trajetória de envolvimento junto ao movimento da Economia Popular[3] Solidária no município de Tangará da Serra-MT.

Diversas experiências foram vivenciadas nesta caminhada e militância. A coordenação do Núcleo de Políticas para a Economia Popular Solidária (NUPES) oportunizou a compreensão da diversidade em que a Economia Popular Solidária pode atuar e impactar social e economicamente na realidade de um município. Lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento (SEAPA), o Programa Municipal de Economia Popular Solidária possui recursos para o fortalecimento da inclusão produtiva e incremento de renda, tanto na área produtiva, como prestação de serviços e comercialização.

O primeiro curso de especialização *latu sensu* em Economia Popular Solidária do Brasil foi oferecido pela Unemat (Campus de Tangará da Serra) no período de 2005 a 2008, em parceria com a Prefeitura Municipal de Tangará da Serra-MT[4]. Esse estudo, tornou possível a pesquisa junto à Coopertan e permitiu aprofundar os conhecimentos do seu histórico, organização do trabalho e as práticas de Autogestão (Senger, 2008). Uma experiência de aprendizado que oportunizou a aproximação às pesquisas relacionadas ao mundo do trabalho autogestionário.

---

[3] Em 2023 passa a denominar-se Secretaria Nacional de Economia Popular Solidária, Decreto Lei 11359-1-janeiro-2023-793646.

[4] SGUAREZI, Sandro B.; BORGES, Juliano L.; ZART, Laudemir L. Economia popular solidária e educação: uma experiência interinstitucional entre a UNEMAT e o município de Tangará da Serra – MT. *In:* II CONGRESSO DA REDE UNIVERSITÁRIA DE INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES, 2., 2008, São Paulo. Grupo de Trabalho: Política Universitária e Economia Popular Solidária. **Anais [...].** ITCP-USP-Universidade de São Paulo-USP. São Paulo: ITCP/USP, 2008. Disponível em: http://www.itcp.usp.br/drupal/files/itcp.usp.br/Economia%20Solidária%20e%20Educação%20-%20UNEMAT%20e%20Tangará%20da%20Serra.pdf. Acesso em: 29 ago. 2009.

O ingresso no Mestrado tornou possível a sequência desses estudos sobre o mundo do trabalho em especial das temáticas relacionadas à Autogestão e à Educação Popular. Nesse sentido, agregando também a perspectiva da reflexão sobre as próprias práticas.

Quanto a metodologia, trata-se de uma pesquisa de cunho educacional que observa e interpreta a realidade em ambiente autogestionário de trabalho. Com enfoque na epistemologia marxiana, por conter em sua essencialidade a lógica dialética, a investigação teve suporte na Pedagogia Crítica Freireana[5], com abordagem qualitativa, descritiva e sustentação na pesquisa bibliográfica e documental. Devido à vivência do pesquisador junto aos sujeitos da pesquisa por longo tempo, o suporte teórico-metodológico do trabalho de campo foi sustentado pela pesquisa-ação, utilizando-se de instrumentos como caderno de campo, entrevistas, questionários e rodas de conversa, além de entrevistas em profundidade. São abordagens e instrumentos que permitem compreender e retratar a realidade dos sujeitos em seu espaço de trabalho.

A pesquisa realizou-se no decorrer do ano de 2023, a partir de 15 de fevereiro, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) conforme o Parecer 5.895.409 de 2023. Os dados coletados foram analisados com base na análise de conteúdo de Bardin (2011). As categorias de análise foram delimitadas com base nos indicadores concebidos por Assemburg e Gaiger (2007; 2010), com o suporte nos princípios da Educação Popular e da Economia Popular Solidária.

O *locus* da pesquisa foi a Cooperativa de Produção de Material Reciclável de Tangará da Serra-MT (COOPERTAN), localizada no município de Tangará da Serra–MT, região sudoeste do estado de Mato Grosso, a aproximadamente 240 quilômetros da capital Cuiabá.

Os sujeitos da pesquisa foram as trabalhadoras e trabalhadores cooperadas/os deste Empreendimento Econômico Solidário (EES) na categoria: Liderança. A Cooperativa constituída em 2007 é formada e gerida por Catadoras e Catadores de materiais recicláveis. Frise-se *não há nenhum patrão e nenhum empregado.*

Quanto aos resultados, espera-se que o presente estudo possa contribuir com a comunidade acadêmica. Possa servir de ponto de partida para que outros pesquisadores possam aprofundar estudos, bem como, aperfeiçoar possíveis lacunas.

Além de descortinar a experiência e realidade de um empreendimento de trabalho associado a partir do diagnóstico sócio econômico, a pesquisa também apresenta a interlocução

[5] (Benite, 2009, p. 3; Pontes e Pimenta, 2019).

existente Educação Popular e Autogestão. Ressaltando que estes conceitos se conectam aos sujeitos da pesquisa numa relação dialética.

O conjunto de informações produzidas pretende contribuir com os empreendimentos de trabalho associado, suas consultorias e assessorias. Em referência ao conceito de Autogestão, um conjunto de indicadores facilitam a compreensão e percepção das práticas autogestionárias, oferecendo opções mensuráveis que tornam mais fácil a percepção.

O Trabalho está organizado em sete seções: 1 Introdução; 2 Quadro teórico metodológico; 3 COOPERTAN e o contexto da pesquisa; 4 Educação Popular; 5 Economia Popular Solidária: A Autogestão como práxis; 6 Resultados e discussões; 7 Considerações finais.

2 QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO

O presente estudo tem por objeto de pesquisa a Educação Popular e práticas pedagógicas de Autogestão na COOPERTAN (Cooperativa de Produção de Material Reciclável de Tangará da Serra). Os sujeitos de interesse para esta pesquisa são os cooperados, catadores e catadoras, que participam ativamente desse empreendimento realizando a coleta seletiva, triagem e comercialização de materiais recicláveis. A cidade de Tangará da Serra, *locus* da pesquisa, situa-se a na região sudoeste do estado a aproximadamente 240 quilômetros da capital Cuiabá, e tem uma população aproximada de cem mil habitantes.

Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, embasada na perspectiva teórica da Pedagogia Crítica Freiriana. Para atender aos objetivos, foram empregados métodos de pesquisa bibliográfica e documental, a fim de obter um embasamento teórico consistente. O trabalho de campo foi desenvolvido com base na metodologia da pesquisa-ação, por ser uma metodologia que privilegia a vivência do pesquisador junto ao Empreendimento[6]. É um percurso imersivo favorecido pela proximidade à realidade dos sujeitos permitindo a intervenção e assessoramento, visando o aperfeiçoamento das práticas e rotinas da Autogestão.

A pesquisa qualitativa é uma abordagem que se aplica a fenômenos do cotidiano social. "O caráter qualitativo se refere ao referencial teórico/metodológico eleito para a construção do objeto de pesquisa e para a análise do material coletado no trabalho de campo" (Duarte, 2004, p. 215).

Abordagem que permite ao pesquisador realizar de modo simultâneo: pesquisa de campo e análise.

> Na investigação qualitativa, a coleta e análise dos dados devem ser preferencialmente realizadas de maneira simultânea, de forma que a análise acompanhe o processo de coleta de informações desde o início, norteando assim o trabalho de campo (Campos *et al.*, 2021, p. 95).

É um aspecto usual que diz respeito aos conceitos e hipóteses e, que na pesquisa qualitativa, permite-se desenvolver e revisar durante o processo de pesquisa.

[6] A COOPERTAN, fundada em 2007, possui uma trajetória de 17 anos acompanhados pelo pesquisador juntamente com a Incubadora IOCASS. Dessa vivência junto ao EES resultou o estudo: **Autogestão:** A organização do trabalho na COOPERTAN, sob orientação do Prof. Dr. Sandro Benedito Sguarezi (Senger, 2008).

A Pedagogia Crítica Freiriana, busca a compreensão aprofundada da realidade a partir dos conceitos, métodos e princípios da Educação Popular. É uma abordagem pedagógica que tem por premissa central a leitura crítica de mundo que se realiza por parte do sujeito, a partir de sua práxis e realidade e por isso:

> Preconiza, desse modo, uma pedagogia crítica, humanizada, problematizadora, dialógica e dialética, realizada por meio da *práxis*, de modo que o oprimido reconheça sua vocação para "Ser Mais" (Pontes; Pimenta, 2019, p. 7).

Alicerçada na Educação Popular, esta abordagem pedagógica baseia-se em alguns pressupostos: a perspectiva do sujeito, os modos de construção de conhecimento e a categoria do inédito viável. Considerados como princípios desta Educação que traz implícita a possibilidade de ações no sentido da transformação social, superando as condições de opressão.

A pesquisa bibliográfica, busca a contextualização teórica do objeto, a fim de destacar os conceitos sobre o tema, elaborados a partir de material já publicado.

> Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Todavia, em virtude da disseminação de novos formatos de informação, estas pesquisas passaram a incluir outros tipos de fontes, como discos, fitas magnéticas, CDs, bem como o material disponibilizado pela Internet (Gil, 2017, p. 34).

Sendo comum, na atualidade, que pesquisas acadêmicas dediquem uma seção para a revisão bibliográfica, visando fornecer fundamentação teórica e identificar o estágio atual do conhecimento sobre o assunto abordado (Gerhardt; Silveira, 2009).

A pesquisa documental é um método que dialoga com as ciências sociais, sendo utilizada por vários ramos dessas ciências. É muito similar à pesquisa bibliográfica por utilizar como fonte de informação materiais já existentes. A distinção entre uma e outra, está na natureza das fontes.

Na pesquisa documental, as fontes abarcam o material produzido pela entidade, órgão ou instituição, como podemos compreender a partir da explicação a seguir:

> Recomenda-se que seja considerada fonte documental quando o material consultado é interno à organização. Por outro lado, é considerado fonte bibliográfica quando for obtido em bibliotecas ou bases de dados (Gil, 2017, p. 35).

No presente estudo, as fontes documentais serão os documentos internos da Cooperativa. Um empreendimento Autogestionário, como é o caso da COOPERTAN, e,

segundo a experiência do pesquisador, produz uma profusão de documentos que podem servir de fontes de informação. As atas são registros fundamentais para atender aos princípios da transparência, fidedignidade das decisões, encaminhamentos, que resultam na democracia interna. Os relatórios, necessários para atendimento à contabilidade e às políticas públicas que amparam a cooperativa, para além da legalidade, são documentos que apresentam informações de cunho técnico que alcançam o âmbito político da Autogestão, possibilitando ao cooperado obter informações sobre a eficácia e a eficiência da gestão.

Outros documentos são importantes fontes de informações para a pesquisa. Citamos aqui: O Estatuto Social; o Regimento Interno; os editais, as resoluções da diretoria (se o empreendimento, utiliza-se desse instrumento), as notas fiscais de comercialização ou de despesas efetuadas, etc.

A pesquisa de campo é a etapa da coleta de dados. É a fase em que o pesquisador se coloca junto ao objeto de pesquisa, observa e analisa para:

> Extrair dados e informações diretamente da realidade do objeto de estudo. Ela também define os objetivos e hipóteses da pesquisa, assim como define a melhor forma para coletar os dados necessários (Alves, 2021, p. 1).

É a oportunidade para refinar as hipóteses e objetivos, estabelecer ou reordenar categorias de análise de seu projeto.

A vivência junto ao objeto da investigação é uma experiência de grande valia para o pesquisador. A troca de saberes, o aprofundamento do diálogo são possibilidades que o trabalho de campo proporciona, visto que:

> É uma vivência, ou seja, é um estabelecimento de uma relação produtora de conhecimento, que diferentes categorias de pessoas fazem, realizam, por exemplo, antropólogo, educador e pessoas moradoras de uma comunidade rural, lavradores, mulheres de lavradores, pequenos artesãos, professoras das escolas e assim por diante (Brandão, 2007, p. 3).

Como instrumentos de coleta de dados, foram utilizados: caderno de campo, entrevistas, questionários estruturados e semiestruturados e roda de conversa. Instrumentos que permitem imersão na realidade dos sujeitos, promovendo o diálogo e a troca de saberes e experiências entre pesquisador e pesquisado.

A análise dos dados coletados seguiu o método da análise de conteúdo, que envolve a identificação de temas, categorias e padrões recorrentes nos materiais coletados.

A condução da pesquisa utilizou-se de questionários/formulários de pesquisa (Anexo 1). Instrumentos desenvolvidos pelo Programa da Incubadora de Organizações Coletivas Solidárias e Sustentáveis (IOCASS, 2016) tomando por base os documentos do Sistema Nacional de Informações em Economia Popular Solidária (SIES, 2009). Instrumentos de pesquisa utilizados por pesquisadores anteriores, a saber: Martins (2016), Arruda (2019), Carvalho (2020), Cardoso (2021) e Melo (2021).

A pesquisa de campo baseou-se na metodologia da pesquisa-ação. Abordagem que permite a reflexão crítica da realidade por ser um processo de pesquisa que ocorre em estreita colaboração com os participantes da ação.

Segundo Andaloussi (2004), as origens dessa metodologia, estão calcadas em Dewey e outros pesquisadores em tempos anteriores a 1929. Kurt Lewin e seus colaboradores contribuíram para seu desenvolvimento metodológico em suas atividades na área das ciências humanas, em especial na psicologia social experimental. Na América Latina os trabalhos de Paulo Freire e seus métodos de alfabetização de adultos também são exemplos práticos nessa área.

A pesquisa-ação permite ao pesquisador desempenhar uma conduta ativa junto aos atores sociais, oportunizando a construção de soluções conjuntas de modo cooperativo e participativo. É um conceito de pesquisa que se define por:

> Um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (Thiollent, 1986, p. 14, 15).

É uma forma de desenvolver pesquisa social que permite a sistematização das vivências, tornando-se o lugar de fala do pesquisador que convive regularmente com seu objeto de pesquisa. Andaloussi (2004, p. 116) apresenta conceitos que constituem o arcabouço da pesquisa-ação:

> Para examinar o paradigma da pesquisa-ação, serão apresentados, de modo sucinto, os diferentes conceitos que formam seu arcabouço, a saber: observação, implicação, complexidade, lugar do pesquisador e parceria.

Sugestão que pode servir de roteiro para uma pesquisa. O autor, com muita propriedade aprofunda o estudo de cada um desses conceitos, oportunizando, um manual para o

desenvolvimento da pesquisa de campo. O gasto de energia amplia-se para a “negociação e em tomada de decisões coletivas para gerenciar as trocas” (Andaloussi, 2004).

A pesquisa-ação, nesta realidade, possui o mérito de viabilizar um “caráter de criticidade e reflexão crítica coletiva com vistas à emancipação dos sujeitos” (Franco, 2005, p. 485).

A roda de conversa, como técnica, dialoga com a pesquisa-ação. É um recurso que “possibilita um maior intercâmbio de informações e oportuniza maior naturalidade nas conversas entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa” (Méllo; Silva; Lima; Di Paolo, 2007, p. 30).

A roda de conversa se insere no contexto da pesquisa narrativa, segundo o entendimento de Moura e Lima (2014, p. 99):

> A roda de conversa é, no âmbito da pesquisa narrativa, uma forma de produzir dados em que o pesquisador se insere como sujeito da pesquisa pela participação na conversa e, ao mesmo tempo, produz dados para discussão. É, na verdade, um instrumento que permite a partilha de experiências e o desenvolvimento de reflexões sobre as práticas educativas dos sujeitos, em um processo mediado pela interação com os pares, através de diálogos internos e no silêncio observador e reflexivo.

Partilha de experiências que se dá a partir das narrativas dos sujeitos, que não falam sozinhos, mas reproduzem vozes, discursos e memórias de seus coletivos nos quais estão inseridos e que tornam a roda de conversa uma construção coletiva, essencial para o pesquisador (Santamarina; Marinas, 1995, p. 273).

A pesquisa em profundidade também foi um recurso utilizado. Como instrumento da pesquisa social convida o participante a expressar-se com maior profundidade, o pesquisador pode intercalar perguntas para detalhamento de situações, conforme explicado nas palavras a seguir:

> O informante é convidado a falar livremente sobre um tema. As perguntas do investigador, quando são feitas, buscam dar mais profundidade às reflexões. Ela atende principalmente às finalidades exploratórias, é bastante utilizada para o detalhamento de questões e formulação mais precisas dos conceitos relacionados (Batista; Matos; Nascimento, 2017, p. 8).

A entrevista é realizada a partir de questionários ou roteiros que podem estruturados ou semiestruturados qualificando a entrevista em sondagem ou profundidade, como explica a professora:

> As entrevistas podem ser consideradas conversas com finalidade e se caracterizam pela sua forma de organização. Podem ser classificadas em sondagem de opinião semiestruturada aberta ou em profundidade. Em profundidade, em que o informante é convidado a falar livremente sobre um tema e as perguntas do investigador quando são feitas, buscam dar mais profundidade às reflexões (Minayo, 2015, p. 64).

O caderno de campo é um instrumento de registro do cotidiano do pesquisador. São anotações que registram dados ou complementam informações produzidas por outras formas de registros, tais como: áudio, vídeo ou imagem, caracterizando-os como fenômenos sociais em maior profundidade. Um recurso que permite ao pesquisador o registro das percepções, indo além do que vê e ouve.

> Que a caderneta de campo torna possível fazer anotações e se atentar aos acontecimentos, aos detalhes das relações entre as pessoas, pode-se anotar descritivamente e pode parecer banal, mas esses registros trazem uma carga de realidade que as observações oportunizam. [...] Isso tudo não sai apenas da entrevista, uma coisa é o que as pessoas dizem a respeito disso, outra coisa é aquilo que o antropólogo vê, aquilo que o pesquisador vê acontecendo (Brandão, 2007, p. 6).

A análise dos dados é a interpretação dos dados coletados no decorrer da pesquisa. Fase que pode ou não possuir momento distinto, podendo ocorrer concomitante à pesquisa ou em momento exclusivo. É a fase da reflexão e que torna possível:

> Estabelecer uma compreensão dos dados coletados, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e /ou responder às questões formuladas, e ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado, articulando-o ao contexto social do qual faz parte (Campos, *et al.*, 2021, p. 104).

A análise de conteúdo é uma técnica para o tratamento dos dados de uma pesquisa. Segundo alguns autores e pesquisadores, esta expressão tem significado mais do que apenas um procedimento técnico:

> A expressão mais comumente usada para representar o tratamento dos dados de uma pesquisa qualitativa é análise de conteúdo. No entanto, a expressão significa mais do que um procedimento técnico. Faz parte de uma histórica busca teórica e prática no campo das investigações sociais (Minayo 2014, p. 303).

É uma metodologia pode também se apresentar como um conjunto de técnicas. Sobre esse conceito Bardin (2011, p. 37) explica:

> A análise de conteúdo é um *conjunto de técnicas de análise das comunicações (grifo do autor).* Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de

> formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações. [...] É uma técnica de investigação que através de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo, manifesto nas comunicações, e tem por finalidade a interpretação *destas* mesmas comunicações.

Os critérios de inclusão dos sujeitos da pesquisa foram delineados levando-se em consideração a característica dos cooperados, foram selecionados aqueles que fazem parte do grupo de lideranças e coordenação da cooperativa, respeitando a organização autogestionária interna da cooperativa.

A cooperativa, COOPERTAN, se caracteriza por ser um Empreendimento Econômico Solidário (EES). Vários critérios a qualificam como integrante deste movimento. Sendo alguns deles: participação em Fóruns de Economia Popular Solidária em seus múltiplos níveis: local, regional, estadual e nacional. Praticar a Autogestão em todos os níveis de trabalho, exercendo assim a democracia direta. Possuir uma atividade econômica. Contar com o poio técnico de uma Incubadora vinculada ao Movimento da Economia Popular Solidária e, a partir dessa parceria, possuir uma gama de estudos e publicações científicas que abordam e fundamentam o protagonismo dos/as Catadores e Catadoras cooperados neste Empreendimento como militantes do movimento da Economia Popular Solidária.[7]

[7] MARTINS, Elei Chavier. COOPERTAN: Planilha Produção Acadêmica. *In*: Trabalho associado e suas dimensões educativas em uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis: o caso da COOPERTAN. Cáceres, MT: UNEMAT, Dissertação, 2016. Disponível: https://drive.google.com/file/d/161_6Y8lKeAsbHZcfJjfrebgOi3T-MMB7/view?usp=sharing. Acesso em: 5 jan. 2024.

3 COOPERTAN E O CONTEXTO DA PESQUISA

Esta seção apresenta brevemente, a trajetória das vivências de trabalhadores e trabalhadoras que optaram pela organização do trabalho associado para a geração de renda. É um protagonismo que se cruza e entrelaça com a história de vida do pesquisador. A organização do trabalho associado se torna realidade na COOPERTAN (Cooperativa de Produção de Material, Reciclável de Tangará da Serra), estado de Mato Grosso como instrumento de luta para a transformação da realidade dos trabalhadores/as.

Um resgate histórico com base nos estudos de Senger (2008); Senger e Sguarezi (2011); Sguarezi (2011, 2020). É uma breve crônica de vida, que se forja a partir de 2006, quando me aproximei da Economia Popular Solidária. É um percurso histórico de vivências entre sujeitos da pesquisa e pesquisador que se interligam e entrecruzam.

Nesse sentido, essa seção, oferece ao leitor o contexto do objeto da pesquisa. De forma acessória visa contribuir para a elucidação da questão: As práticas vivenciadas por Catadoras e Catadores de materiais recicláveis da COOPERTAN, dialogam com os conceitos e experiências de Educação Popular e de Autogestão?

3.1 COOPERTAN: breve relato histórico

A Cooperativa de Produção de Material Reciclável de Tangará da Serra-MT (COOPERTAN), foi oficialmente registrada na Junta Comercial em 2007. Localizada no município de Tangará da Serra, a 240 km da capital Cuiabá, na região sudoeste do estado, a cooperativa tem sua origem na união de catadores autônomos de recicláveis que remontam mais de 20 anos.

Conforme relato do senhor Edimilson por volta de 1988, ele, acompanhado de outras pessoas deram início a um trabalho de separação e comercialização de material reciclável. Esse grupo realizava o trabalho de separação num lixão a céu aberto na propriedade do senhor João Giroto, onde eram depositados os materiais coletados na cidade. Lixão localizado a oeste de Tangará da Serra, na saída para Campo Novo do Parecis, à margem direita da rodovia, próximo às instalações do Parque de Exposições do Sindicato Rural de Tangará da Serra (Senger, 2008; Senger; Sguarezi, 2011; Sguarezi *et al.*, 2011).

Passados 09 anos, a partir de 1997, o grupo de Catadores e Catadoras se desloca para outro local denominado Ararão. Uma área do lado oposto, a leste da cidade, nas proximidades

do córrego Ararão, às margens de uma estrada vicinal. Situado a aproximadamente 10 km da cidade, o local recebeu o apelido de “antigo lixão” a partir da instalação do aterro sanitário (2004).

Relatos dos associados desse período, indicam que várias pessoas trabalhavam em grupos, como Edmilson, Maria Gomes, Beatriz, Elvandro, Idalina, Eva, Cassiana, Narciso, Santina e outros. Durante esse período, os trabalhadores enfrentaram condições precárias de trabalho, perigos de contaminação, falta de equipamentos de segurança e dificuldades de locomoção para chegar ao local de trabalho. Adversidades descritas nos depoimentos dos trabalhadores cooperados que viveram essas experiências.

Figura 1 – Catadores e Catadoras no lixão



Fonte: Acervo da COOPERTAN em 2008.

A Figura 1 retrata a realidade dos trabalhadores Catadores e Catadoras no lixão. O ambiente a céu aberto, a exposição a elementos tóxicos como fumaça, resíduos químicos, ratos e insetos, a falta de equipamentos adequados tornavam a atividade de coleta uma verdadeira garimpagem na seleção dos materiais recicláveis que se concretiza na precarização do trabalho. Situação esta, que se soma aos riscos à saúde dos catadores/as por contaminação. É uma imagem forte que conduz a sociedade à reflexão no sentido de construir soluções sustentáveis para o meio ambiente e que também se traduz em inclusão social e econômicas para essa classe de trabalhadores.

Sobre o valor dos materiais para a comercialização os Catadores e Catadoras trouxeram algumas informações. Relataram que durante o período em que estiveram trabalhando no lixão, os materiais que possuíam maior valor de venda eram: plástico, latinha de alumínio e cobre.

Materiais que tinham maior demanda de procura pelo mercado de reciclagem. No entanto, os Catadores e Catadoras também mencionam que os materiais coletados no lixão frequentemente estavam misturados com resíduos indesejados, como restos de alimentos, papelão sujo, vidro quebrado e outros tipos de resíduos não recicláveis. Impurezas que reduziam o valor comercial. A fim de obter um preço mais vantajoso no momento da venda os Catadores e Catadoras também realizam, da forma como podiam, a limpeza do material. O relato do cooperado Elvandro, evidencia essa realidade:

> Uma coisa que a gente fazia na época do lixão era fazer a limpeza de alguns materiais, por exemplo, os fios de cobre eram queimados para eliminar a proteção plástica. Essa prática foi feita também no começo da cooperativa, por que a gente não sabia dos ricos (Elvandro Lima Viana, Caderno de campo do pesquisador, 2023).

Essas condições de trabalho que se caracterizam pela precarização e ausência de estrutura organizacional, induzia as pessoas trabalharem de modo individualizado. As declarações de uma catadora, posteriormente cooperada da COOPERTAN, refletem essa realidade:

> Quando trabalhavam no antigo lixão, não havia organização. O trabalho era individual. Cada um ajuntava seu material e vendia. Eram mais ou menos 10 pessoas que trabalhavam naquele local (Bárbara Maria do Prado, In: Senger, 2008 p. 15).

As relações de trabalho nesse ambiente, se estabeleciam pela concorrência e não pela colaboração e solidariedade. A realidade vivida pelos trabalhadores/as no lixão foram e são assuntos sempre relembrados nas formações sobre cooperativismo na Cooperativa. São exemplos que servem de estratégia didática para o aprendizado pelo trabalho numa prática que preconiza a Educação Popular. Atualmente a presença de pessoas que viveram as experiências do lixão reduz-se a cinco catadores/as.

Em 2004 ocorreu a implantação do aterro sanitário. A situação no antigo “lixão” começou a apresentar problemas, pois as pessoas que residiam nas imediações já se mostravam descontentes com o depósito de resíduos e clamavam por providências. A intervenção do ministério público também contribuiu a tomada de providencias por parte do poder público, conforme relato do engenheiro sanitarista Jefferson Luiz Lima e Silva, então, diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE):

> Esta situação vinha da administração municipal anterior e quando assumimos a direção do órgão, o aterro sanitário estava sendo construído, providências para a

> construção que foram tomadas após a intervenção do ministério público (Senger, 2008, p. 17).

Uma área rural, adquirida pelo município serviu de local para a implantação do aterro sanitário, a aproximadamente 08 quilômetros do quadro urbano na estrada para comunidade São José. A partir de novembro de 2004, o aterro passou a receber o material coletado na cidade.

Construído e instalado de acordo com as normas ambientais e exigências de segurança, possui uma manta que cobre o fundo e recebe o material depositado em células. Drenos coletam o chorume canalizado para um tanque e depois bombeado de volta à célula para apressar trabalho de decomposição do material. Num segundo momento, o chorume é canalizado para as lagoas de tratamento.

Por precaução, o lixo hospitalar foi depositado em célula específica, separada do aterro grande, atendendo às nomas de higiene e saúde. Nos dias atuais (2023), os resíduos de origem hospitalar não são mais depositados no aterro. A destinação e tratamentos adequados são realizados por empresa terceirizada contratada pelo município.

Com a construção e implantação do aterro sanitário tem início uma série de desdobramentos na vida dos Catadores e Catadoras de recicláveis que foram deslocados do "lixão" para o aterro sanitário. Inicialmente o SAMAE providenciou alguma infraestrutura, construiu um barracão com dois banheiros, instalou rede elétrica e água a partir de um poço artesiano, adquiriu uma prensa e cedeu um caminhão para o recolhimento do material coletado na área do aterro e transporte até o galpão. Melhorias que impactaram no ambiente de trabalho, no entanto, o deslocamento para o aterro continuava precário tendo que ser feito de carona, a pé ou bicicleta.

Concomitante à instalação do aterro sanitário, o município instituiu o "Programa Tangará Recicla" (2004). Ação pública para estabelecer a prática da coleta seletiva junto à população e a conscientização, a partir da educação ambiental[8], para a separação dos resíduos sólidos domésticos. Como resultado, os catadores/as no aterro sanitário passam a receber maior volume de material já selecionado, diminuindo a necessidade de trabalho nas células do aterro.

[8] No ano de 2022 a Educação Ambiental passou a ser realizada pela Coopertan. A Cooperativa se organizou com uma equipe de catadores/as para fazer esse trabalho junto à população (Samae, contrato 005/2022, cláusula 5.3.19).

Figura 2 – Entrada do aterro sanitário



Fonte: Acervo COOPERTAN, 2007.

A Figura 2 retrata a entrada do aterro sanitário naquela época. Em primeiro plano é possível identificar o balanção utilizado para pesagem e controle dos materiais destinados ao aterro, além de ser utilizado também para a pesagem dos materiais coletados pelos Catadores e Catadoras.

Por esse tempo, ainda não havia organização coletiva, mas o grupo de pessoas já havia aumentado. Trabalham individualmente e dividiam-se em quatro grupos que realizavam a coleta no aterro. Segundo Senger (2008, p. 18) o senhor Elvandro trabalhava sozinho, conseguindo um ganho médio de setecentos a oitocentos reais mensais. Do grupo dois, também designado de “grupo do Gaúcho”, faziam parte: Eliandra, Alessandro, Adriana, Chico Santina, Ivani, David e Narciso. O rendimento médio destas pessoas girava em torno de mil reais. O terceiro grupo era chamado de “Grupo da Maria” e faziam parte: Maria Gomes, Edivanio, Celso, Edinéia e Vanderlei. O rendimento médio do grupo girava em torno de oitocentos reais. O quarto grupo, “do Edimilson”, era formado por: Edmilson, Caciandra, Eva, Tiago, Idalina, Arineide, Antonio e Maria de Fátima. A renda média do grupo chegava a trezentos reais por pessoa.

Sob o ponto de vista da cooperação e da autogestão, observa-se que existia uma certa organização do trabalho, visto existirem regras e normas informais, existindo nesse contexto, uma certa organização de trabalho coletivo. Como afirma Sguarezi *et al.* (2011, p. 287), “de certa forma a organização do trabalho era coletiva, mas obedecia a fragmentação própria de grupos em situação de vulnerabilidade”.

A passagem para o aterro sanitário impõe novos desafios aos Catadores e Catadoras da futura COOPERTAN. A ocupação de espaço público e a relação com este, exigem adequação

à legislação vigente. Faz-se necessário organizar-se juridicamente para que seja possível estabelecer parceria público-privada.

> Assim o apoio em rede da sociedade civil organizada foi fundamental para a criação da COOPERTAN e continua sendo imprescindível para a sua consolidação como um empreendimento econômico solidário (Sguarezi; Senger, 2011, p. 287).

A primeira tentativa de organização do grupo de Catadores e Catadoras foi a constituição de uma cooperativa. Com o nome de Cooperativa de Reciclagem do Aterro Sanitário de Tangará da Serra (COOPERAT), essa iniciativa ocorreu no início de 2005. Com edital de chamamento publicado em 21 de janeiro de 2005 e assembleia agendada para o mês de fevereiro, a iniciativa não prosperou. O empreendimento não foi levado a registro junto aos órgãos competentes.

A segunda tentativa de organização aconteceu ainda no ano de 2005. Foi fundada em 17 de julho, com a participação de 23 Catadores e Catadoras, a Associação de Catadores e Catadoras de Material Reciclável de Tangará da Serra (ASCAMARTAS), com o apoio do Conselho Tangaraense de Associações Comunitárias (CONTAC). Uma mulher, a catadora Eliandra Rigo Sordi foi eleita para presidente com mandato de 2 anos. A ASCAMARTAS foi registrada no Cartório do 1º Ofício de Notas e Registro de Tangará da Serra na data de 09 de agosto de 2005.

A transição de uma realidade de trabalho em que prevalece a individualidade e a competição para um modo de trabalho sob a ótica da solidariedade e a cooperação, requer a tomada de atitudes pelas pessoas. É a partir da conscientização que se dá a compreensão para pensar e agir de maneira cooperativa e solidaria em coletivo. É um aprendizado que se consolida nos espaços de vivências coletivas e possibilita o surgimento de novas culturas, como se percebe nas palavras de Antonio Gramsci, quando afirma:

> Criar uma nova cultura não significa apenas fazer, individualmente, descobertas originais, significa também e sobretudo difundir criticamente verdades já descobertas. Socializá-las por assim dizer, transformá-las, portanto, em bases de ações vitais, em elemento de coordenação de ordem intelectual e moral (Tiriba; Fischer, 2012, p. 3).

A constituição dessa Associação, ASCAMARTAS, serviu de base inicial para a organização coletiva do trabalho e da produção do grupo de Catadores e Catadoras de material reciclável em Tangará da Serra. No entanto, a imersão nessa nova cultura que se pauta por atividades e práticas autogestionárias despertam no ser humano a dificuldade para o

aprendizado do novo, evidenciando a influência do meio social onde vive. Os registros nas atas da ASCAMARTAS fornecem evidências concretas e trazem consigo os desafios e contradições vivenciadas no empreendimento.

Constam nos registros das atas da Associação temas que foram objeto de discussões internas e se destacam: A análise do desempenho individual de cada cooperado; A necessidade de um veículo para o transporte dos associados; A discussão acerca da aquisição de máquinas; O debate sobre a admissão de cinco novos membros na associação. Também há registro de falas da presidente que traz à tona a questão dos desentendimentos entre diretores e os associados (Senger 2008, p. 20).

Como destaca Gramsci (2012), "criar uma nova cultura, não significa apenas fazer individualmente", socializar os assuntos como a renda pelo trabalho e outros assuntos que permeavam as pautas, por vezes geravam desentendimentos entre as pessoas.

A discussão dos problemas cotidianos conduz à busca de soluções de forma transparente e conjunta para a organização do trabalho. Faz-se presente o diálogo que promove a compreensão dos temas debatidos, sendo também uma prática pedagógica. É um modo de praticar a autogestão, todos tomando ciência das questões relativas ao ambiente de trabalho e, dessa forma aprendendo. Com afirmam Novaes e Castro (2011, p. 42), quando afirmam que "a autogestão, enquanto tendência, não será autogestão apenas quando plena, mas também enquanto processo pedagógico".

Foi ainda feita uma terceira tentativa para organização coletiva e o grupo de Catadores e Catadoras passa a pensar na constituição de uma cooperativa. O interesse pela organização desse tipo de empreendimento fica explícito pelo modo de falar de uma integrante do grupo quando afirma: "foi porque falaram pra gente que a cooperativa tem dinheiro do governo e a associação não tem verba do governo (sic)" (Senger, 2008, p. 20).

Aproximadamente um ano após a tentativa de constituição da ASCAMARTAS, no mês de junho de 2006, um grupo de 21 pessoas reúnem-se em assembleia para deliberar sobre a fundação de uma cooperativa. Ocasião em que aprovaram os Estatutos Sociais e elegeram a primeira diretoria do que viria a ser a COOPERTAN, tendo o catador Edmilson de Oliveira Lobato como primeiro presidente.

Corria já o ano de 2007, percalços e dificuldades ainda permeavam o processo de constituição. A documentação encaminhada à Junta Comercial para registro de uma cooperativa foi devolvida por inconsistências na ata de fundação e nos Estatuto Sociais. Por esse tampo, surge um novo parceiro para contribuir com os Catadores e Catadoras nesta empreitada.

A Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), campus de Tangará da Serra, através Núcleo de Pesquisa, Extensão e Estudos da Complexidade no Mundo do Trabalho (NECOMT) passa a auxiliar os Catadores e Catadoras a partir do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS). Relata o coordenador do projeto, professor Sandro Benedito Sguarezi, juntamente aos Catadores e Catadoras:

> Que em reunião [...] diante das dificuldades de registro na Junta Comercial, foi realizada uma assembleia em que os associados tomaram a decisão de abandonar todo o processo desta primeira tentativa de organização da documentação da cooperativa (Senger, 2008, p. 22).

Tendo a Universidade à frente do processo e com participação de outros parceiros como a organização social La Comuna[9] e o escritório de contabilidade 'Jus Contabilis' foi retomada a organização da documentação para constituição de uma Cooperativa.

Vencidas estas etapas, no dia 12 de julho de 2007 aconteceu a assembleia de fundação da COOPERTAN no Plenário Vereador Daniel Lopes da Silva da Câmara Municipal de Tangará da Serra, estado de Mato Grosso. A formalização da Cooperativa se deu com 22 cooperados que elegeram o sr. Edmilson Oliveira Lobato para presidente, com mandato para 2 anos, devendo se encerrar em 31 de dezembro de 2008.

[9] **La Comuna** – Organização Social sem fins lucrativos. Apoiou a constituição da Coopertan, principalmente com a cedência de espaço para as reuniões, mas também contribuiu na elaboração e redação de diversos documentos através do advogado associado (Bel. Edinho – *In memoriam*), principalmente o Estatuto Social.

4 EDUCAÇÃO POPULAR

A educação no Brasil desenvolve-se na trajetória histórica de um país inserido no contexto subjugado ao conceito ‘euronortecentrístista’ de Terceiro Mundo, enfrentando as inúmeras contradições inerentes e provocadas pela lógica hegemônica do modelo econômico capitalista. Nas últimas décadas, diversas iniciativas foram empreendidas visando à universalização da educação pública, entretanto, o que transparece é que a rede escolar estatal se encontra em um estado de crise constante.

Cenário que se agrava especialmente a partir de 2019. O Problema não se limita unicamente à insuficiência de recursos financeiros, abrange também a maneira pela qual esses recursos são alocados e empregados. Torna-se evidente a urgência de priorizar o bem comum e o interesse público, alinhados à valorização da diversidade presente neste território de dimensão continental. Nesse contexto, é fundamental manter os princípios éticos e culturais intactos, ao mesmo tempo em que se mantém a motivação impulsionadora da esperança para a sociedade (Rollemberg, 2021).

A fim de que se possa promover mudanças numa sociedade para que o capital e as classes dominantes não imponham uma educação voltada para o trabalho alienante, faz-se necessário uma educação que torne possível ao sujeito alcançar sua autonomia. Nesse sentido, educação e trabalho são categorias que se fundem numa proposta de educação para além do capital. Uma educação que possa ser transformadora, libertadora e vá além do letramento:

> A educação libertadora teria como função transformar o trabalhador em um agente político, que pensa, que age e que usa a palavra como arma para transformar o mundo (Mészáros, 2008, p. 12).

As origens da Educação Popular (EP) estão vinculadas às lutas dos trabalhadores. Alternativa que se manifesta como resposta às adversidades impostas pelo sistema hegemônico capitalista. Suas raízes surgem de variadas experiências de resistência por parte dos trabalhadores em tempos e espaços consagrados dentre os quais pode-se citar:

> Na Europa, as experiências socialistas do Leste Europeu, o pensamento pedagógico socialista, as lutas pela independência na América Latina, a teoria de Paulo Freire, a teologia da libertação e as elaborações do novo sindicalismo e dos Centros de Educação e Promoção Popular (Paludo, 2012, p. 283).

Trata-se aqui de uma educação que não se restringe ao ensino oficial, pois este, não possui as competências para proporcionar uma educação libertadora e emancipatória que torne possível à classe trabalhadora conscientizar-se da sua realidade de exclusão.

Na América Latina, estudiosos também se debruçaram a explorar esses temas Populares. Um exemplo é Alfonso Torres Carillo (2011), cuja obra: "Educação Popular: trajetória e atualidade" se destaca. Sua proposta foi difundir, para as novas gerações de educadores e ativistas sociais, as quatro décadas de história da Educação Popular. Discorre sobre os desafios atuais dessa prática pedagógico-política característica da região sul-americana. Por fim, expressa seu entendimento sobre a Educação Popular com o conceito:

> Por Educación Popular entendemos un conjunto de prácticas sociales y elaboraciones discursivas, en el ámbito de la educación, cuya intencionalidad es contribuir a que los diversos segmentos de las clases populares se constituyan en sujetos protagonistas de una transformación de la sociedad, en función de sus intereses y utopías (Carrillo, 2011, p. 26).

No Brasil, a Educação Popular identifica-se como oportunidade para confrontar o sistema de educação hegemônica e capitalista. É uma estratégia pedagógica praticada por alguns Movimentos Sociais, como é o caso do Movimento Sem-Terra (MST) que tem instituído as práticas da EP para oportunizar a formação de seus membros, como indicam as palavras a seguir:

> Para o Movimento não basta que o militante tenha formação política, ainda que esta seja essencial. Paralelamente a essa qualidade, o Movimento precisa de que o seu membro tenha também capacitação técnica, bem como desenvolva as aptidões necessárias à organização coletiva da vida social, à organização coletiva da produção e de outras atividades econômicas (Dal Ri; Vieitez, 2004, p. 1382).

É uma referência em que transparece o vínculo entre educação e trabalho que, no contexto deste estudo, trata-se do "trabalho associado". De modo similar ao MST, a Economia Popular Solidária também busca para seus militantes, trabalhadores/as associados/as ou cooperados/as, a formação de sujeitos críticos e conscientes integrando a educação ao processo do trabalho associado. O modelo de educação adotado pela Economia Popular Solidária é também a Educação Popular. O destaque da educação vinculada ao trabalho se identifica nestas palavras:

> Por ser o processo de trabalho, em si mesmo, uma instância de produção de conhecimentos sobre o mundo natural e social, o objetivo da educação não poderia ser outro a não ser o de contribuir para que homens e mulheres trabalhadores

> pudessem rearticular os saberes sobre a vida em sociedade, apropriando-se do processo de trabalho em sua totalidade. E também para que pudessem expressar, por meio de diversas linguagens, nossa subjetividade — objetivada pelas condições materiais e imateriais que nos constituem como seres sociais (Tiriba, 2008, p. 72).

Nesse sentido, a autora presume a perspectiva do trabalho que produz conhecimentos. E o processo educacional, implícito neste, oportuniza o desenvolvimento da capacidade de rearticulação de saberes sobre o trabalho, a sociedade, a realidade do próprio sujeito viabilizando a formação crítica e reflexiva.

Retomando a atenção para a Educação Popular, é importante compreender a ligação existente entre a possibilidade e o direito à adoção desta modalidade de aprendizagem. Nesse sentido a Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira (LDB), art 2º, § 2º; Art. 3º, Incisos II, IV e XI) estabelece:

> A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social [...] pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas [...], respeito à liberdade e apreço à tolerância [...], vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais (Brasil, 1996).

É uma referência que indica a possibilidade para a Economia Popular Solidária fazer a opção pela Educação Popular como modelo para suas práticas pedagógicas. Protagonizando, um papel relevante no contexto democrático da educação, vinculando-a à pluralidade de ideias, ao mundo do trabalho e às práticas sociais.

Por seu turno, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), quando trata das Competências Gerais para a Educação Básica, normatiza a Lei acima enunciada, nos seguintes termos:

> 6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimento e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e a seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade (Brasil, BNCC, 2018, p. 9).

A diversidade de saberes, vivências culturais, relação com o mundo do trabalho, cidadania, liberdade, autonomia e consciência crítica, são conceitos presentes na Educação Popular. Entretanto, é uma prática, que por vezes se resume a professores que assumem uma prática pedagógica dialética no cotidiano de sua sala de aula.

Por outro lado, fora dos muros da escola, os Marcos Legais, abrem a possibilidade para a adoção dos princípios da Educação Popular como estratégia pedagógica. Sob essa presunção,

apresentam-se a seguir algumas práticas de políticas públicas que reconheceram a Educação Popular como possibilidade pedagógica para a formação de seus quadros técnicos.

É o caso do Ministério da Saúde, que tem a Educação Popular como método didático para a formação dos profissionais em políticas públicas de saúde. A Portaria nº 2.761/2013 de 19 de novembro de 2013, institui a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (PNEPSSUS). Dentre os vários objetivos da Portaria, pode-se destacar o fortalecimento das políticas de inclusão social e a busca por ampliação das práticas populares em saúde de forma democrática e com a participação social.

Outra contribuição que faz referência à Educação Popular é o "Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas" (2014). É um documento produzido pela Secretaria Geral da Presidência da República juntamente a Secretaria Nacional de Articulação Social e Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã em 2014, no governo Dilma Roussef.

É uma publicação produzida por um grupo de trabalho que reuniu representantes do Governo Federal, da sociedade civil organizada e universidades. Foi aprovada no "1º Seminário Nacional da Política de Educação Popular", em 2013. Contou com a contribuição da sociedade civil em duas consultas públicas realizadas de forma remota no decorrer de 2013 (Brasil, 2014, p. 4).

4.1 O método Paulo Freire

No período pós-Segunda Guerra Mundial, as análises do subdesenvolvimento começaram a ter impacto sobre a população latino-americana. Como outros brasileiros, Freire percebeu que a época de atraso e imobilidade estava sendo substituída por novas orientações econômicas, industrialização, maior autonomia nacional e mobilidade de classes.

Política e culturalmente, a sociedade estava transformando-se, as interpretações tradicionais de temas como: democracia, participação popular, liberdade, propriedade e autoridade buscavam novos conteúdos e a educação passou a ter maior significado e importância para as classes sociais. Nas palavras de Freire:

> A educação, portanto, na fase de transição que estavam vivendo, tornou-se uma tarefa altamente importante. Sua força derivaria principalmente da nossa capacidade de nos inserirmos no dinamismo da época em transição (Sanders, 1968, p. 6 *apud* Freire, 2018).

Como educador e intérprete desse processo, Paulo Freire sentiu que uma de suas funções era contribuir para formar uma população capaz de participar racional, crítica e democraticamente do presente e do futuro do país.

A intenção consiste em implantar uma educação ou formação da pessoa para a liberdade, evidenciando um preparo para o exercício e vivência da democracia e, não apenas em converter o analfabeto em eleitor, condicionado aos esquemas do poder hegemônico existente.

> Uma educação deve preparar, ao mesmo tempo, para um juízo crítico das alternativas propostas pela elite, e dar a possibilidade de escolher o próprio caminho (Freire, 1979, p. 12).

São afirmações, propostas ou conceitos que descortinam os questionamentos de Paulo Freire sobre o porquê ele estava ensinando as pessoas a escrever? Era para que as pessoas se apropriassem dos valores e assumissem os papéis dentro de uma sociedade estratificada e desumanizadora? Reconhecendo assim que a educação conduzia os alunos para a adaptação a uma sociedade que ele e outros brasileiros pensavam que deveria mudar (Sanders, 1968, p. 5-6; Freire, 2018, p. 56).

Sob essa perspectiva, vai se formando o conceito da “pedagogia freiriana”, também denominado de Método Paulo Freire. Constituído por um conjunto de estratégias didáticas concebidas e implementadas em suas experiências com a alfabetização de adultos, aplicadas pelo educador nos círculos de cultura.

> No quadro do Movimento de Educação Popular, os alunos formados nos círculos de cultura são mais exigentes que os líderes populistas, veem mais nitidamente a diferença entre as promessas feitas às massas e sua realização estiva (Freire, 1979, p. 12).

Nestes espaços de alfabetização de adultos no nordeste brasileiro durante a década de 1960, o aprendizado deveria ir além do letramento, alcançava a formação para a cidadania e emancipação do sujeito. Os alunos, além de aprender a ler, desenvolviam a consciência crítica para interpretar e compreender a conjuntura política na qual estavam inseridos, tornando-se mais exigentes em seus diálogos e posicionamentos.

Sobre a expressão “método”, alguns estudiosos e pesquisadores demonstraram entendimento de que o conceito devesse ser ampliado. Nessa percepção, cunharam o termo “Sistema Paulo Freire” considerando um sentido mais abrangente:

> Compreendia não só a metodologia, mas um sistema integrado em que a teoria e a prática, a filosofia e a técnica estejam articuladas formando um só conceito ao invés de momentos estanques (Feitosa, 1999, p. 28).

No âmbito desse estudo, considera-se ambas as expressões relevantes para validar e identificar a pedagogia freiriana. Uma das características do método consistia em não trazer nada pronto para o espaço de alfabetização. O professor, o educador popular, deveria instigar, a partir do diálogo, a compreensão da realidade na qual estava inserido o educando.

> Paulo Freire pensou que um método de educação construído em cima da ideia de um diálogo entre educador e educando, onde há sempre partes de cada um no outro, não poderia começar com o educador trazendo pronto, do seu mundo, do seu saber, o seu *método* e o *material* da *fala* dele (Brandão, 1981, p. 9).

Pode-se afirmar que o diálogo, mais do que uma categoria em Paulo Freire e para a Educação Popular, é uma ferramenta pedagógica que oportuniza a conscientização. Não se resumindo a alunos e espaços escolares, sendo viável sua aplicação em outros contextos.

Para Sanders (1968, p. 8) o Método Paulo Freire consistia em três fases. A primeira, consistia em conhecer o contexto em que viviam os alfabetizandos. A imersão para o entendimento dessa realidade se dá através de dinâmicas pedagógicas de conversas informais.

> Assim, a primeira fase do método tornou-se um estudo do contexto em que viviam os analfabetos, a fim de determinar o vocabulário comum e os problemas em torno dos quais o processo de reflexão poderia desenvolver. Por meio de conversas informais, uma equipe de educadores estudou o pensamento, os problemas e as aspirações de uma determinada comunidade.

A partir dessas conversas informais é possível determinar um vocabulário que se origina na cultura da gente do lugar em torno dos problemas, das realidades e das vivências, para então iniciar o processo de reflexão.

> Esta primeira etapa pedagógica de construção do método foi chamada por Paulo Freire de vários nomes semelhantes: “levantamento do universo vocabular”, “pesquisa do universo vocabular” [...] mas sempre permaneceu viva a mesma ideia: a ideia de que há um *universo de fala* da cultura da gente do lugar, que deve ser: investigado, pesquisado, levantado, descoberto (Brandão, 1981, p. 11).

A segunda fase envolve a seleção de palavras do vocabulário descoberto. São selecionadas palavras que carregam maior sentido existencial, conteúdo emocional e palavras típicas da região e da comunidade. A seleção pode ser feita a partir de 3 critérios:

> 1) Primeiro critério: incluir palavras que possuem os sons básicos da língua;

> 2) Segundo critério: o vocabulário permita que o aluno passe de letras e sons simples para sons mais complexos e;
> 3) Terceiro critério: escolher palavras que tornam possível o confronto do alfabetizando com sua realidade social, cultural e política (Sanders, 1968, p. 8).

A terceira fase: Problematização. É a busca pela superação da primeira visão ingênua por uma visão crítica que tem a virtude de transformar o contexto em que se vive. Ou seja:

> A problematização nasce da consciência que os homens adquirem de si mesmos que sabem pouco a próprio respeito. Esse pouco saber faz com que os homens se transformem e se ponham a si mesmos como problemas (Feitosa, 1999, p. 53).

É o momento em que, educadores e educandos se engajam num diálogo crítico e reflexivo, oportunizando questionamentos sobre os problemas relacionados ao contexto ao qual estão inseridos. A problematização, não proporciona apenas a aquisição de conhecimento, mas orienta os educandos para a *práxis* da transformação da realidade social, política e econômica na qual estão inseridos, tornando-os sujeitos na construção de novos saberes e possibilidades, como se observa nas palavras:

> Ao fazer-se opressora, a realidade implica a existência dos que oprimem e dos que são oprimidos. Estes, a quem cabe realmente lutar por sua libertação juntamente com os que com eles em verdade se solidarizam, precisam ganhar a consciência crítica da opressão, na práxis dessa busca. Este é um dos problemas mais graves que se põem a libertação. É que a realidade opressora, ao constituir-se como um quase mecanismo de absorção dos que nela se encontram, funcionam como uma força de imersão das consciências (Freire, 2019, p. 51).

Em síntese, o diálogo crítico e reflexivo entre educadores e educandos promove mais do que a simples transmissão de conhecimento; ele fomenta uma conscientização transformadora, orientada para a práxis e para a libertação das opressões sociais, políticas e econômicas. Como exposto por Freire, a realidade opressora absorve as consciências, tornando ainda mais urgente o desenvolvimento de uma consciência crítica que possibilite a luta pela emancipação. Assim, o papel da educação torna-se fundamental para formar sujeitos ativos e conscientes, capazes de transformar a realidade na qual estão inseridos, rompendo com as estruturas de opressão e construindo novos caminhos.

4.2 Princípios da Educação Popular

Nessa seção apresenta-se uma pequena ousadia de organização de alguns princípios da Educação Popular. A partir da análise de estudos e documentos, a intenção é proporcionar

visibilidade e clareza destes princípios, contribuir para práticas pedagógicas na Economia Popular Solidária e, no âmbito desse estudo, facilitar a percepção da probabilidade de interlocução entre os princípios da Educação Popular e da Economia Popular Solidária, com destaque para a Autogestão.

É uma construção que se encaminha no sentido que:

> Na Educação Popular, a sistematização é uma espécie particular de criação participativa de conhecimentos teórico-práticos, a partir de e para a ação de transformação, entendida como a construção da capacidade protagonista do povo (Brasil, 2014, p. 46).

Essa construção teórica toma por base alguns documentos, tais como: A Portaria 2.761/2013, do Ministério da Saúde (Brasil, 2013); o Marco de referência da educação Popular para as Políticas Públicas (Brasil, 2014), o estudo de Pontes e Pimenta (2019): A pedagogia crítica de Paulo Freire: Elementos para uma proposta no campo da didática e, Sguarezi (2011): Autogestão e Economia [Popular] Solidária: limites e possibilidades, dentre outros.

A Política Pública de Saúde desde a década de 1990 tem se aproximado das práticas da Educação Popular para o planejamento e assistência à saúde de modo a suprir a articulação entre os entes federados. É um compromisso que vai além da promoção, proteção e recuperação da saúde, é uma prática político-pedagógica que dialoga com a diversidade de saberes, valorizando os saberes populares e a produção individual e coletiva do conhecimento (Brasil, 2013).

Nessa perspectiva, o Ministério da Saúde institui a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito o Sistema Único de Saúde através da Portaria 2.761/2013. A Portaria orienta que a Política de Saúde seja desenvolvida com base nos seguintes princípios: “Diálogo; Amorosidade; Problematização; Construção compartilhada do conhecimento; emancipação e, compromisso com a construção de um projeto democrático e popular” (Brasil, 2013, art. 3°, p. 1).

Sob o mesmo enfoque, o Governo Federal, através da Secretaria Geral da Presidência da República juntamente com o Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã publica o “Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas” (2014). A proposta teve por finalidade disseminar conhecimento a respeito da Educação Popular e suas potencialidades para a emancipação, conforme afirma:

> Este Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas reflete um novo momento na valorização destas práticas que acontecem dentro e fora do Governo Federal. Seu propósito é criar um conjunto de elementos que permita a identificação de práticas de Educação Popular nos processos das políticas públicas, estimulando a construção de políticas emancipatórias.
>
> [...] reconhecimento [ao] grande educador Paulo Freire, [...] este documento busca resgatar o importante papel que a Educação Popular desempenhou historicamente na formação do povo brasileiro (Brasil, 2014, p. 6).

O documento foi aprovado no "1º Seminário Nacional da Política de Educação Popular", no ano de 2013. Contou com a contribuição da sociedade civil através de consultas públicas realizadas de forma remota e, aponta para algumas categorias constituídas nos primórdios da Educação Popular no Brasil:

> Podemos destacar que desde os anos de 1960, tanto no campo das práticas quanto nos momentos de reflexão sobre as ações em Educação Popular, produziu-se um conjunto de categorias importantes para orientar as experiências populares e institucionais (Brasil, 2014, p. 36).

O documento: "Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas" (2014), destaca sete categorias para a Educação Popular, nessa ordem: dialogicidade; amorosidade; conscientização; a transformação da realidade do mundo; partir da realidade concreta; construção do conhecimento e pesquisa participante, e; sistematização de experiências e do conhecimento (Brasil, 2014, p. 36ss).

Outro estudo, que inicialmente despertou o interesse e estudo dos princípios da Educação Popular, foi a publicação de Pontes e Pimenta (2019), na qual as autoras apresentam o artigo: "A pedagogia crítica de Paulo Freire: Elementos para uma proposta no campo da didática". Em cuja obra sugerem três classes, as quais denominam de: "princípios estruturantes" da Pedagogia Freiriana, nessas palavras:

> Até aqui, [...] ressaltamos o quanto, em Freire, experiência de vida e obra se retroalimentam, bem como o seu alto nível de comprometimento com a causa da educação popular conscientizadora, [...] sua obra central, com a finalidade de realçar três princípios estruturantes: a perspectiva do sujeito, os modos de construção de conhecimento e a categoria do inédito viável (Pontes; Pimenta, 2019, p. 7).

Alguns elementos são sugeridos pelas autoras nessa caracterização da Educação Popular. Destaca-se o termo "A pedagogia crítica de Paulo Freire, para se referir ao método. Afirmam que a Educação Popular é conscientizadora. E ainda, revelam três classes; 1 A

perspectiva do sujeito, 2 O modo de construção do conhecimento e, 3 A classe do inédito viável. Sob as quais, pode-se conceber alguns princípios da Educação Popular.

4.2.1 Diálogo/Dialogicidade

O diálogo é uma das formas de se operacionalizar, após a alfabetização, o entendimento dos alunos com a discussão, a leitura e a escrita sobre os temas geradores, ou seja:

> Após apreender, na fase de alfabetização, como dizer/ler/escrever a sua palavra geradora, o oprimido agora, na fase de pós-alfabetização, será capaz de discutir/ler/escrever sobre seus *temas geradores* (Freire, 1967 *apud* Pontes; Pimenta, 2019, p. 8).

Os temas geradores eram produzidos a partir da realidade das pessoas que estavam sendo alfabetizadas. A construção desses temas se dava com a estratégia didática do diálogo:

> Aqui reconhecemos outro princípio dessa educação, o diálogo. A educação deveria estar baseada na construção dialógica e respeitosa da relação entre o educador e o educando, sendo os dois participativos da educação. O educador [Paulo Freire] se opunha à ideia de escola tradicional, desde a sala de aula, porque ele defende que o seu método de ensino tem como ambiente social o "círculo de cultura" para que o estudante tivesse a possibilidade de desenvolver sua criticidade e criatividade (Meneses, 2020, p. 48).

O diálogo como método não se resume aos espaços de educação e alfabetização. A partir da realidade presente, a didática da conversa, em diferentes espaços e diferentes saberes, possibilitam o direito de pronunciar a palavra, tornando-se um autêntico ato pedagógico (Carvalho *et al.*, 2022, p. 160). Diante disso, pode-se considerar:

> O diálogo, uma das categorias mais importantes em Freire, pois dela decorrem as demais, representa para a Educação Popular o alicerce para uma pedagogia libertadora e transformadora (Brasil, 2014, p. 36).

Pode-se dizer ainda, que a amorosidade se conecta e dá sustentação ao diálogo, ou até mesmo, faz parte deste, visto que na ação dialógica está implícita a empatia pelo outro. É possível então afirmar que:

> Amorosidade é a ampliação do diálogo nas relações de cuidado e na ação educativa pela incorporação das trocas emocionais e da sensibilidade, propiciando ir além do diálogo baseado apenas em conhecimentos e argumentações logicamente organizadas (Brasil, 2013, p. 2).

A amorosidade, pode-se supor, é um indicador do diálogo. A ela, Freire (2002, p. 80) se refere com as palavras: “Se não amo o mundo, se não amo a vida, se não amo os homens/mulheres, não me é possível o diálogo”.

A amorosidade permita a relação horizontal, como diz Freire (1987, p. 46): “Ao fundar-se no amor, na humildade, na fé nos homens, o diálogo se faz numa relação horizontal, em que a confiança de um polo no outro é consequência óbvia”.

4.2.2 Os modos de construção do conhecimento

De modo geral, a construção do conhecimento é o trabalho do educador junto aos sujeitos. Tomando por base três pilares: Partir da realidade concreta; A perspectiva do sujeito e; a construção compartilhada do conhecimento que servem de indicativos para a construção do conhecimento.

É uma construção que deve se dar a partir da realidade concreta, do contexto de mundo do sujeito, tanto da realidade na qual está vivendo, quanto a situação social e política em que seu contexto de vida se estabelece. O educador deve ter o entendimento da leitura de mundo que o indivíduo faz:

> Como educador preciso de ir "lendo" cada vez melhor a leitura do mundo que os grupos populares com quem trabalho fazem de seu contexto imediato e do maior de que o seu é parte. O que quero dizer é o seguinte: não posso de maneira alguma, nas minhas relações políticos-pedagógicas com os grupos populares, desconsiderar seu saber de experiência feito (Freire, 1996, p. 49).

A construção do conhecimento vai além da observação da realidade do sujeito, tendo por objetivo a transformação na busca de um protagonismo. Nesse sentido:

> A participação, a interação e a intervenção na realidade constituem o sujeito transformador. A realidade e os sujeitos da ação educativa estão localizados e constituídos pela pluralidade, pela diversidade e por universos culturais multifacetários, com diferentes identidades e interesses e os respectivos conflitos inerentes a essa realidade. A Educação Popular não apenas reconhece essa alteridade, mas assume a afirmação das identidades e das diferenças e as reconhece como componentes da própria diversidade sociocultural (Brasil, 2014, p. 44).

Partir da realidade concreta do sujeito, é o exercício da *práxis*, é a ação aliada à reflexão, é o pensar dialético, visto que:

> A práxis constitui-se em um princípio fundante para Freire e uma das bases da pedagogia do oprimido. Em seu pensar dialético, o autor concebe mundo e ação interligados, porém enfatiza que a ação não pode ser um simples ativismo vazio, precisa ser um "que fazer" em que a ação não se dissocia da reflexão (Pontes; Pimenta, 2019, p. 8).

A perspectiva do sujeito também é um indicador para a construção do conhecimento. Segundo Pontes e Pimenta (2019, p. 7) surge a partir das propostas pedagógicas de Paulo Freire (1987) para a alfabetização de adultos e suas estratégias didáticas com o uso de palavras geradoras, as quais deveriam "ser proveniente do universo vocabular do alfabetizando, e jamais ser preconcebida pelos educadores".

A perspectiva do sujeito emerge da vontade individual, onde educador e educando devem assumir papéis de protagonistas no processo de ensino e aprendizagem. O protagonismo, nesse contexto, reflete a ação ativa e consciente do sujeito. Como afirma Paro (2011):

> Nesse sentido, a ação pedagógica só pode dar-se supondo educandos que sejam sujeitos, portanto, o ato de se ser humano-histórico é um ato de vontade do indivíduo. O que caracteriza que o ato de educar depende de um ato de vontade de sujeitos, por isso que a relação pedagógica entre educadores/as e estudantes, somente ganha sentido quando ambos são considerados como sujeitos no processo de ensino aprendizagem. educar-se é, portanto, um verbo reflexivo. A boa didática deve começar por envidar todos os esforços para produzir no educando a vontade de educar (Carvalho *et al.*, 2022, p. 159).

A construção compartilhada do conhecimento é também uma referência para a concepção dos modos de construção do conhecimento. O que significa dizer que a construção compartilhada se dá entre educador e educandos e compreende dimensões teóricas, políticas e práticas (Brasil, 2013).

Ou seja, "no processo educativo, apreender e produzir conhecimento são momentos centrais no ciclo de aprendizagens capazes de articular a teoria e a prática, entre o conhecimento histórico construído e as experiências e saberes dos educandos e das educandas" (Brasil, 2014, p. 45).

4.2.3 Conscientização

Conscientização é o terceiro princípio da Educação Popular. É uma categoria que toma por base os indicativos: problematização e o inédito viável.

Conscientização foi um termo de muito significado para Paulo Freire. Ao ponto de passar uma percepção de que é, a partir da amplitude desse conceito, que se desdobra a sua proposta de Educação Popular. Sobre o conceito e sua compreensão, temos o relato:

> Acredita-se geralmente que sou autor deste estranho vocábulo "conscientização" por ser este o conceito central de minhas ideias sobre a educação. Na realidade, foi criado por uma equipe de professores do INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS por volta de 1964. Pode-se citar entre eles o filósofo Álvaro Pinto e o professor Guerreiro. Ao ouvir pela primeira vez a palavra conscientização, percebi imediatamente a profundidade de seu significado, porque estou absolutamente convencido de que a educação, como prática da liberdade, é um ato de conhecimento, uma aproximação crítica da realidade (Freire, 1979, p. 15).

A Conscientização, central em Paulo Freire, se forma a partir do conhecer. É preciso conhecer para se comprometer:

> A consciência se reflete e vai para o mundo que conhece: é o processo de adaptação. A consciência é temporalizada. O homem é consciente e na medida em que conhece, tende a se comprometer com a própria realidade (Freire, s/a [1979b], p. 21).

É mais do que a apreensão pura e simples da realidade, é a apropriação da realidade assumindo uma postura crítica.

> A conscientização consiste no desenvolvimento crítico da tomada de consciência. A conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica. A conscientização é, neste sentido, uma compreensão e apropriação da realidade (Brasil, 2014, p. 39).

A problematização apresenta-se como uma manifestação da tomada de consciência, podendo ser considerada um parâmetro para o desenvolvimento desta. A problematização implica a existência de relações dialógicas e propõe a construção de práticas [...] alicerçadas na leitura e na análise crítica da realidade (Brasil, 2013, art. 3º).

O espaço para a problematização é a realidade do sujeito, é esta que define:

> Os objetos da ação, fomenta a reflexão e o diálogo questionando as causas dos fatos, desmonta a visão mágica ao propor falar dos problemas cotidianos com a comunidade, refletindo em torno da situação conjuntural e de suas causas econômicas, políticas, culturais, sociais etc.[...] Desmonta a visão mágica ao propor falar dos problemas cotidianos com a comunidade, refletindo em torno da situação conjuntural. [...] Questionam-se os problemas e desafios da realidade, local e nacional, os modelos de Estado, de desenvolvimento, do sistema nacional de educação, a partir dos modelos impostos e do quanto estes podem desencadear num processo que dificulte e impeça a construção de uma sociedade plural, democrática e cidadã (Brasil, 2014, p. 57, 58).

O inédito viável é mais uma evidência para a tomada de consciência. É um dos conceitos forjados por Paulo Freire, que, no entanto, nem sempre esclareceu objetivamente seu sentido e definição, no entanto, observa-se que:

> Os termos cunhados por Freire são profundamente coerentes com suas referências teóricas, éticas e políticas, sem, contudo, serem por elas aprisionados. São conceitos que estão lá, como um ponto de referência, à mercê da dinâmica dos diferentes contextos em que são lidos. Ou seja, não há preocupação em dizer o que são, mas muito mais o que podem vir a ser, por meio da ação. É com esse espírito que se pretende empreender um processo de descodificação que permita reconhecer significados subjacentes ao inédito viável (Paro; Ventura; Silva, 2020, p. 3-4).

Na pedagogia freiriana estão sempre muito presentes termos por ele cunhados. Nesse sentido, "Paulo Freire não chega a desenvolver um conceito claro sobre inédito viável. Segundo Ana Freire (2014a, p. 225), o termo sugere a abrangência e, ao mesmo tempo, uma certa fluidez", quando afirma:

> O 'inédito-viável' é na realidade, pois, uma coisa que era inédita, ainda não claramente conhecida e vivida, mas quando se torna um 'percebido destacado' pelos que pensam utopicamente, o problema não é mais um sonho, ele pode se tornar realidade.

No aspecto educacional, por exemplo, o "inédito viável" pode configurar-se como uma ação de proximidade ao processo ensino-aprendizagem, como lemos no relato a seguir:

> Na educação o termo "inédito viável", pode tomar o sentido do comprometimento do profissional. O educador/a movido no desejo e conectividade do "inédito-viável", nutrido na convicção do que faz, enquanto agente comprometido/a com a educação para o esclarecimento, humanização e emancipação humana, na complexidade da educação na escola (Carvalho, 2022, p. 158).

Inédito viável traz consigo também a noção de superação a partir da educação. Como se observa nas palavras a seguir:

> A Educação Popular anuncia que entre as situações-limite, geradoras de violência, e os inéditos viáveis, expressão de Paulo Freire que significa as possibilidades de superação das situações-limite, encontra-se a educação como ação reflexiva e como prática cultural comprometida com a luta em direção ao "ser mais", dimensão ontológica do ser humano (Brasil, 2014, p. 47).

Essa ideia sugere que, ao transformar sonhos em objetivos tangíveis, a educação desempenha um papel central na promoção da emancipação humana e na construção de um futuro mais justo. No âmbito educacional, o "inédito viável" reforça o compromisso do educador com a prática pedagógica, incentivando ações voltadas para o esclarecimento, a

humanização e a superação de barreiras. Assim, a educação torna-se um espaço de transformação, onde o impossível pode se tornar possível, nutrindo a esperança e o potencial de mudança social.

4.2.4 Autonomia

Autonomia é o quarto princípio da Educação Popular. Para esta categoria se apresenta duas referências: Emancipação e transformação da realidade.

Etimologicamente, a partir do grego, "o termo autonomia significa a condição de um indivíduo ou de um grupo suscetível de se determinar por si mesmo, segundo suas próprias leis" (Cattani, 2000, p. 146; Sguarezi, 2017, p. 42).

Para Freire (1996, p. 35), "o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros. [...] Saber que devo respeito à autonomia e à identidade do educando exige de mim uma prática em tudo coerente com este saber".

O conceito de emancipação surge no contexto da Autonomia como indicativo do processo coletivo. Conforme exposto em Brasil (2013, art. 5º) acentuando esse sentido nas palavras:

> A emancipação é um processo coletivo e compartilhado no qual pessoas e grupos conquistam a superação e a libertação de todas as formas de opressão, exploração, discriminação e violência ainda vigentes na sociedade e que produzem a desumanização e a determinação social do adoecimento.

Para Freire (1987) a conscientização deve ocorrer para a emancipação dos oprimidos pela sociedade opressora. Nesse sentido, a libertação da opressão não ocorre "para" os oprimidos, mas sim através destes por um processo de conscientização.

A transformação da realidade é outro indicador da Autonomia. A intenção para a transformação surge a partir do processo educativo, dialógico e conscientizador que buscará tornar as pessoas sujeitos de seus direitos e protagonistas de seu destino (Brasil, 2014).

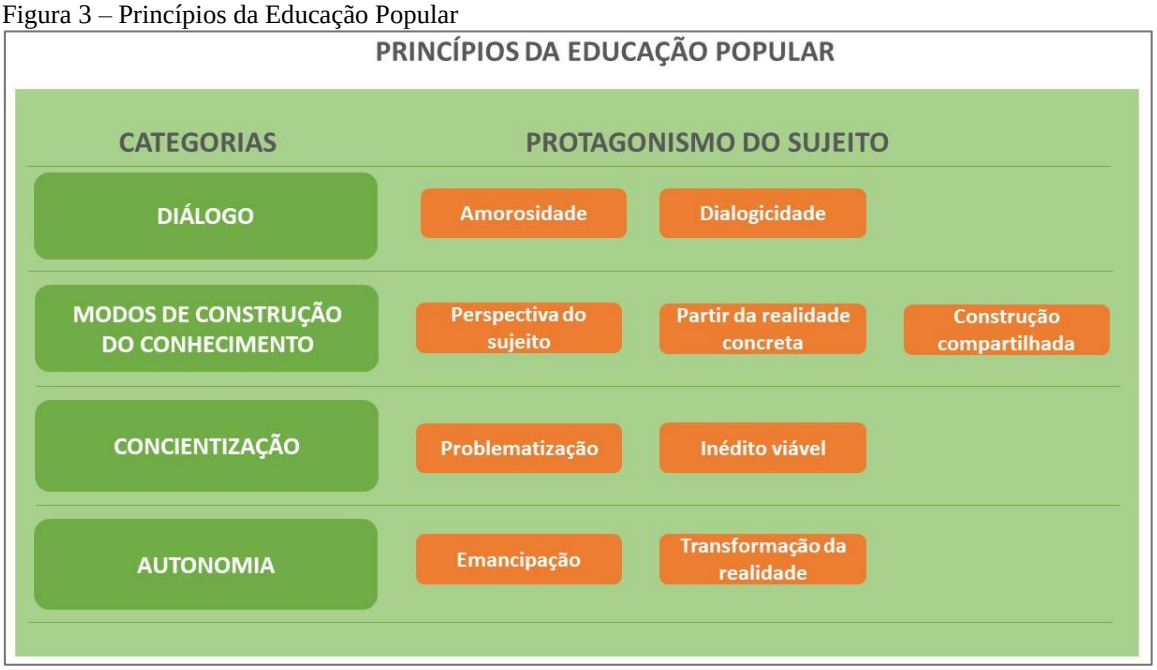
Para transformar é necessário que ocorra a relação dialética entre ação e reflexão. A partir dessa articulação entre a prática e o pensamento que permite ao homem atuar e transformar a sua realidade e da sociedade em seu entorno, ou seja, é exercício da *práxis:*

> Neste sentido, em si mesma, esta realidade é funcionalmente domesticadora. Libertar-se de sua força exige, indiscutivelmente, a emersão dela, a volta sobre ela. Por isto é

> que, só através da práxis autêntica, que não sendo "blablablá", nem ativismo, mas ação e reflexão, é possível fazê-lo. [...] A *práxis*, porém, é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo, sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimidos. [...] Por isto, inserção crítica e ação já são a mesma coisa. Por isto também é que o mero reconhecimento de uma realidade que não leve a esta inserção crítica (ação já) não conduz a nenhuma transformação da realidade objetiva, precisamente porque não é reconhecimento verdadeiro (Freire, 2019, p. 21).

Retratar a organização da Pedagogia Freiriana de modo mais visual é uma sugestão na figura a seguir. Um diagrama que evidencia alguns Princípios da Educação Popular.

Figura 3 – Princípios da Educação Popular



Fonte: Freire, 2019; Brasil, 2013; Brasil, 2014; Pontes e Pimenta, 2019; Produção e Edição: Senger, 2024.

A Figura 3 apresenta os Princípios da Educação Popular que podem ser interpretados à luz da obra referencial de Freire, bem como, podem ser analisados a partir das referências de seguidores ou estudiosos do assunto. Como bem afirmou Ana Freire ((2014a, p. 225), o professor Paulo não sistematizou os conceitos por ele cunhado. É preciso, portanto, se debruçar sobre sua obra e estudos pertinentes na busca de aclarar o entendimento. A representação visual acima pode ser um dessas tentativas. É uma interpretação sob dois ângulos, na vertical são visualizadas as categorias. No sentido horizontal, é possível entender que estas indicações constroem estas categorias. Certamente, é uma pequena tentativa que não esgota o assunto, podendo promover novas possibilidades para os apaixonados pela Educação Popular à moda freiriana.

5 ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA: A AUTOGESTÃO COMO *PRAXIS*

A Economia Popular Solidária é um movimento social popular contra hegemônico, com raízes históricas no início do século XIX. Como resposta ao capitalismo industrial, surge como iniciativa dos trabalhadores que buscam instituir formas de organizações políticas e econômicas mais solidárias e democráticas, visando organizar a produção e o consumo comunitário. Configura-se, numa concepção de sociedade que se manifesta a partir da mercantilização do trabalho no contexto do capitalismo (Singer, 2002).

No início do século XX, a Economia Popular Solidária ganha atenção acadêmica passando a ser mais discutida, conquistando reconhecimento em muitos países e também no Brasil. Seu desenvolvimento evoluiu para um modelo de produção que se diferencia do capitalismo tradicional, aproveitando as brechas existentes neste sistema (Sguarezi; Dutton; Martins, 2018).

Aproveitando-se das fragilidades, a Economia Popular Solidária busca promover os valores humanos que se contrapõem ao individualismo, concentração de lucro e exploração do trabalhador.

> A Economia [Popular] Solidária constitui um modo de produção que, ao lado de diversos outros modos de produção - o capitalismo, a pequena produção de mercadorias, a produção estatal de bens e serviços, a produção privada sem fins de lucro -, compõe a formação social capitalista, que é capitalista porque o capitalismo não só é o maior dos modos de produção, mas molda a superestrutura legal e institucional de acordo com os seus valores e interesses (Singer, 2001, p. 6).

É um modelo de produção, que faz opção pela organização coletiva de trabalho. Uma forma de organização econômica que se desenvolve e se estrutura, apresentando-se como alternativa ao modo capitalista de produção.

> É claro que, hoje, a Economia [Popular] Solidária se constitui num fenômeno muito mais complexo. Nessas últimas décadas, a Economia Popular Solidária vem se estruturando e se constituindo numa força real e alternativa ao modelo capitalista (Gadotti, 2009, p. 18).

A forma e a prática de organização na Economia Popular Solidária se materializam na constituição de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Segundo Santos (2021), são empreendimentos que devem possuir determinadas características, a partir da classificação

disponível no Sistema de Informações da Economia Popular Solidária (SIES)[10], e se identificam por grupos informais, associações, cooperativas e sociedades mercantis.

A 3ª Conferência Nacional de Economia Popular Solidária (CONAES)[11], descreve quatro características que devem estar presentes para que estes grupos ou coletivos possam se qualificar como pertencentes à Economia Popular Solidária:

> 1 Ser uma organização coletiva, singular ou complexa, cujos participantes ou sócios(as) são trabalhadoras(es) do meio urbano ou rural; 2 Realizar atividades de natureza econômica, socioambiental e cultural que devem ser as razões primordiais da existência da organização. 3 Ser uma organização de Autogestão cujos participantes ou sócios exerçam coletivamente a gestão das atividades econômicas e a decisão sobre a partilha dos seus resultados, através da administração transparente e democrática, soberania da assembleia e singularidade de voto dos sócios, cumprindo o seu estatuto ou regimento interno; 4 Ser uma organização permanente, considerando tanto os empreendimentos que estão em funcionamento quanto aqueles que estão em processo de implantação, desde que o grupo esteja constituído e as atividades econômicas definidas (III CONAES, 2015, p. 21).

Peculiaridades construídas a partir das discussões em plenárias com o protagonismo das trabalhadoras e trabalhadores da Economia Popular Solidária, tornando-se consenso no texto da Conferência. Com fundamento no texto da CONAES (2015); SIES (2013) e Singer (2002) identificam-se princípios da Economia Popular Solidária, que podem ser sintetizados e se destacam nestes termos: Cooperação, Autogestão, Solidariedade e a Ação Econômica (CASA), referendados por Sguarezi (2011, 2020; 2020 *et al*.); Arruda (2019). Segundo Santos (2021, p. 49), são categorias que:

> Estão relacionados com o [...] cooperativismo e [...] inspiram, projetam a conduta, os valores e os modos de produção dos Empreendimentos Econômicos Solidários que compõem a Economia Popular Solidária, proporcionando um desenvolvimento sustentável, inclusivo, democrático e socialmente justo.

Na trilha para a realização da IV CONAES, prevista para acontecer em 2025, Dagnino (2024, p. 25) nos contextualiza trazendo uma simples, mas completa definição de Economia Popular Solidária, afirmando:

> Baseada na propriedade coletiva dos meios de produção e na autogestão, a ES é para os cerca de 80 milhões de brasileiros em idade de trabalhar que nunca tiveram e muito provavelmente nunca terão emprego, a única saída da "economia infernal".

[10] Acontece Senaes, 2013. Disponível: https://base.socioeco.org/docs/acontece_senaes_2013_-_n34_ed_especial.pdf.
[11] III CONAES, realizada em Brasília, de 27 a 30 de novembro de 2015.

No contexto da fala deste importante pensador e pesquisador dessas temáticas, Dagnino faz uma relação com a Economia Criativa, uma cria do capitalismo para abrigar a forma de trabalho descaracterizada da relação capital e trabalho. É um subterfúgio para abrigar os milhões pelo mundo afora que agora não possuem a característica do dono do capital e também não é o assalariado deste.[12]

Esta conceituação buscou realçar as origens e princípios da Economia Popular Solidária, apresentando seus fundamentos. Retomando a dimensão da Educação Popular, é importante ressaltar a interlocução que se projeta entre esta e o trabalho associado. É um diálogo que destaca a Educação Popular como uma corrente pedagógica latino-americana e que emerge no contexto de lutas populares (Sguarezi; Dutton, Martins, 2019, p. 134-136). Uma prática pedagógica desenvolvida por Paulo Freire, conforme apresentado nos princípios acima.

Nesse sentido, apresenta-se a Figura 4, numa tentativa de sintetizar os princípios da Economia Popular Solidária conciliando com a Educação Popular.

Figura 4 - Princípios da Economia Popular Solidária



Fonte: Edição: Senger, 2024, com base em Santos (2021), Singer (2002); Sguarezi, (2011; 2020).

Tomando por base Santos (2021), os Princípios da Economia Popular Solidária: Cooperação, Autogestão, Solidariedade e Ação Econômica, possuem significados. Na *Cooperação*, as relações sociais são regidas pela reciprocidade e interações compartilhadas em prol de objetivos comuns, buscando encontrar pontos de união, minimizando divergências. Traz

[12] Dagnino (2024), vale destacar, apresenta um quadro comparativo entre a Economia Criativa (EC) e a Economia Popular Solidária (EPS), à p. 26, da citada obra.

consigo o a compreensão do significado do cooperativismo e oportuniza o amadurecimento político, a compreensão da cidadania e o papel do indivíduo [no seio em empreendimento, extensivo para] a sociedade.

Na *Autogestão,* se concretiza a prática da gestão compartilhada [que] favorece a participação de todos os associados ou cooperados, tornando viável a radicalização da democracia. Nesta esfera, se efetiva a organização do trabalho com as práticas participativas do diálogo [que se efetivam a partir de] abordagens pedagógicas que consolidam a autonomia do empreendimento. A *Solidariedade* [tem por fundamento a] igualdade [que se materializa] na justa distribuição do trabalho e [participação nos] resultados. Nesta dimensão, [que se refere ao sujeito], está implícito o fortalecimento das relações solidárias, [o compreender e o buscar pelo bem do outro] que se estende para o bem-estar comunitário. A *Ação-Econômica* abrange os processos de organização produtiva. É uma luta política pela organização da produção, na perspectiva da inclusão econômica, produtiva e social construindo estratégias para enfrentar os desafios do mercado, visando alcançar autonomia econômica.

Tomando a Educação Popular por pano de fundo, o quadro ainda apresenta duas facetas. A perspectiva do sujeito, conforme apontam Pontes e Pimenta (2019) quanto aos princípios estruturantes da pedagogia freiriana: "a perspectiva do sujeito, os modos de construção de conhecimento e a categoria do inédito viável". E, a outra, a perspectiva do Empreendimento, onde se dá o protagonismo social do sujeito. Entendimento que tomamos a partir da explicação: "A Educação Popular se realiza também através experiências de produção das condições da vida material dos sujeitos, isto é, pelo trabalho e pela reprodução da vida" (Sguarezi; Dutton; Martins, 2019, p. 139). É no empreendimento que acontece o trabalho e, advindo deste, a Autogestão e a Ação Econômica. Ousamos afirmar, onde se materializa o "inédito viável" freiriano.

5.1 A Autogestão como práxis pedagógicas

Essa seção apresenta um recorte com foco orientado para a Autogestão. Partimos do pressuposto, conforme sugere Singer (2004), de que a Economia Popular Solidária é um ato pedagógico. Sob esse ponto de vista, existe uma proximidade e conexão entre esta e a Educação Popular.

> Paul Singer entendia que a formação na Economia [Popular] Solidária passa pelos princípios metodológicos da Educação Popular e que a efetividade desse ensino

> decorre da estreita conexão entre teoria e prática. Costumava afirmar "a prática é o filtro dos princípios" (Nascimento, 2023, p. 143).

De modo que, se a Economia Popular Solidária tem por base os princípios metodológicos da Educação Popular para a formação de sua militância, e, como advoga Nascimento (2023), a efetividade desse ensino se consuma a partir da “estreita conexão entre teoria e prática”? Por dedução, pode-se afirmar que o exercício da *práxis* se consubstancializa na dimensão do empreendimento, ou seja, no fazer da Autogestão. Nesse sentido, busca-se analisar as práticas pedagógicas de Autogestão e sua relação com a Educação Popular.

O termo Autogestão tem origem na língua francesa por volta dos anos 1960. Muito usado por diversos grupos, desde partidos, sindicatos, grupos de estudos e até a grande imprensa. Entretanto, o uso desmedido do termo acabou por criar distorções no sentido desta expressão. As generalizações e os abusos de linguagem chegaram a tal ponto, que os militantes de sistemas políticos e sociais verdadeiramente autogeridos passaram a relutar e recusaram o uso do termo Autogestão (Nascimento, 2020).

No entanto, o estudo e a história da Autogestão implica numa abordagem que perpassa experiências e lutas de longo tempo, chegando à América na atualidade, como movimento e teoria social.

> A autogestão é uma estratégia-movimento social e um ideal-teoria social. Nesse sentido, o estudo da História da Autogestão implica uma abordagem de longa duração, tanto para seu polo das experiências históricas, das lutas autogestionárias abrangendo vários séculos (desde a Revolução Francesa, passando pela Comuna de Paris, até as experiências Comunais em n*uestra* América deste século em curso), quanto das formulações teóricas de muitos pensadores socialistas neste longo período (Nascimento, 2020, p. 27).

Para Mauricio Sardá de Faria (2011, p. 25), no Brasil a Autogestão está inserida no contexto do “novo cooperativismo”, cujo desenvolvimento se dá a partir da década de 1990. Destaca-se a constituição de cooperativas de produção, que inicialmente se agregam ao processo de luta alternativa para evitar o desemprego e manter os postos de trabalho das empresas falidas.

> Essas experiências cresceram e multiplicaram-se, permitindo que se fale atualmente na constituição de um sistema alternativo de produção ou, até mesmo, de um novo modo de produção baseado no cooperativismo e na solidariedade.

Outro aspecto, presente no conceito de Autogestão é a possibilidade da superação da divisão do trabalho. O trabalho técnico e a execução do trabalho não se separam das ações

intelectuais de planejamento e gestão. O resultado econômico do trabalho é partilhado por todos os associados (Tragtemberg, 2011; Zart, 2017).

Na Autogestão a dimensão pedagógica se entrelaça com o trabalho, possibilitando o aprendizado para todos sem distinção, de modo que:

> A Autogestão [...] está embasada nos princípios éticos da autonomia, da transparência, da consensualidade, da honestidade e da alteridade. [...] O exercício da politecnia [se dá] como processo de aprendizagem por todos os participantes das atividades que configuram a totalidade da organização econômica (Zart, 2017, p. 6-7).

A Autogestão é importante porque busca estabelecer novas relações sociais e de trabalho. Sob a premissa da organização coletiva preconiza um modelo de gestão que se respalda na democratização das decisões, visando a cooperação nas relações de trabalho. Apresenta-se ainda como possibilidade para a democratização econômica com práticas que se contrapõem ao modelo perverso estabelecido de concentração de capital e renda. É uma opção para a geração de trabalho praticada pelos movimentos sociais (Sguarezi, 2011, p. 39).

Por fim, pode-se afirmar que a Autogestão, possui um diálogo forte com a Educação Popular e o "inédito viável freiriano", apresentando-se como inovação e desafio. Inovadora em termos de tecnologia social e; desafiadora por experienciar o trabalho de forma coletiva como possibilidade para inclusão econômica e social de trabalhadores e trabalhadoras.

Sobre o aspecto do "inédito viável freiriano" Sguarezi (2020, p. 7) aponta a correlação entre a utopia e a Autogestão, nestas palavras:

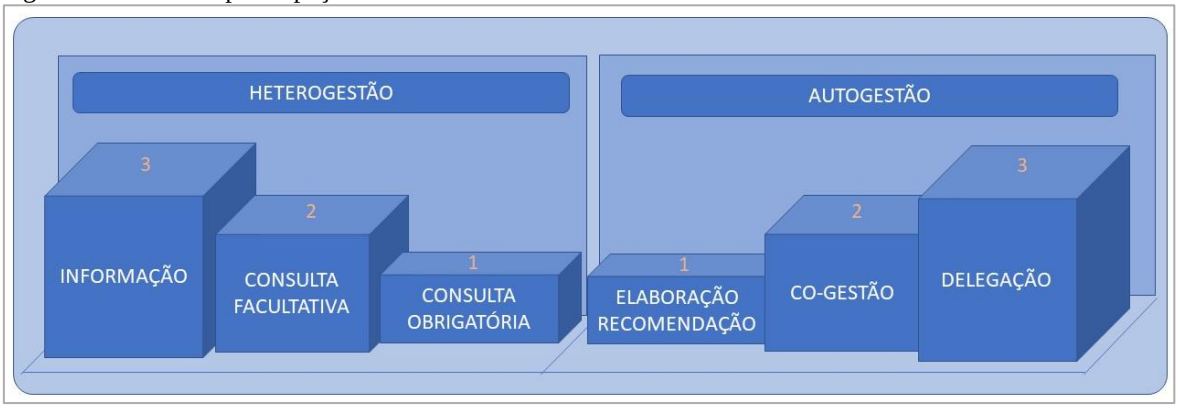
> A Economia Popular Solidária via autogestão é uma alternativa e uma oportunidade de organização dos trabalhadores e da sociedade civil de criar novos espaços públicos. Não é um novo modo de produção a ser construído num passe de mágica. É uma utopia, mas uma utopia na perspectiva do inédito viável freiriano, que se realiza em várias configurações e circuitos, promovendo relações de aprendizado não-monetarizadas, redes e cadeias socioprodutivas, que buscam relações mais sustentáveis (Sguarezi, 2011; Sguarezi, 2020, p. 7).

Para analisar as práticas pedagógicas e estabelecer a relação da Autogestão com a Educação Popular no espaço de um Empreendimento da Economia Popular Solidária foram estabelecidas algumas categorias de análise. Um esforço para legitimar parâmetros que possam servir, de modo simples e de maneira pedagógica, para indicar os níveis ou graus de Autogestão existentes e praticados no Empreendimento.

Alguns estudos serviram de base para a organização de um roteiro, tendo como ponto de partida, o Sistema Nacional de Informações em Economia Popular Solidária (SIES) que apresenta sete critérios para avaliar a autogestão nos EES.

A opção sugerida por Cançado (2004) a partir de Bordenave (1994), apresenta duas categorias: Heterogestão e Autogestão, cada uma com três níveis.

Figura 4 – Níveis de participação coletiva



Fonte: Cançado (2004), editado pelo pesquisador, 2024.

A sugestão apresenta seis indicadores para a avaliar o nível de Autogestão praticada pelo EES, conforme mostra a figura 04. Sendo três indicadores para a heterogestão: 3 Informação; 2 Consulta facultativa e, 1 consulta obrigatória. Nesta categoria, os níveis aparecem em ordem decrescente, o nível 3, caracteriza o maior grau de heterogestão e o nível 1, o menor grau.

Na categoria Autogestão, os níveis aparecem em ordem crescente. O nível 1, representa o menor grau de autogestão o nível 3, representa a autogestão plena. Fica demonstrado pela figura 4 a transição possível da hetero gestão para a Autogestão (Cançado, 2004, p. 66, 67).

Uma terceira opção de roteiro com critérios de avaliação da Autogestão foi sugerido por Gaiger e Assemburg (2007; 2010) [13]. A proposta contempla 14 indicadores:

> 1) As decisões fundamentais são tomadas pelo conjunto do grupo; 2 Princípio: *um associado um voto*; 3) Eleições diretas e livres do presidente; 4) Voto secreto nas decisões fundamentais;5) Uso de ata e outros registros oficiais; 6) Regularidade nas reuniões decisórias; 7) Renovação dos quadros diretivos; 8) Órgãos fiscalizadores independentes da direção; 9) Socialização das informações entre os membros; 10) Trabalhadores não associados apenas em caráter restrito;11) Atividades-fim realizadas

[13] Proposta elaborada pelo Grupo de Pesquisa em Economia Popular Solidária, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) e da Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO) e posteriormente também publicado por Assemburg e Gaiger, 2007; 2010; (Sguarezi, 2011, p. 13).

> apenas pelos sócios; 12) Aporte em capital e trabalho similar entre os sócios; 13) Envolvimento dos membros na gestão cotidiana do trabalho e doempreendimento; 14) Participação igualitária de sócios, homens e mulheres (Gaiger, Assemburg, 2007, p. 510ss; 2010).

A validação dos critérios citados se dá a partir do Formulário de Entrevista adotado pelo Sistema de Informações em Economia Popular Solidária (SIES). O questionário continha 171 perguntas, cujas orientações de abordagem, aplicação e preenchimento foram inseridas no volume 2 do SIES (SIES, 2009, p. 54).

Os indicadores propostos por Gaiger, Assemburg (2007; 2010) serviram de instrumento de pesquisa para Sguarezi (2011, p. 13; 2020, p. 144ss)[14], realizada em nível nacional tendo por recorte o Estado de Mato Grosso, cujos sujeitos da pesquisa foram as lideranças dos EES.

A partir destes instrumentos foram pensadas três categorias de análise: Democracia interna, organização e gestão e, trabalho e produção. Os quatorze indicadores, serviram de subcategorias para formular questões a serem respondidas pela liderança do Empreendimento, como sujeitos.

A Figura 5 mostra de forma visual a dimensão da Autogestão.

Figura 5 – Autogestão como práxis



Fonte: Edição: Senger, 2024, com base em Gaiger, Assemburg, 2007; 2010; Sguarezi, 2011, 2020.

[14] SGUAREZI, Sandro Benedito. **Autogestão e Economia Popular Solidária**: limites e possibilidades. São Paulo, SP: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP, tese de doutorado, p. 13, 144s; 2020).

A Figura 5 mostra que a ação econômica, base do empreendimento, se consolida a partir da Autogestão. As categorias de análise tornam possível a percepção da dimensão alcançada pelo empreendimento na apropriação dos saberes autogestionários. As subcategorias são indicativos das práticas da Autogestão existente no empreendimento, representada pelos indicadores numa escala 0 (zero) a 10 (dez) percentualmente.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No contexto da abordagem Qualitativa o presente estudo utilizou-se da metodologia da Pesquisa-ação (Thiollent, 1986) fundamentada na Pedagogia Crítica Freiriana (Freire, 1992, 1996, 2002; Pontes e Pimenta, 2019). Os instrumentos de pesquisa para a investigação utilizaram-se de questionários/formulários estruturados e semiestruturados, rodas de conversa e entrevistas, tomando por base os modelos desenvolvidos pelo Programa da Incubadora de Organizações Coletivas Solidárias e Sustentáveis (IOCASS, 2016). Instrumentos desenvolvidos a partir dos documentos do Sistema Nacional de Informações em Economia Popular Solidária (SIES, 2009) e do IPEA (2013). Os indicadores de Autogestão concebidos por Gaiger e Assemburg (2007; 2010), autenticados por Sguarezi (2011, 2020), serviram de base para a formulação de três categorias de análise: Democracia interna, trabalho e produção e; gestão e organização.

O *locus* da pesquisa foi a Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Tangará da Serra, estado de Mato Grosso. Espaço no qual, o pesquisador, após a autorização pelo CEP[15]. desenvolveu a pesquisa na modalidade de um percurso imersivo de fevereiro a dezembro de 2023. Neste período, o pesquisador se fez presente na cooperativa ao menos três vezes por semana. As atividades desenvolvidas junto aos trabalhadores e trabalhadoras, possibilitou participar de reuniões e assembleias, auxiliar na resolução de casos, contribuir com a administração, percorrer os espaços de produção, ajudar no trabalho de separação na esteira, prensas, separação de metais, fragmentação de vidro, na carga dos caminhões para a comercialização, numa experiência e exercício de pesquisa-ação.

Como critério de inclusão dos sujeitos da pesquisa foi adotada a categoria lideranças, constituída por um grupo de dezesseis pessoas que participaram por livre adesão. A Tabela 1 qualifica os participantes.

[15] CEP – Comitê de Ética em Pesquisa (PPGEdu). Pesquisa autorizada pelo Parecer nº 5.895.409 de 15 de fevereiro de 2023.

Tabela 1 – Perfil dos entrevistados

Ítem	Lideranças	Entrevistados Nº	Representação %
1	Diretores	3	28,07
2	Coordenação	4	
3	Conselho Fiscal	6	
4	Outras funções	2	
5	Não respondeu	1	
Total		**16**	

Fonte: Elaborado pelo pesquisador, 2024.

A Tabela 1 mostra o perfil dos participantes da pesquisa: Diretoria, conselho fiscal, coordenadores de setores e, cooperados que possuem determinado grau de liderança, mesmo não fazendo parte de nenhum coletivo de gestão. O recorte representa 28,07% (vinte e oito por cento) do total de (57) cinquenta e sete cooperados.

A análise dos dados foi realizada com base na análise de conteúdo conforme definida por Bardin (2011, p. 37):

> A análise de conteúdo é um *conjunto de técnicas de análise das comunicações (grifo do autor).* Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações. [...] É uma técnica de investigação que através de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo, manifesto nas comunicações, e tem por finalidade a interpretação *destas* mesmas comunicações (Bardin, 2011, p. 37; 42).

A análise dos dados é a interpretação dos dados por parte do pesquisador, que mesmo tendo um registro distinto é uma fase que se interpola com a pesquisa, ocorrendo em determinados momentos, concomitante a esta, como sugerem Deslandes e Minayo (1994, p. 67):

> Somos partidários deste posicionamento por acreditarmos que a análise e interpretação estão contidas no mesmo movimento, o de olhar atentamente para os dados da pesquisa. Na medida em que estamos tratando de análise em pesquisa qualitativa, não devemos nos esquecer de que, apesar dele, mencionarmos uma fase distinta com a denominação análise durante a fase de coleta de dados, a análise já poderá estar ocorrendo (Deslandes; Minayo, 1994, p. 67).

Segue a caracterização do Empreendimento na forma de diagnóstico socioeconômico da pessoa jurídica. Segundo Lima (2013), diagnóstico socioeconômico se caracteriza por ser um estudo sistemático que, a partir de indicadores, torna possível quantificar dados que traduzem a realidade do social e econômica do objeto de pesquisa.

> Consiste em uma tradução da realidade vivida por uma população em determinado espaço geográfico, por meio da utilização de indicadores de boa confiabilidade, validade e desagregabilidade que permeie diversas dimensões da realidade social (Lima, *et al*., 2013, p. 4).

A Tabela 2 identifica a formação do quadro social da COOPERTAN num dado período.

Tabela 2 – Cooperados: Gênero

Gênero	**Meses**							**Incidência**
	jul./23	**ago./23**	**set./23**	**out./23**	**nov./23**	**dez./23**	**jan./24**	**%**
Homens	23	20	20	17	24	19	18	35,2
Mulheres	38	37	33	35	39	33	38	63,1
Outra/os	1	1	1	1	1	1	1	1,7
Total	**62**	**58**	**54**	**53**	**64**	**53**	**57**	**100**

Fonte: COOPERTAN: Relatório da folha de pagamento, 2024; Compilação: Senger, 2024.

A Tabela 2 apresenta a variação do número de cooperados/as, com incidência por gênero no espaço temporal de sete meses, com destaque para o gênero feminino. Realidade sempre presente na cooperativa, desde o início de sua história, conforme relato:

> O grupo é formado por 48% de homens e 52% mulheres. Em sua maioria são casados, 5% divorciados e 29% solteiros (Senger; Sguarezi, 2010, p. 118).

É um cenário que propicia o protagonismo das mulheres. Abrindo espaço para a participação na gestão, como tem ocorrido com as últimas cinco diretorias eleitas. É um panorama que contrasta com os dados da pesquisa do IPEA (2013), como se observa pelos registros:

> O sexo masculino é predominante entre as pessoas que exercem a atividade de coleta e reciclagem de resíduos sólidos no país. Os homens representam 68,9% do total, contra 31,1% das mulheres (Ipea, 2013; Silva; Goes; Alvarez, 2013, p. 40).

A Tabela 3 mostra a composição dos grupos que caracterizam a organização do trabalho na Cooperativa.

Tabela 3 - Organização do trabalho e renda

Grupos	Funções	Nº pessoas	Retirada Mensal R$	Total Folha R$
	Gestor Logística	1	2.139,00	2.139,00
	Motoristas	3	2.400,00	7.200,00
	Coletores	8	2.139,00	17.112,00
Grupo A	Coord. Educ. Ambiental	1	2.139,00	2.139,00
	Triagem	23	1.412,00	32.476,00
	Operador prensa	4	2.168,00	8.672,00
	Operador máquinas	1	2.000,00	2.000,00
	Limpeza lixeiras	1	1.412,00	1.412,00
Grupo B	Dobra sacolas	3	1.412,00	4.236,00
	Diretora Presidente	1	2.400,00	2.400,00
	Diretora Financeira	1	2.400,00	2.400,00
	Diretora Operacional	1	2.400,00	2.400,00
	Coord. Dep. Administrativo	1	2.850,00	2.850,00
	Coord. Prensa	1	2.139,00	2.139,00
	Coord. Triagem	1	2.139,00	2.139,00
Grupo C	Aux. Adm. - balança	1	1.412,00	1.412,00
Total		**52**	**33.238,00**	**93.126,00**

Fonte: COOPERTAN: Plano de funções e retiradas, 2023 – Editado pelo pesquisador, 2024.

A Tabela 3 indica a organização dos coletivos de trabalho associado, por grupos, o valor das retiradas e o número de pessoas. Esta organização foi resultado de medidas adotadas a partir de maio de 2023, momentos em que a cooperativa enfrentou dificuldades processar a triagem de todo o material coletado. Com a intervenção da Incubadora IOCASS foi contratado a um profissional para assessorar a diretoria operacional na organização da produção. Um diagnóstico foi produzido juntamente a um mapeamento de processos e levantamento dos custos de cada atividade que deu origem ao Plano de Funções e Retiradas.[16]

O Grupo A, dedica-se à Coleta Seletiva e à Educação Ambiental. É constituído pelos coletores e motoristas que realizam a coleta semanalmente nos bairros da cidade. A coordenação da Educação Ambiental realiza visitas a escolas e empresas da cidade. Com recursos audiovisuais e estratégias pedagógicas esclarece a população sobre a coleta seletiva e

[16] O Plano de Funções e Retiradas compõem-se de três partes. Uma tabela que determina as funções com as descrições dos cargos e a remuneração de cada função; um organograma, (Apêndice A) que apresenta as relações de trabalho e; uma planilha (Apêndice A) de retiradas e produção [folha de pagamento] que detalha o ganho e a produção de cada trabalhador/a.

sua importância ambiental e social. As despesas para a realização das atividades desse grupo são basicamente custeadas com recursos públicos através de contrato de prestação de serviços.

O Grupo B, dedica-se aos serviços no barracão. A triagem do material recebido da coleta é separada em duas esteiras e segue para as prensas para enfardamento. O material prensado segue para a estocagem e comercialização. Fazem parte desse trabalho, a diretora operacional e os coordenadores de prensa e triagem (Grupo C).

O grupo C é constituído pelo setor administrativo. A cooperativa possui um espaço administrativo onde se realizam as atividades de gestão, reuniões de diretoria e assembleias, controles da balança e recepção de visitantes.

O valor de R$ 93.128,00 é a soma das retiradas pelos cooperados. É o pagamento pelo trabalho realizado pelos catadores cooperados, que se configura no ato cooperativo[17]. Por ser uma cooperativa de trabalho, os dados apresentados evidenciam uma face do impacto social proporcionado por um empreendimento dessa natureza.

O quadro de funções e retiradas foi construído pela assessoria com muito diálogo e discussão com a diretoria e os trabalhadores. Por fim, foi aprovado por uma Assembleia Geral[18], na prática da democracia direta, que caracteriza a Autogestão.

O modo como os sujeitos da pesquisa se apropria do conhecimento também foi objeto de análise. Para atender a este objetivo, foram concebidas três categorias: Democracia interna trabalho e produção e; gestão e organização.

No decorrer do percurso imersivo, foi realizada a coleta de dados. Além das anotações em caderno de campo foram elaboradas questões[19] encaminhadas para o grupo das lideranças. Momentos de roda de conversa anteciparam as respostas aos questionários e ocorreram entre o pesquisador e os cooperados visando o esclarecimento e apoio.

As Tabelas 4 e 5 sistematizam os dados coletados nas categorias: Democracia interna; Trabalho e Produção e; Gestão e organização.

[17] Ato Cooperativo, previsto da Lei 5.764/1971. É a soma do valor das transações comerciais entre a cooperativa e seus cooperados num dado período.
[18] Ata da Reunião Ampliada 004/2023, ocorrida em 04/05/2023.
[19] Utilizando-se da tecnologia digital *Google Forms*, tabuladas no *Excel.*

Tabela 4 - Democracia interna

Subcategorias	1 Decisões tomadas em conjunto		2 Um associado, um voto		3 Eleições diretas		4 Principais decisões com voto secreto	
Indicadores	Opinião	%	Opinião	%	Opinião	%	Opinião	%
Sim	13	81,3	16	100,0	15	93,8	14	87,5
Não	3	18,8	0	0,0	0	0,0	2	12,5
Não sei responder	0	0,0	0	0,0	1	6,3	0	0,0

Fonte: Elaborado pelo pesquisador, 2024, com base em Sguarezi, 2011, 2020.

A Tabela 4 apresenta a opinião dos entrevistados na categoria: Democracia interna. A partir dos indicadores sim/não/não sei responder, os sujeitos da pesquisa opinaram em quatro subcategorias: 1 decisão tomada em conjunto (80%); 2 Um voto por associado (100%); 3 A prática de eleições diretas (93%), e; 4 Voto secreto nas principais decisões (86,7%).

A seguir apresentamos um breve relato, permeado por declarações pessoais, que retrata uma determinada situação na cooperativa, mas fundamenta os percentuais na pesquisa de opinião.

> No início de 2023 (março), diante da situação de muito material e pouca triagem, houve uma tentativa de implantar a retirada por produção. Essa intenção da coordenação e assessoria, foi frustrada após uma semana de experiência. O próprio coletivo descontruiu o processo. Em 2024 (maio) a diretoria, na pessoa da tesoureira, retomou a conversa sobre o ganho por produção. Agora, não apenas com o argumento de excesso de material, mas também "o grande número de faltas e a baixa produção", argumentou a tesoureira. Em junho (2024), após estudos e discussões da diretoria com a assessoria, a proposta do ganho por produção, foi apresentado numa assembleia geral para conhecimento e entendimento pelo coletivo que aprovou por maioria. Entretanto, nessa assembleia, três cooperadas discordaram da proposição, ao ponto de dizer desaforos e palavras de ofensa atacando a diretoria e a assessoria. Saíram da reunião, abandonando o recinto, indignadas. Por fim, no final de junho (2024) uma das cooperadas insatisfeitas, vem ao escritório e relata: "olha!! Isso foi a melhor coisa que vocês fizeram", demonstrando seu reconhecimento com as medidas adotadas do ganho por produção. As outras duas cooperadas realizaram uma ótima produção, ganhando mais que retirada fixa (Caderno de campo: relato do pesquisador, 2024).

Os dados apontam que as quatro subcategorias receberam 92,1% em média no indicador 'sim'. O índice de 92%, associado ao relato e declarações descritas são testemunho evidente das práticas vivenciadas pelos sujeitos da pesquisa.

A análise destes aspectos, no âmbito do coletivo, torna possível perceber que há uma apropriação do conhecimento, tanto no primeiro momento da escolha pela remuneração por produção, quanto na segunda tentativa (junho, 2024). No entanto, afiguram-se também as contradições do aprendizado. A desconstrução da proposta pelo próprio coletivo que a instituiu.

Noutro momento, o reconhecimento da cooperada pela opção proposta pela gestão do ganho por produção, mesmo que inicialmente tenha sido "um motor" para desconstrução. São experiências de Educação Popular que se revelam com suporte no diálogo e na perspectiva do sujeito.

No âmbito da individualidade do sujeito, também ocorre a apropriação do conhecimento, num tempo menor, baseado na *práxis* e na realidade do sujeito. Na prática do trabalho, após o resultado, as pessoas compreenderam que esta organização é mais vantajosa. Impactando na melhora da renda individual e no aumento da produção. Concomitante a estes aspectos registra-se também que a figura do/a trabalhador/a que se escora no trabalho dos demais, fazendo 'corpo mole', deixou de existir conforme relato dos coordenadores e da diretoria em falas e conversas com o pesquisador.

As experiências de autogestão dão corpo à democracia interna, presente no empreendimento. São saberes que dialogam com a Educação Popular por intermédio das práticas pedagógicas.

A categoria gestão e organização obteve a pontuação apresentada na Tabela 5.

Tabela 5 – Gestão e organização

Subcategorias	5 Registro em ata		6 Regularidade de reuniões		7 Renovação da diretoria		8 Autonomia do Conselho Fiscal		9 Socialização das informações	
Indicadores	Opinião	%	Opinião	%	Opinião	%	Opinião	%	Opinião	%
Sim	16	100,0	8	50,0	16	100,0	12	75,0	9	56,3
Não	0	0,0	8	50,0	0	0,0	3	18,8	6	37,5
Não sei responder	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	6,3	1	6,3

Fonte: Elaborado pelo pesquisador, 2024, com base em Sguarezi, 2011, 2020.

A Tabela 5, mostra a realidade interna de organização e gestão do empreendimento. As subcategorias: 5 Registro em ata (100%); 6 Regularidade de reuniões (50%); 7 Renovação da diretoria (100%); 8 Autonomia do Conselho Fiscal (75%) e; 9 Socialização das informações (56,3%). A análise dos indicadores de opinião alcançou o índice médio de 76,3% no indicador "sim".

A realização de reuniões é uma prática regular no empreendimento tanto com a diretoria[20], como os demais coletivos: Assembleia Geral; coletivos dos setores com seus

[20] A diretoria reúne-se regularmente a cada semana, às segundas-feiras, com registro em ata, disponíveis para acesso no *Google Drive* da Cooperativa.

coordenadores, dos coordenadores de setores com a diretoria. Em geral, a assessoria participa das reuniões da diretoria, ouvindo, orientando e, por vezes questionando.

O relato de uma associada conselheira fundamenta a pesquisa de opinião, como segue:

> Professor! Quando o Conselho Fiscal deve se reunir? Porque a *E1* falou que pode se reunir de três em três meses que ta bom (Roda de conversa: pergunta da Eloise, conselheira, 2024).

É um indicativo da prática regular de reuniões, neste caso, do conselho fiscal, mas que se amplia para outros coletivos.

Desafios e contradições. Essa declaração indica que existem forças internas que podem ser conflitantes, neste caso, preservando o interesse escuso e particular de alguém que pretende atrasar ou protelar compromissos assumidos. O registro retrata as vivências cotidianas na rotina do Empreendimento Autogestionário, não sendo o único. Singer (2002) trata da existência destas realidades quando menciona empresas recuperadas que se transformaram em cooperativas.

O desafio que se coloca é: como vencer este obstáculo? Ou ainda, como eliminar a contradição entre o aprendido e o praticado? Não há receita ou fórmula pronta. No entanto, existem estratégias pedagógicas que podem ser adotadas, por exemplo, devolver sempre o problema para o coletivo. Se houve formação e aprendizado, então estes são os momentos de 'puxar o fio', relembrando o Estatuto e o Regimento Interno. E, ainda, é válido questionar: trataram do problema em diretoria? Registraram em ata? É a Autogestão pedagógica como expressa Tragtemberg (2011).

A Tabela 6 apresenta a opinião expressa para a categoria: trabalho e produção.

Tabela 6 - Trabalho e Produção

Subcategorias	10 Contrata trabalhadores não associados		11 Atividade fim realizada só por cooperados		12 Aporte de capital é igual para todos		13 Diretoria se envolve com o trabalho da cooperativa		14 Há igualdade entre sexos	
Indicadores	Opinião	%	Opinião	%	Opinião	%	Opinião	%	Opinião	%
Sim	7	43,75	13	81,3	8	50,0	11	68,8	14	87,5
Não	6	37,5	2	12,5	8	50,0	3	18,8	2	12,5
Não sei responder	3	18,75	1	6,3	0	0,0	2	12,5	0	0,0

Fonte: Elaborado pelo pesquisador, 2024, com base em Sguarezi, 2011, 2020.

A Tabela 6 mostra os índices de concordância quanto às subcategorias 10 a 14 que apresentam os seguintes dados: Subcategoria 10: Contrata trabalhadores não associados (43%);

subcategoria 11: Atividades fim realizada só por cooperados (81%); subcategoria 12: Aporte de capital é igual para todos (53,3%); subcategoria 13: Diretoria se envolve com o trabalho da cooperativa (68,8%), e; subcategoria 14: Há igualdade entre sexos (87,5%).

A categoria trabalho e produção obteve um escore médio de 71,9%, excluindo-se a subcategoria 10. Entendemos que pode ter ocorrido dúvida no momento da emissão da opinião. A formulação da questão pode gerar dúvidas. A partir de uma compreensão clara, a resposta correta deveria ser "não". A COOPERTAN não contrata pessoas não cooperadas para execução das atividades fim, conforme aponta a subcategoria 11 com um índice de 81% de respostas "sim".

A subcategoria 12, trata do capital social do empreendimento. O resultado apresenta 53,3% de acerto na escolha da opinião correta. É um índice baixo em comparação a outras subcategorias, o que pressupõe pouca clareza e segurança na compreensão para a emissão da opinião correta na resposta.

Na Cooperativa a integralização do capital é igual para todos associados, com valor de R$ 10,00 (dez reais) a cota parte, conforme dispõe o Estatuto Social:

> Aceita a proposta, o ingresso no quadro social se efetua com a subscrição e/ou promessa [da integralização] da/as quotas-parte pelo novo cooperado, bem como a assinatura, juntamente com o Diretor-Presidente no Livro de Matrícula (Estatuto Social, Art. 4º, § único).

Desafios e possibilidades. Pressupomos, nesse quesito, que o desafio que se apresenta está em como viabilizar a possibilidade da contínua formação dos cooperados. Pôr em prática o que Tragtemberg (2011) chama de Autogestão Pedagógica, trazendo para dentro do empreendimento o aprendizado, a partir das estratégias da Educação Popular, concomitante com o trabalho, como sugere Pistrak (2009; 2011) em sua obra "A escola do trabalho".

A subcategoria 13: A diretoria se envolve com o trabalho da cooperativa? Obteve 68% de respostas "sim". É um resultado que retrata a realidade do empreendimento. Os diretores são trabalhadores do barracão ou da coleta seletiva eleitos para exercer a gestão. A diretoria vive e convive com os trabalhadores na recepção, seleção, prensagem e comercialização dos recicláveis, saindo do escritório para realizar as atividades operacionais, em diversos momentos no decorrer da semana.

Limites e oportunidades. Há limites que se apresentam. Um deles é a falta de capacidade técnica para exercer funções de planejamento e gestão por parte dos gestores eleitos. Outra experiência vivida nesta realidade da falta de formação para a gestão é a imparcialidade e a

isenção para exercer a função de gestor. A mesma pessoa que advoga as causas do coletivo nas reuniões e assembleias, quando assume o cargo, trata os “amigos”, parentes e familiares com vantagens. A fim de minimizar ao máximo estas limitações, a COOPERTAN inicialmente contratou um supervisor administrativo, a fim de cuidar da área administrativa. Atualmente a Cooperativa continua com essa prática, tendo uma pessoa com formação acadêmica, mas que tornou-se cooperada e exerce a função da coordenação administrativa em apoio aos gestores.

A discussão da subcategoria 13 que questiona a inserção dos gestores na realidade e “chão de fábrica” do empreendimento, oportuniza o resgate das bases teóricas da politecnia (Eid, 2004; Sguarezi 2011; 2020; Zart, 2017; 2019).

Nessa discussão, as afirmações de Tiriba e Fischer (2020) contribuem para a reflexão quando dizem:

> As experiências históricas de autogestão revelam que, no embate contra a exploração e a degradação do trabalho, não é suficiente que os trabalhadores se apropriem dos meios de produção. Estas práticas indicam haver a necessidade de articulação dos saberes do trabalho fragmentados pelo capital e de apropriação dos instrumentos teórico-metodológicos que lhes permitiram compreender os sentidos do trabalho e prosseguir na construção de uma nova cultura do trabalho e de uma sociedade de tipo novo (Nascimento, 2020, p. 7).

A “articulação dos saberes do trabalho”, bem como “a apropriação dos instrumentos teórico-metodológicos” permitem “compreender os sentidos do trabalho”, para “prosseguir na construção de uma nova cultura”. Aliando a estes conceitos, a prática pedagógica da Educação Popular, ousamos dizer que a Autogestão permite a construção desta nova cultura.

A subcategoria 14, diz respeito à igualdade de gênero e, questiona sua existência no empreendimento. A opinião dos entrevistados apresenta o índice de 87% das respostas que confirmam o respeito à questão de gênero, não havendo tratamento diferente. Retomando os princípios da Educação Popular, é possível supor que existe uma conscientização por parte dos sujeitos, no aspecto que trata do respeito à questão de gênero.

Por fim, a Tabela 7 apresenta de modo sintético o Grau de Autogestão do empreendimento pesquisado.

Tabela 7 – Autogestão

Categorias	**%**
Democracia interna	90,6
Organização e Gestão	76,3
Trabalho e Produção	71,9

Fonte: Elaborado pelo pesquisador, 2024, com base em Sguarezi 2011,2020.

A Tabela 7 apresenta a opinião dos sujeitos da pesquisa de forma sintetizada em três indicadores. As classes: democracia interna, organização e gestão e, trabalho e produção apresentam os dados coletados de modo mais condensado. Organização pensada para facilitar a visualização e compreensão e contribuir com o empreendimento na devolutiva dos resultados da presente pesquisa.

As informações apresentadas tornam possível compreender o comportamento do empreendimento quanto à prática da Autogestão, mostra que ao longo do tempo as pessoas da cooperativa se empoderam com o aprendizado, se apercebem de seu lugar de fala.

> Quando eu entrei, eu achava uma porta né, uma oportunidade e achei lá atrás, eu achava que ela [COOPERTAN] era desorganizada. Era desorganizada tanto na questão de documentação, questão do trabalho, questão das normas. [...] Também até nisso, essa parte, de pagamento, de distribuição, lá atrás era bem desorganizado e hoje, essa parte aí está bem-organizada. [...] Também, ganhar mais e se recebe, diferente de antes que a gente ganhava menos e a gente quase não pegava os 'lucros' no final do mês, ou às vezes nem pegava (Cooperada, coordenadora da educação ambiental, 2023).

A afirmação desta cooperada, quando fala: *"Era desorganizada tanto na questão de documentação, questão do trabalho, questão das normas [...]",* expressa o entendimento de que antes, no começo da cooperativa havia menos organização". *[...] e hoje, essa parte aí está bem-organizada[...]*. Reconhecimento de que aconteceu alguma coisa de melhor impactando positivamente na vida do cooperado. "*Também, ganhar mais e se recebe [sic], diferente de antes que a gente ganhava menos e a gente quase não pegava os 'lucros'",* demonstrando o impacto econômico da vida dos trabalhadores/as. Depoimentos que ratificam o desenvolvimento da organização e gestão corroborado pelo resultado positivo de 76,3%.

A democracia interna recebeu 90,6% das opiniões afirmando assim, a existência da Autogestão. Trazemos aqui partes do depoimento de uma cooperada, quando diz:

> Tem a diretoria se comunicar com o coletivo. Tudo o que for fazer. Então se chega um problema, os coletivos vão ter ajudar a resolver o problema, então eles tem que estar ao par dos problemas, na minha opinião. A diretoria tem que parar para informar né, mas num dia de reunião, para ajudar a resolver o problema. [...].
>
> É que nem eu sempre falo, Neuri, eu falo para as pessoas ali no... direto eu estou falando, quando tem reunião, vocês não comentam na hora, depois vocês vão sentar no cantinho e ficar que não entendeu [...]. Depois a pessoa vota sim, mas nem sabia no que estava votando. Por quê? Não estava prestando a atenção (Bárbara, ex-presidente, depoimento, 2023).

São relatos que retratam a realidade vivida no empreendimento, com destaque para dois aspectos da Autogestão. Primeiramente o questionamento que se refere à diretoria no sentido de prestar informações para o coletivo que a elegeu. O outro aspecto diz respeito ao coletivo, que deve se pronunciar, deve "falar a palavra", pedir esclarecimentos, questionar.

A seguir apresenta-se um quadro integrativo. Uma tentativa de apresentar, na forma de figura, o contexto da Economia Popular Solidária e a interlocução existente entre Autogestão e Educação Popular, uma síntese a partir da fundamentação teórica sobre estes conceitos.

Figura 6 – Educação Popular e Autogestão: a dialética da *práxis*



Fonte: Elaborado pelo pesquisador, 2024, com base em Sguarezi 2020, Freire 1987, Gaiger, Assemburg, 2007; 2010.

A Figura 6, é constituída por cinco partes distintas. O núcleo central destaca os princípios da Economia Popular Solidária: Cooperação, autogestão, solidariedade e ação econômica, sob os quais se constituem os Empreendimentos Econômicos Solidários, ladeado pela Educação Popular e seus princípios, à esquerda e a Autogestão, à direita. O tripé: Educação popular; CASA (Cooperação, autogestão, solidariedade e ação econômica) e; Autogestão,

assentam-se sobre duas bases: A perspectiva do sujeito e a perspectiva do empreendimento. A Educação Popular, como ferramenta pedagógica, propicia a construção da Cooperação e da Solidariedade, dimensão pertinente ao sujeito. A Autogestão se torna realidade a partir da democracia interna, organização e gestão e; trabalho e produção, dimensão atinente ao empreendimento. De modo inter e transdisciplinar, numa lógica dialética, ocorre a interlocução dos conceitos: educação popular, princípios da Economia Popular Solidária e Autogestão. Lógica dialética, porque o sujeito ao conscientizar-se realiza a prática da cooperação e da solidariedade, realizando a "práxis" da Autogestão, moldando e modificando o empreendimento. Ao mesmo tempo que se molda o empreendimento, esta realidade impacta sobre o sujeito moldando, modificando e aperfeiçoando a emancipação, no sentido freiriano (Freire, 1987).

Sob esta perspectiva, buscou-se, no presente estudo: Analisar as práticas pedagógicas de Autogestão e a sua relação com a Educação Popular na COOPERTAN (Cooperativa de Produção de Materiais Recicláveis de Tangará da Serra).

A seguir, a próxima seção apresenta as Considerações Finais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo problematizou: As práticas vivenciadas por Catadoras e Catadores de materiais recicláveis da COOPERTAN[21], dialogam com os conceitos e experiências de Educação Popular e de Autogestão? A investigação pautou-se na pesquisa para estabelecer relações e proximidades entre educação e trabalho associado.

A busca por respostas partiu do objetivo: Analisar as práticas pedagógicas de Autogestão e a sua relação com a Educação Popular na COOPERTAN. Três objetivos específicos foram formulados: 1) Realizar um diagnóstico socioeconômico da pessoa jurídica junto à COOPERTAN; 2) Analisar como os sujeitos da pesquisa se apropriam do conhecimento a partir das práticas de Autogestão; 3) analisar interlocução entre os princípios da Educação Popular e Autogestão na COOPERTAN como experiências da Economia Popular Solidária.

O diagnóstico socioeconômico mostra resumidamente a dimensão do empreendimento, e se ateve à pessoa jurídica (Seção: Resultados e Discussões, p. 66). A cooperativa é formada por 57 associados e associadas, catadores/as que retiram seu sustento com o trabalho cooperado de seleção de recicláveis. Como critério de inclusão foi estabelecida a categoria: Lideranças que representam 28% (vinte e oito por cento) dos sujeitos da pesquisa.

Para atender às demandas da atividade a cooperativa possui infraestrutura apropriada: 2 barracões com área de 780m² para seleção e prensagem; 01 espaço para administração com área de 130m²; 01 espaço coberto com área de 150m² para fragmentação e depósito de vidro; 04 prensas hidráulicas, 01 empilhadeira, 03 caminhões para a coleta seletiva, 01 caminhão para atendimento interno; 01 pá carregadeira e; 01 veículo utilitário para atender a educação ambiental. Instalada numa das áreas industriais do município, conta com espaço de 20 mil m² de espaço, cedido pelo poder público municipal.

O quadro de funções e retiradas (Tabela 3, p. 66) certifica a organização do trabalho no empreendimento e apresenta também o ganho dos cooperados que gira em torno de 1,2 salários mínimos.

Para analisar como os sujeitos da pesquisa se apropriam do conhecimento das práticas de Autogestão, foram estabelecidas três categorias: 1) Democracia interna; 2) Trabalho e produção e; 3) Gestão e organização. A partir destas, foram formuladas 14 subcategorias (Gaiger; Assemburg, 2007; Sguarezi, 2011; 2020) elaboradas na forma de questões, tendo por

[21] Cooperativa de Produção de Material reciclável de Tangará da Serra-MT, constituída em 2007.

resposta três indicadores: “sim; não; não sei responder”, para serem respondidas pelos sujeitos da pesquisa. Os resultados são apresentados nas tabelas 4, 5 e 6 (p. 60s). A Tabela 7, apresenta os índices alcançados nas categorias: Democracia interna, 90,6%; Trabalho e produção, 73,6% e, Gestão e organização. Os resultados apresentados em números, aliados aos depoimentos dos sujeitos da pesquisa mostram a prática da Autogestão no Empreendimento, traduzindo-se no modo como os sujeitos aprendem e compreendem a partir das formações e da prática no trabalho. Nas formações, rodas de conversa e cursos as práticas pedagógicas se efetivam embasadas nos princípios da Educação Popular.

O terceiro objetivo específico foi: Analisar interlocução entre os princípios da Educação Popular e Autogestão na COOPERTAN como experiências da Economia Popular Solidária. O referencial teórico produzido apresenta indícios do diálogo existente entre a Educação Popular e a Economia Popular Solidária. A Autogestão juntamente com a ação econômica são os resultados práticos, visíveis do protagonismo deste movimento socioeconômico, a Economia Popular e Solidária. Os resultados apresentados sobre a Autogestão que se somam aos conceitos, são indicativos da interlocução entre os princípios da Educação Popular e Autogestão e que ficam evidentes na COOPERTAN. Nesse sentido o empreendimento é uma experiência da Economia Popular Solidária.

A presente pesquisa, na busca por atender aos objetivos propostos, respondendo às indagações do problema, traz à tona algumas reflexões necessárias. São aspectos que podem ser identificados nas dimensões da possibilidade e oportunidade e, dos limites e desafios.

A realidade da COOPERTAN em seus dezessete anos de atividade, confirma a possibilidade da existência de uma organização que tem a Autogestão como prática. Que esta organização pode sustentar e incluir economicamente trabalhadoras e trabalhadores e suas famílias. Sendo, nessa prática, a concretude do “inédito viável” freiriano.

Acreditamos ainda, que uma entidade nesse porte e com suas práticas, oportuniza o aprendizado para trabalhadores e a trabalhadoras em seu ambiente de trabalho. As práticas da Autogestão, em sua essência, culminam em práticas pedagógicas que tornam possível a transformação da cultura dos sujeitos.

Uma cooperativa de catadores, além de possibilitar a organização da classe, oportuniza ao poder público a execução de políticas públicas com inclusão social e maior eficiência. Permite ao poder público diminuir gastos com o aumento da sua capacidade na oferta de serviços à sociedade. Um empreendimento como a COOPERTAN numa cidade ou município, não é um problema, é sim uma oportunidade.

Por outro lado, nada se faz sem dificuldades e desafios. Uma realidade mostrada pela pesquisa indica que há dificuldade com empreendimento dessa natureza no que diz respeito à investimentos.

A COOPERTAN possui uma forte capacidade instalada como mostra o diagnóstico socioeconômico do empreendimento. No entanto, apenas e exclusivamente com a coleta seletiva de materiais recicláveis, essa realidade não seria possível. O valor do material, a capacidade de processamento, a dificuldade de comercialização de determinados materiais, são fatores limitantes para o investimento em máquinas, equipamentos e patrimônio. Conforme planilha de custos, a coleta seletiva mantém os trabalhadores. É preciso aporte de recursos de origem externa, quer seja através de políticas públicas ou parcerias.

A relação empreendimento e poder público também apresenta desafios. Em geral os desafios são de ordem política, quando o gestor público não compreende o papel estratégico de uma iniciativa empreendedora como a COOPERTAN em seu município. Não entende ou, muitas vezes não quer entender, cedendo a pressões políticas de interesse do capital. Mas também existem os desafios de ordem técnica. O gestor público nao faz uso dos marcos regulatórios disponíveis para transpor as dificuldades. Em geral porque não possui conhecimento da legislação, mas em muitas das vezes não as coloca em prática seguindo a orientação técnica de sua assessoria. Outras vezes por medo mesmo, insegurança ou procrastinação. Ocasionando o encarecimento de obras ou perda de recursos. Uma triste realidade num país com um poder enorme de capacidade, mas submisso, muitas vezes aos interesses do capital com visão atrasada de terceiro mundo. A COOPERTAN viveu e vive essas realidades. Por isso e muito mais, a Educação Popular deve se fazer presente dentro do empreendimento. É preciso formação política dos trabalhadores, para que tenham segurança de seu lugar de fala, para discutir com propriedade os direitos e as necessidades do empreendimento e a capacidade de atuação da política pública.

Passando dos desafios às limitações. A COOPERTAN adotou uma prática exitosa no sentido ao contratar um gestor administrativo. Inicialmente por orientação do ministério público. Atualmente pela percepção da necessidade e sustentabilidade. Essa solução não diz respeito à incapacidade dos trabalhadores em aprender e gerir seu empreendimento. Diz respeito às forças externas, como o mercado e a legislação. A contratação ou adoção de um coordenador administrativo é uma oportunidade para o fortalecimento da Autogestão. É uma estratégia que permite aos trabalhadores ser eleitos como gestores, concorrendo de igual para

igual pelo simples fato de ser cooperado e não por causa de seu conhecimento, diploma ou expertise política.

Por fim, mas não por último, empreendimentos como a COOPERTAN, de natureza econômica solidária necessitam da assessoria de uma incubadora. Mas essa é uma necessidade que se entende para outras esferas, como o social, no município. A constituição de associações de cunho social, aumentam a capacidade do poder público em suas ações. Mas há a necessidade do apoio de uma assessoria. O conhecimento sobre a atividade e possibilidade das incubadoras ainda é muito restrito aos espaços acadêmicos. Acreditamos também que a incubação não deve ter fim, pode ser diminuída a frequência, mas a continuidade é importante. Outro fator limitante é a falta de pessoal e equipamentos permanentes para as incubadoras. A prática de se manter com recursos de projetos prejudica a continuidade do apoio ao empreendimento.

À guisa de considerações finais, encerramos por aqui. Talvez ainda haja muito a ser dito, pensado e descoberto por pesquisas dessa natureza. Entretanto, deixamos nestas considerações, a oportunidade para que outros pesquisadores possam dar prosseguimento ou fazer a proposição de novos projetos.

Espera-se que a presente pesquisa sobre Autogestão, Educação Popular e Economia Popular Solidária possa contribuir para novas empreitadas nesse contexto.

REFERÊNCIAS

ALVES, Adriana Silva. **Formação de catador para catador:** o movimento nacional dos Catadores e Catadoras na construção de sua autonomia político pedagógica. 2016. Dissertação de Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasilia, 2016. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/20079. Acesso em: 30 abr. 2021.

ALVES, Igor. **Pesquisa de campo.** Blog, 2021. Disponível em: https://www.significados.com.br/pesquisa-de-campo/#:~:text=A. Acesso em: 10 abr. 2023.

ANDALOUSSI Khalid. **Pesquisas-ações:** ciências, desenvolvimento, democracia. Trad. Michel Thiollent. São Paulo, SP: EdUSCar, 2004.

ARAÚJO, Renan Soares de; CRUZ, Pedro José Santos Carneiro (Orgs.). **Educação popular e construção compartilhada do conhecimento:** debates teóricos. 1. ed. João Pessoa, PB: Editora do CCTA, Universidade Federal da Paraíba - UFPB, 2020. ebook.

ARRUDA, Érika Fátima de. **Trabalho associado e educação:** limites e possibilidades de uma experiência de autogestão, vivenciados pelos sócios da associação cacerense de catadoras e Catadores e Catadoras de materiais recicláveis do pantanal (ASCAPAN). Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado de Mato Grosso, PPGEDU, Cáceres, 2019. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1FHUW82HGQsoXQrhqxfXKWPaA6srvDxo2/view?usp=sharing. Acesso em: 15 jul. 2022.

BARBIERI, Luciana; RUFINO, Sandra, [Núcleo de Gestão]. **A gestão da Autogestão nas cooperativas**. In: ITCP-USP (Org.). A gestão da autogestão na Economia Popular Solidária: contribuições iniciais. São Paulo, SP: USP: Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo; Núcleo de Gestão da ITCP-USP; Porto Alegre: Calábria, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, trad. Luis Antero Reto, 2011.

BATISTA, Eraldo Carlos. MATOS, Luís Alberto Lourenço. NASCIMENTO, Alessandra Bertasi. A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.11, n.3, p.23-38, TRI III 2017. ISSN 1980-7031. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/rica/article/view/17910/11692. Acesso em: 10 ago. 2022.

BENITE, Anna Maria Canavarro. Considerações sobre o enfoque epistemológico do materialismo histórico-dialético na pesquisa educacional. **Revista Iberoamericana de Educación**. Disponível em: https://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/14994/5/Artigo%20-%20Anna%20Maria%20Canavarro%20Benite%20-%20%202009.pdf. Acesso em: 13 dez. 2022.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. 1983. Disponível em: https://www.apartilhadavida.com.br/wp-content/uploads/2017/03/o_que_ed_popular.pdf

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é método Paulo Freire**. São Paulo, SP: Brasiliense, 18 ed., 1981. Disponível em: http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/4219/2/FPF_PTPF_12_102.pdf. Acesso em 10 ago. 2023.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. Goiânia, GO: Universidade Federal de Goiás, **Sociedade e Cultura**, v. 10, n. 1, janeiro-junho, 2007, p. 11-27. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/703/70310103.pdf. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. **Marco de referência da educação popular para as políticas públicas.** Brasilia, DF: Secretaria-Geral da Presidência da República; Secretaria Nacional de Articulação Social; Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã, 2014. Disponível em: http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/outros-assuntos/marco-de-referencia-da-educacao-popular-para-as-politicas-publicas/9-marco-de-referencia-da-educacao-popular-para-as-politicas-publicas.pdf. Acesso em: 16 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de diretrizes e base da educação**. Brasilia, DF: 1996.

BRASIL. **Portaria nº 2.761/2013, de 19 de novembro de 2013**: Institui a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (PNEPS-SUS). Brasilia, DF: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2761_19_11_2013.html. Acesso em: 30 abr. 2023.

CAMPOS, Juliana Loureiro de Almeida; ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino de; SILVA, Taline Cristina. Observação participante e diário de campo: quando utilizar e como analisar. *In*: **Métodos de pesquisa qualitativa para etnobiologia,** NUPPEA, 1. ed. 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/351492815_Observacao_Participante_e_Diario_de_Campo_quando_utilizar_e_como_analisar. Acesso: 10 jun. 2022.

CANÇADO, Airton Cardoso. **Autogestão em cooperativas populares:** os desafios da prática. Salvador, BA: UFBA, Núcleo de Pos-Graduação em Administração, dissertação, 2004.

CARRILLO, Alfonso Torres. **Educación popular, trayectoria y actualidad**. Bogotá: El Buho, 2011.

CARVALHO, A. L; SZPAKOWSKI, J.; SOUZA, M. I, de. A Prática Pedagógica do Pedagogo/a: uma Perspectiva Freireana. *In:* ZOIA, Alceu (Coord.). **Revista da Faculdade de Educação [FAED]**. Cáceres, MT: Universidade do Estado de Mato Groso/UNEMAT, Periódico do Programa de Pós-Graduação, vol. 37, ano 21, n. 1, jan/jun, 2022. Unemat Editora, Publicação Eletrônica Semestral. Disponível em: https://periodicos.unemat.br/index.php/ppgedu/issue/view/440/227. Acesso em: 27 mar. 2023.

CHIZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

COMENIUS, Iohannis Amos (1592-1670). **Didática magna.** Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. Disponível em:

https://www2.unifap.br/edfisica/files/2014/12/A_didactica_magna_COMENIUS.pdf. Acesso em: 10 abr. 2022.

COOPERATIVA DE PRODUÇÃO DE MATERIAL RECICLÁVEL DE TANGARÁ DA SERRA (COOPERTAN). **Estatuto Social aprovado em Assembleia Geral no dia 15 de julho 2011**. Tangará da Serra, 2011.

CULTI, Maria Nezilda. **A construção de conhecimentos na prática do processo de incubação de empreendimentos econômicos solidários**. *In:* ZART, Laudemir Luiz; PAESANO, Eliane S. M.; MARTINS, Jucilene de O. (Org.). Fundamentos da produção social de conhecimentos. educação e socioeconomia popular solidária: fundamentos da produção social de conhecimentos. Cáceres, MT: Editora Unemat, v. viii, 2019.

DAGNINO, Renato. A Economia Solidária e as outras "economias" In: REDE AUTOGESTIONÁRIA DE EDUCAÇÃO POPULAR EM ECONOMIA SOLIDÁRIA. CADERNO 3ª CONAES TEMÁTICA: 3ª Conferência Temática Educação Popular em Economia Solidária e Autogestão. Brasilia, DF: Caderno de contribuição ao debate e elaboração de propostas para a 4ª Conaes (2025), novembro de 2024.

DESLANDES, Suely Ferreira; MINAYO, Maria Cecilia de Souza (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade**.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. Curitiba, PR: **Educar**, n. 24, p. 213-225, 2004. Editora UFPR.

EID, Farid. **Metodologia de incubação de empreendimentos de Economia Popular Solidária**. In: ZART, Laudemir Luiz (Org.). Educação e Socio Economia Popular Solidária: paradigmas de conhecimento e de sociedade. Cáceres, MT: Editora Unemat, Série Sociedade Solidária, v. 1, 2004.

FEITOSA, Sonia Couto Souza. **Método Paulo Freire:** Princípios e práticas de uma concepção popular de Educação. São Paulo, SP: USP, Faculdade de Educação, Dissertação, 1999.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pedagogia da pesquisa-ação. São Paulo, SP: Universidade Católica de Santos, **Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 3, p. 483-502, set./dez., 2005.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5. ed., Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática de libertação:** uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo, SP: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Trad. Moacir Gadotti e Lílian Lopes Martin. São Paulo, SP: Paz e Terra, 12. ed., s/a [1979b].

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do compromisso:** américa latina e educação popular. Ana Maria Araújo, (Org.), 1. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018. 286 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 71. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 32. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação**: um estudo introdutório. 9. ed. São Paulo, SP: Cortez, 1995.

GADOTTI, Moacir. **Economia Popular Solidária como *praxis* pedagógica**. São Paulo, SP: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GATTI, Bernadete. **Educação, um dos maiores desafios para o desenvolvimento do País.** São Paulo, SP: Jornal da USP, 22/12/2021, Disponível em: https://jornal.usp.br/cultura/educacao-um-dos-maiores-desafios-para-o-desenvolvimento-do-pais/. Acesso em 10 jun. 2023.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, Universidade Aberta do Brasil (UAB/UFRGS), 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GUILLERM, Alain; BOURDET, Yvon. **Autogestão:** uma mudança radical. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976.

HECK, Selvino. História da educação popular**.** *In:* **Escola de Cidadania CAMP Ministério do Trabalho e Emprego.** educação popular e economia popular solidária. Porto Alegre, 2017. Disponível em: https://base.socioeco.org/docs/cartilha-educa_c3_a7_c3_a3o-popular-e-ecosol-cfes-sul.pdf. Acesso 10 jun. 2023.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências**. 2. ed., Trad. Maria Viviana V. Resende. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2006. 128 p.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA (III CONAES). **Texto de referência:** contextualização e balanço nacional. Brasilia, DF: Documento Conferências Temáticas, 2014.

INÁCIO, Laíres; AVELINO, Sarah; SANJULIÃO, Lo-Ruana; REIS, Maria; BORGES, Vânia; PLATINO, Luiz; PINTO, Reni; SILVA, Hugo. Ferramentas básicas da qualidade: folha de verificação, estratificação, fluxograma, diagrama de Ishikawa, diagrama de Pareto, matriz GUT e 5W2H. **Revista de Gestão e Secretariado**. n. 14. p. 17413-17427. 10.7769/gesec. 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/374644606_Ferramentas_basicas_da_qualidade_folha_de_verificacao_estratificacao_fluxograma_diagrama_de_Ishikawa_diagrama_de_Pareto_matriz_GUT_e_5W2H. Acesso: 10 nov. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Censo brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/mapas.html?localidade=&recorte=N6. Acesso em: 25 set. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA), 2013. SILVA, Sandro Pereira; GOES, Fernanda Lira; ALVAREZ, Albino Rodrigues. **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável – Brasil**. Brasilia, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2013. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9979/1/situacao_social_mat_reciclavel_brasil.pdf. Acesso em: 15 abr. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). 2010. **Mato Grosso registra uma diferença salarial entre a população pobre e rica de 2.700%.** Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4589:gazeta-digital-sp-diferenca-chega-a-2700&catid=159:clipping&Itemid=75. Acesso em: 5 out. 2010.

KRUPPA, Sonia M. Portella (Org). **Economia popular solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília, DF: Inep, 104 p., 2005.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2003.

LIMA, Luciana; ANDRADE, Marcelo; BARCELOS, Vinícius. **Diagnóstico socioeconômico como instrumento de gestão regionalizada e participativa.** Brasília/DF: Centro de Convenções Ulysses Guimarães, 16, 17 e 18 de abril de 2013. Disponível em: https://consad.org.br/wp-content/uploads/2013/05/027-DIAGN%C3%93STICO-SOCIOECON%C3%94MICO-COMO-INSTRUMENTO-DE-GEST%C3%83O-REGIONALIZADA-E-PARTICIPATIVA.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

LUCENA, Hadassa Monteiro de Albuquerque; CARAMELO, João Carlos Pereira; SILVA, Severino Bezerra da. Educação popular e juventude: o movimento social como espaço educativo. **Cadernos de Pesquisa**, v. 49, p. 290-315, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cp/a/7pytLbHGx7wGnSYMsJ4JYzn/?lang=pt&format=html#. Acesso em: 23 ago. 2023.

MARTINS, Elei Chavier. **Trabalho associado e suas dimensões educativas em uma cooperativa de Catadores e Catadoras de materiais recicláveis:** o caso da COOPERTAN. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2016. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/161_6Y8lKeAsbHZcfJjfrebgOi3T-MMB7/view?usp=sharing. Acesso em: 20 jul. 2022.

MARX, Karl. **O capital.** v. 5, 3. ed. São Paulo, SP: Nova Cultural, 1988.

MARX**. Obras escolhidas**. v. 3. São Paulo, SP: Alfa-Ômega, 1977.

MEDEIROS, Alzira J.S.; VILAÇA, Monica; NUNES, José; DEBEAUX, Monica (Orgs.). **Economia popular solidária, educação popular e pedagogia da autogestão**: reaprendendo a aprender pelas veredas da descolonização do saber no Nordeste. Olinda, PE: MXM Gráfica e Editora, (Serie Educação Popular e Economia Popular Solidária no Nordeste), 2018. 148 p.

MEDEIROS, Maria; FILHO, Francisco; LIMA, Jacob; MENEZES, Edivaldo; MACRI, Luma; COSTA, Yascara; FREITAS, Paula. **Diagnóstico organizacional através da matriz SWOT:** a aplicação da ferramenta em um curso de Administração**.** Research, Society and Development.

10. e6210111532. 10.33448/rsd-v10i1.11532, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/348196189_Diagnostico_organizacional_atraves_da_matriz_SWOT_a_aplicacao_da_ferramenta_em_um_curso_de_Administracao/citation/download. Acesso em: 7 nov. 2023.

MÉLLO, R.P.; SILVA, A.A.; LIMA, M.L.C.; Di PAOLO, A.F. Construcionismo, práticas discursivas e possibilidades de pesquisa em psicologia social. **Psicologia & Sociedade,** v. 19, p. 26-32, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/psoc/a/MQMyqKPsdBWf5WTFfM6FFPJ/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 10 jun. 2022.

MELO, S. A. B. X. de. **Política Nacional de Resíduos Sólidos no Estado de Mato Grosso:** inclusão socioprodutiva de Catadores e Catadoras/as de materiais recicláveis. 2021. 253 p. Tese (Doutorado Ciências Ambientais) – Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Cáceres, 2021. Disponível em: https://sigaa.unemat.br/sigaa/public/programa/defesas.jsf?lc=pt_BR&id=655. Acesso em: 15 maio 2021.

MENESES, João Paulo Dias. **O movimento de educação de base no período 1961-1964**: qual a perspectiva de direitos humanos? Ponta Grossa, PR: Atena, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/25244. Acesso em:10 mar. 2023.

MÉSZÁROS, I. **O Poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, Istvan. **A educação para além do capital**. São Paulo, SP: Boitempo, 2. ed., 2008.

MINAYO, Cecilia de Souza (Org.); DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade, 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde.14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). **Guia para preenchimento do formulário de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES).** SIES 2009-2010. Brasília, 2009. Disponível em: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies_guia_2009_02.pdf. Acesso em: 10 nov. 2023.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. MTE/SENAES. Brasília, 2009. Disponível em: http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080812B35FA9001B49A2A6EB453B/sies_guia_2009_03.pdf. Acesso em: 17 maio de 2021.

MOCHCOVITCH, L. G. **Gramsci e a escola**. São Paulo: Editora Ática S.A, 1990.

MOTA NETO, João Colares da; STRECK, Danilo R. Fontes da educação popular na América Latina: contribuições para uma genealogia de um pensar pedagógico decolonial. **Demanda**

Contínua, Educ. Rev. v. 35, n. 78, nov-dec, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/Y3SNBNzjzkW9QxCQLp7PW6b/#. Acesso em: 7 abr. 2023.

MOTHÉ, Daniel. Autogestão. *In:* CATTANI, Antonio D. *Et al*. (orgs.): **Dicionário internacional da outra economia**. Almedina/CES: Coimbra, 2009. p. 26-30.

MOURA, Adriana Ferro; LIMA, Maria Glória. A reinvenção da roda: roda de conversa: um instrumento metodológico possível. João Pessoa: **Revista Temas em Educação**, v. 23, n. 1, p. 98-106, jan.-jun. 2014. Disponivel em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/18338/11399. Acesso em: 16 nov. 2022.

NASCIMENTO, C.; SANTOS, A. M. DOS. Paul Singer e a pedagogia da autogestão na Economia Popular Solidária. **Revista Trabalho Necessário**, v. 17, n. 34, p. 153-170, 27 set. 2019.

NASCIMENTO, Claudio. **Experimentação Autogestionária:** autogestão da pedagogia/pedagogia da autogestão. CFES: Ensaios, 2009.

NASCIMENTO, Claudio. **"**Afinidades eletivas" entre Paul Singer e Raymond Williams: educação-hegemonia cultural-socialismo autogestionário. **P2P & INOVAÇÃO**, Rio de Janeiro, v.9, ed. Especial, p. 134-149, ago., 2023. Disponível em: https://revista.ibict.br/p2p/article/view/6553/6096. Acesso em: 18 jul. 2024.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SBARDELOTTO, Denise Kloeckner. A escola unitária: educação e trabalho em GRAMSCI. Campinas, SP: **Revista Histedbr On-line**, n. 30, p. 275-291, jun. 2008, ISSN: 1676-2584, 2008. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/5157/art17_30.pdf. Acesso em: 23 fev. 2023.

NOVAES, Henrique T.; CASTRO, Mariana P. Em busca de uma pedagogia da produção associada. In: Benini BENINI, Édi [et al] (Orgs.). **Gestão pública e sociedades:** fundamentos e políticas de economia popular solidária. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

PALUDO, Conceição. Educação popular. *In*: CALDART, Roseli S. *et al.* (Orgs.). **Dicionário da educação do campo.** Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 282-287. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l191.pdf. Acesso em: 5 fev. 2023.

PARO, César Augusto; VENTURA, Miriam; SILVA, Neide Emy Kurokawa**.** Paulo Freire e o inédito viável: esperança, utopia e transformação na saúde. Rio de Janeiro, RJ: **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, v. 18(1), 2020. Disponível: https://www.scielo.br/j/tes/a/tQFP797gDF8Yc4fLX4fzk3c/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 26 dez. 2023.

PISTRAK, Moisey Mikhailovich 1888-1940. **Fundamentos da escola do trabalho**. Trad. Daniel Aarão Reis Filho, 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PONTES, Rosana Aparecida Ferreira; PIMENTA, Selma Garrido. A pedagogia crítica de Paulo Freire: elementos para uma proposta no campo da didática. **Revista Chilena de Pedagogía**, v. 1, 2019. Disponível em:

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/PIMENTAePONTESRevChilena55618-1442-189963-1-10-20191218.pdf. Acesso em: 2 set. 2021.

PONTES, Rosana Aparecida Ferreira; PIMENTA, Selma Garrido. A pedagogia crítica de Paulo Freire: elementos para uma proposta no campo da didática. **Revista Chilena de Pedagogía**. v. 1, 2019.

REDE CATAMATO, Ata de fundação, 2012.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emilio ou da educação**. Trad. Sérgio Milliet, 3. ed. Rio de Janeiro: 1995.

SANCEVERINO, Adriana Regina; MOHER, Naira Roesler. Mediações na perspectiva de um currículo emancipador na educação do campo: o trabalho como princípio educativo. In: TIELET, Maria do Horto Salles (Coord.). **Revista da Faculdade de Educação (FAED**). Cáceres, MT: Universidade do Estado de Mato Groso/UNEMAT, Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação, vol. 27, ano 15, n. 1, jan/jun, 2017. Unemat Editora, Publicação Eletrônica Semestral, pgs 127-141.

SANTAMARINA, Cristina; MARINAS, José M. Histórias de vida e história oral. *In:* DELGADO, Juan M.; GUTIÉRREZ, Juan (Org.). **Métodos y técnicas cualitativas de investigación en ciencias sociales.** Madri: Síntesis, 1995. p. 259-287.

SANTOS, E. O. C. **Educação popular:** a contabilidade como ferramenta de consolidação da autogestão na Cooperativa de Produção de Material Reciclável de Tangará da Serra – COOPERTAN. 2021. 163 p. (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Cáceres, 2021.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia:** teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. 40. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. **A História das ideias de Paulo Freire e a atual crise de paradigmas**. João Pessoa, PB: Ed. Universitária, 1997.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. Paulo Freire e a CEPLAR da Paraíba, antes de Angicos. *In:* I Encontro Internacional do Fórum Paulo Freire, 1998, São Paulo, SP: IPF. **Caderno de resumos**, São Paulo, 1998.

SENGER, Neuri Eliezer. **Autogestão:** a organização do trabalho na COOPERTAN. Tangará da Serra, MT: Unemat, 2008.

SENGER, Neuri Eliezer; SGUAREZI, Sandro Benedito; Autogestão: Organização coletiva do trabalho na COOPERTAN. *In:* SGUAREZI, Sandro Benedito; BORGES, Juliano Luis (Orgs.). **Educação e socioeconomia solidária**: praxis educacional e desenvolvimento social. 1. ed. Cuiritiba, PR: CRV; Cáceres, MT: Editoria Unemat, 2011 (Serie Sociedade Solidária; v. 5)

SENGER, Neuri Eliezer. **Caderno de campo**. pesquisa: educação popular e autogestão: as práticas pedagógicas do trabalho associado na COOPERTAN, 2023.

SGUAREZI, Sandro Benedito. **Autogestão e economia solidária**: limites e possibilidades. São Paulo, SP: PUC/SP, tese, 2011.

SGUAREZI, Sandro Benedito; DUTTON, Aline Pereira; MARTINS, Elei Chavier. Educação popular e trabalho associado num programa de pós-graduação stricto sensu em educação-nível mestrado no interior do Brasil. Cáceres, MT: Univ. do Estado de Mato Grosso. **Revista da Faculdade de Educação]FAED]**, v. 30, ano 16, n. 2, p. 131-152, jul/dez., 2018.

SGUAREZI, Sandro Benedito *et al*. Incubação de empreendimentos econômicos solidários e a cultura da solidariedade: experiências de autogestão na Amfruvale. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 7, p. 42867-42885, 2020.

SGUAREZI, Sandro Benedito. **Autogestão e economia popular solidária:** limites e possibilidades. Cáceres: Unemat Editora, Digital, 2. ed. [e-book], 2020.

SGUAREZI, Sandro Benedito; BORGES, Juliano Luis; FRANÇA, Raimundo Nonato Cunha de; GARCIA, Romyr Conde. Educação e autogestão: desafios e possibilidades no processo de formação de sujeitos coletivos da Economia Popular Solidária. **Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo**, São Paulo, v.2.1, 2017, p.29-49. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/mtc/article/view/7214. Acesso em: 18 out. 2018.

SGUAREZI, Sandro Benedito; LIMA, Ana Maria; PEREIRA FILHO, José; SENGER, Neuri Eliezer. Desafios e contradições no processo de incubação da Cooperativa de Produção de Material Reciclável de Tangará da Serra-MT. *In:* ZANIN, Maria; GUTIERREZ, Rafaela Francisconi (Orgs.). **Cooperativas de Catadores e Catadoras**: reflexões e práticas. São Carlos, SP: Claraluz, 2011.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES EM ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA. BRASILIA, DF: **MTE - Ministério do Trabalho e Emprego.** Disponível: http://www.sies20.mte.gov.br/. Acesso em: 10 abr. 2022.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES EM ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA. GUIA DE ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS DO SIES 2009/2010.

STÜRMER, A. B. PEDAGOGIA DO COMPROMISSO: América Latina e educação popular. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade** - REED, v. 2, n. 5, p. 1-6, 2021. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/index.php/reed/article/view/9235. Acesso em: 19 out. 2023.

SILVA, Sandro Pereira; GOES, Fernanda Lira; ALVAREZ, Albino Rodrigues. **Situação social das catadoras e dos catadores e catadoras de material reciclável e reutilizável – Brasil**. Brasilia, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2013. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9979/1/situacao_social_mat_reciclavel_brasil.pdf. Acesso em: 15 abr. 2022.

SINGER, Paul. **A utopia militante:** repensando o socialismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

SINGER, Paul. **Economia popular solidária**, v. 2. Socioeco.org, ebook. 2001. Disponível em: https://base.socioeco.org/docs/ecosolv2.pdf. Acesso em: 18 out. 2018.

SINGER, Paul. **Introdução à economia popular solidária**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. Prefácio. *In:* GADOTTI, Moacir. **Economia Popular Solidária como práxis pedagógica**. São Paulo, SP: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

SINGER, Paul. Seminário: Democracia e Autogestão. São Paulo, SP: USP, **Revista Temporaes**, Departamento de História, FFLCH/USP - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, Edit. Humanitas, 1999. [In: Sardá, 2011, p. 46]

SINGER, Paul. Uma coletânea sobre a teoria e a prática da Autogestão. *In:* A Gestão da **Autogestão na economia popular solidária**: contribuições iniciais. São Paulo, Calábria Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo - ITCP-USP, 2007.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.

TIRIBA, Lia e FISCHER, Maria Clara Bueno (coord.). Cadernos EjaEcosol. **O trabalho associado e autogestionário na Educação de Jovens e Adultos (Material Pedagógico)**. Niterói, RJ: Incubadora de Empreendimentos da Economia Popular Solidária – IEES / Universidade Federal Fluminense, 2012.

TIRIBA, Lia. Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa. Florianópolis, SC: **Perspectiva**, v. 26, n. 1, 69-94, jan./jun. 2008. Disponível em: http://www.perspectiva.ufsc.br. Acesso em: 10 jun. 2010.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VIANA, Nildo Silva. Educação, sociedade e autogestão pedagógica. **Revista Urutágua**, n. 16, p. 37-46, 2008. Disponivel em: https://www.researchgate.net/profile/Nildo-Viana/publication/266219377_Educacao_Sociedade_e_Autogestao_Pedagogica/links/56acedd508ae43a3980c7628/Educacao-Sociedade-e-Autogestao-Pedagogica.pdf. Acesso em: 6 jun. 2023.

VIANA, Nildo. Autogestão pedagógica ou pedagogia autogestionária? **Marxismo e Autogestão**, ano 2, v. 3, jan/jun, 2015. Disponível em: https://redelp.net/index.php/rma/article/view/953/901. Acesso em: 10 jun. 2023.

VIEIRA, Joana Barral Lopes; SILVA, Maria Cecília de Paula. Formação humana e educação humanizadora na perspectiva emancipatória, no PROEJA: dialogia propositiva, por meio dos círculos de cultura, [p. 143]. *In:* ZOIA, Alceu (Coord**.). Revista da Faculdade de Educação [FAED]**. Cáceres, MT: Universidade do Estado de Mato Groso/UNEMAT, Periódico do Programa de Pós-Graduação, vol. 37, ano 21, n. 1, jan/jun, 2022. Unemat Editora, Publicação Eletrônica Semestral. Disponível em: https://periodicos.unemat.br/index.php/ppgedu/issue/view/440/227. Acesso em: 27 abr. 2023.

WIRTH, Ioli; FRAGA, Laís; NOVAES, Henrique T. Educação, trabalho e autogestão: limites e possibilidades da Economia Popular Solidária. *In:* BATISTA, Eraldo Leme; NOVAES,

Henrique Tahan. **Trabalho, educação e reprodução social:** as contradições do capital no século XXI. Bauru: Canal 6, 2011, p. 191-218.

ZART, Laudemir Luiz. **Caderno pedagógico V**: Glossário de Economia [Popular] Solidária. Cáceres, MT: Unemat Editora, v. 5, n. 1, 2017.

APÊNDICES

APENDICE 1 – Imagens

Imagem 1 - Organograma COOPERTAN

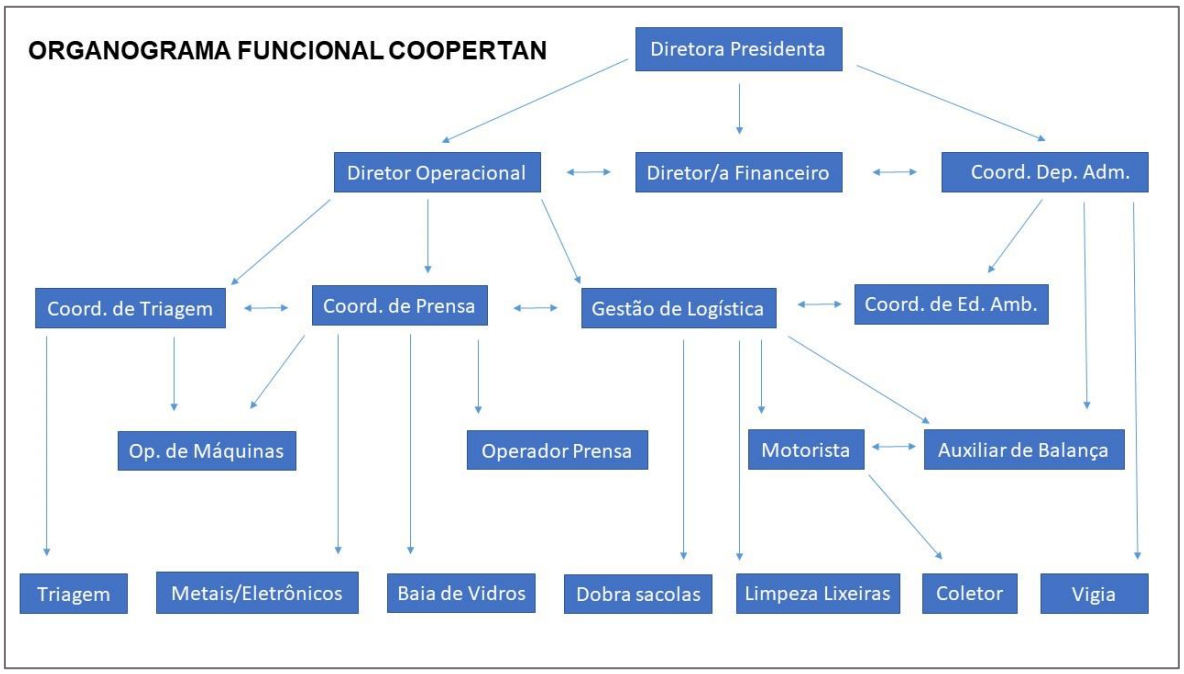
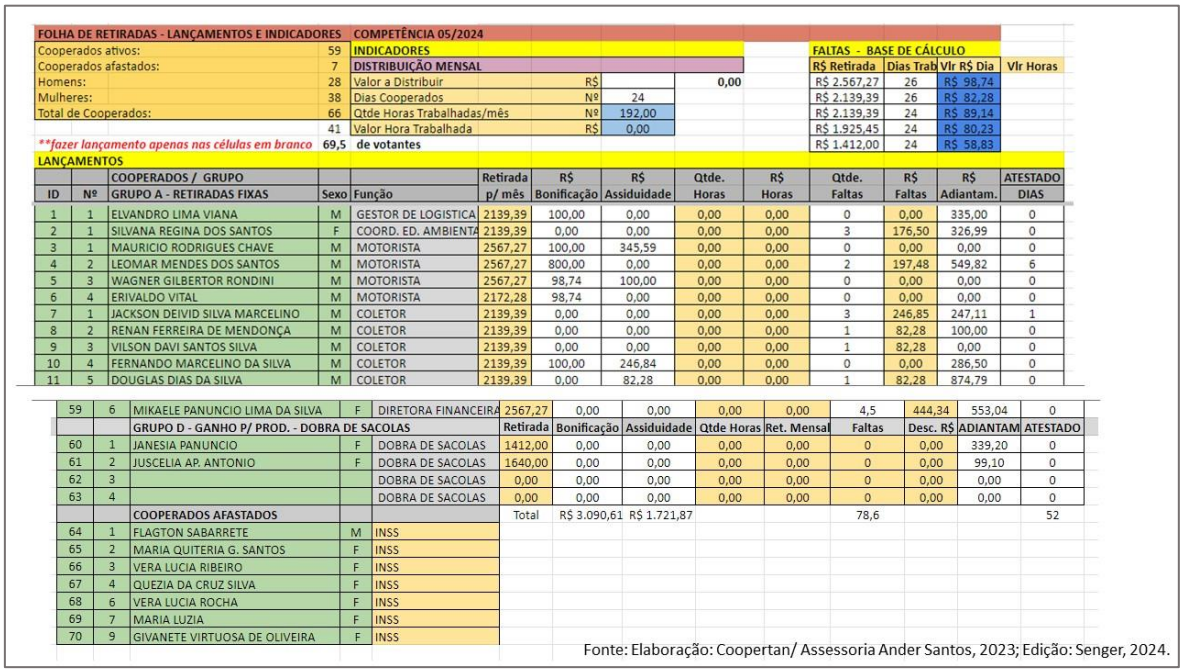


Imagem 2 – Folha de pagamento da COOPERTAN



FOLHA DE RETIRADAS - LANÇAMENTOS E INDICADORES		COMPETÊNCIA 05/2024											
Cooperados ativos:	59	INDICADORES						FALTAS - BASE DE CÁLCULO					
Cooperados afastados:	7	DISTRIBUIÇÃO MENSAL						R$ Retirada	Dias Trab	Vlr R$ Dia	Vlr Horas		
Homens:	28	Valor a Distribuir	R$		0,00			R$ 2.567,27	26	R$ 98,74			
Mulheres:	38	Dias Cooperados	Nº	24				R$ 2.139,39	26	R$ 82,28			
Total de Cooperados:	66	Qtde Horas Trabalhadas/mês	Nº	192,00				R$ 2.139,39	24	R$ 89,14			
	41	Valor Hora Trabalhada	R$	0,00				R$ 1.925,45	24	R$ 80,23			
**fazer lançamento apenas nas células em branco	69,5	de votantes						R$ 1.412,00	24	R$ 58,83			

LANÇAMENTOS

ID	Nº	COOPERADOS / GRUPO GRUPO A - RETIRADAS FIXAS	Sexo	Função	Retirada p/ mês	R$ Bonificação	R$ Assiduidade	Qtde. Horas	R$ Horas	Qtde. Faltas	R$ Faltas	R$ Adiantam.	ATESTADO DIAS
1	1	ELVANDRO LIMA VIANA	M	GESTOR DE LOGISTICA	2139,39	100,00	0,00	0,00	0,00	0	0,00	335,00	0
2	1	SILVANA REGINA DOS SANTOS	F	COORD. ED. AMBIENTA	2139,39	0,00	0,00	0,00	0,00	3	176,50	326,99	0
3	1	MAURICIO RODRIGUES CHAVE	M	MOTORISTA	2567,27	100,00	345,59	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0
4	2	LEOMAR MENDES DOS SANTOS	M	MOTORISTA	2567,27	800,00	0,00	0,00	0,00	2	197,48	549,82	6
5	3	WAGNER GILBERTOR RONDINI	M	MOTORISTA	2567,27	98,74	100,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0
6	4	ERIVALDO VITAL	M	MOTORISTA	2172,28	98,74	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0
7	1	JACKSON DEIVID SILVA MARCELINO	M	COLETOR	2139,39	0,00	0,00	0,00	0,00	3	246,85	247,11	1
8	2	RENAN FERREIRA DE MENDONÇA	M	COLETOR	2139,39	0,00	0,00	0,00	0,00	1	82,28	100,00	0
9	3	VILSON DAVI SANTOS SILVA	M	COLETOR	2139,39	0,00	0,00	0,00	0,00	1	82,28	0,00	0
10	4	FERNANDO MARCELINO DA SILVA	M	COLETOR	2139,39	100,00	246,84	0,00	0,00	0	0,00	286,50	0
11	5	DOUGLAS DIAS DA SILVA	M	COLETOR	2139,39	0,00	82,28	0,00	0,00	1	82,28	874,79	0
59	6	MIKAELE PANUNCIO LIMA DA SILVA	F	DIRETORA FINANCEIRA	2567,27	0,00	0,00	0,00	0,00	4,5	444,34	553,04	0
		GRUPO D - GANHO P/ PROD. - DOBRA DE SACOLAS			Retirada	Bonificação	Assiduidade	Qtde Horas	Ret. Mensal	Faltas	Desc. R$	ADIANTAM	ATESTADO
60	1	JANESIA PANUNCIO	F	DOBRA DE SACOLAS	1412,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0,00	339,20	0
61	2	JUSCELIA AP. ANTONIO	F	DOBRA DE SACOLAS	1640,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0,00	99,10	0
62	3			DOBRA DE SACOLAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0
63	4			DOBRA DE SACOLAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0
		COOPERADOS AFASTADOS			Total	R$ 3.090,61	R$ 1.721,87			78,6			52
64	1	FLAGTON SABARRETE	M	INSS									
65	2	MARIA QUITERIA G. SANTOS	F	INSS									
66	3	VERA LUCIA RIBEIRO	F	INSS									
67	4	QUEZIA DA CRUZ SILVA	F	INSS									
68	6	VERA LUCIA ROCHA	F	INSS									
69	7	MARIA LUZIA	F	INSS									
70	9	GIVANETE VIRTUOSA DE OLIVEIRA	F	INSS									

Fonte: Elaboração: Coopertan/ Assessoria Ander Santos, 2023; Edição: Senger, 2024.

ANEXOS

ANEXO 1 – FORMULÁRIO SIPES

.SIPES_FormPF_Coopertan(atualizando jan/24)

Arquivo Editar Ver Inserir Formatar Dados Ferramentas Extensões Ajuda

Compartilhar

COLETA DE DADOS

	A	B	C	D	E	F	G
1	Id	Categoria	NomeEntrevistado	Apelido	EstadoCivil	Profissão Ocup. Principal	DataEntrad Cooperativ
2	1	Cooperado	ANDREIA APARECIDA DOS SANTOS	Andreia	Casado	Catador - cooperado	2017
3	2	Liderança	Anelita Maria dos Santos	Anelita	Viúvo/a	Catador - cooperado	2014
4	3	Fundador - lixão	BARBARA MARIA DO PRADO	Barbara	Solteiro	Catador - cooperado	2013
5	4	Cooperado	Clicia Soares da Silva	Clicia	União Estável	Catador - cooperado	2021
6	5	Liderança	Dayane Batista da Rosa Silva	Dayane	Casado	Catador - cooperado	2023
7	6	Cooperado	Douglas Dias da Silva	Douglas	Casado	Catador - cooperado	17/08/2(

FICHA (impressão ou PDF)

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA
Esplanada dos Ministérios, bloco T, sala 331
CEP: 70059-900 - Brasília/DF
Fone (61) 2031-6534 - Fax (61) 2031-8221

Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat)
Campus Universitário de Tangará da Serra
Rodovia MT – 358, Km 07, Jardim Aeroporto
Tangará da Serra – MT – CEP: 78300-000
Telefone: (65) 3311-4900

SIPES - Sistema de Informações de Projetos da Economia Solidária
FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS – PESSOA FÍSICA

III - INFORMAÇÕES PESSOAIS

Ficha Nº: 015
1 Nome: [redacted] 2 Apelido: Nando 3 RG:
4 Nome da Mãe: Raquel da Conceição Silva 5 CPF: [redacted]
6 Endereço (rua, nº): rua curió, 5581-S 7 Bairro Jd: Ipês 8 NIS/PIS:
9 Res. Município/UF: Tangará da Serra-MT 10 Data Nascim.: 25/11/2003
11 Celular: 65 9 9931 2815 12 E-Mail: 13 Gênero: Masculino
14 Natural de: Maceió 15 UF: AL 16 Idade: 20
17 Não Possui Documentos Civil: *não se aplica* 18 Inscrito no CAD/UNICO:

IV - INFORMAÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS

18 Escolaridade: Fundamental 19 Profissão/Ocupação principal: Catador - cooperado
20 Setor/Atividade atual: coletor 21 Tempo na Cooperativa: 1 anos
22 Habilidades complementares:
23 Renda mensal: R$ 2.139,99 24 Renda familiar: 25 Membros família / nº filhos: 1
26 Filhos menores: 1 27 Filhos Educ. Infantil/Berçário (-6 anos): 1
28 Beneficiário de Programa de Transferência de Renda: nao
29 - Beneficiário de outro Programa de Transferência de Renda R$: *não se aplica*
30 Moradia: Alugada 31 Meio de locomoção: motocicleta
32 Participa de EES - Empreendimento Econômico Solidário: Coopertan 33 CNPJ - Nº: 09.166.938/0001-50
33 Categoria do Associado/Cooperado: Cooperado Experiência no lixão: Cooperado
34 Aprendizado:

28 Responsável pelo preenchimento: Neuri 29 Local: Tangará da Serra-MT 30 Data: 17/05/2024

Fonte: SIPES - Sistema de Informações de Projetos da Economia Solidária, 2009 - *Adapt: Senger, 2022-2024, pesquisa de mestrado*

ANEXO 2 – ROTEIRO - Perfil do Entrevistado

Pesquisa de Mestrado – Autorizada: Parecer/CEP nº 5.895.409 de 15/02/2023
Mestrando: Neuri Eliezer Senger - Fev/2023

INFORMAÇÕES PRELIMINARES:

Data da Entrevista: ____/____/____ **Local:** _____

AUDIO: Gravação: ( )sim ( )não ( ) autorizado | **IMAGENS:** ( )sim ( )não ( ) autorizado

ARQUIVO (tratamento): ( )Celular ( )Sony ( ) Nikon | Transcrição: ( )sim ( )não Data_____

Identif. Arquivo:_____

NOME: Usar nome: ( ) sim ( )não ( ) autorizado

PERFIL DO ENTREVISTADO

Pessoais:

1 Nome: _____ Idade: _____

2 Estado Civil: ( ) Solteiro/a ( ) Casado/a ( )Separado/Divorciado ( )Viúvo/a

3 Filhos: ( )não ( )1 ( )2 ( )3 ( )4 _____

3b Igreja – frequenta ( ) sim ( ) não qual_____

Trabalho

4 Empreendimento: ( ) Cooperativa ( ) Associação ( ) Poder Público ( )Fórum

5 Nome do Empreendimento:_____

6 Atividade no EES:_____

7 Cargo: _____ 8 Quanto Tempo no EES:_____

9 Porque veio trabalhar no EES_____

10 Jornada de trabalho: ( ) 20 horas ( ) 30 horas ( ) 40 horas / semanais

11 Atividade anterior: _____

12 Foi Catador no lixão: ( ) sim ( )não **13 Quanto tempo:**_____

14 Renda (dialogar sobre renda (se possível) – quanto ganha/é suficiente/tem sugestão/reclamação)

Movimento social (Formação Política – explicar/dialogar sobre)

14 Sabe sobre Economia Solidária? ( ) sim ( )não **15 Quanto tempo**:_____

16 Participou de algum curso/formação em Economia Solidária? ( )sim ( )não

Quais_____

17 Como chegou à Economia Solidária: _____

18 O que sabe/entende/compreende sobre AUTOGESTÃO (Conversar/explicar/dialogar)___

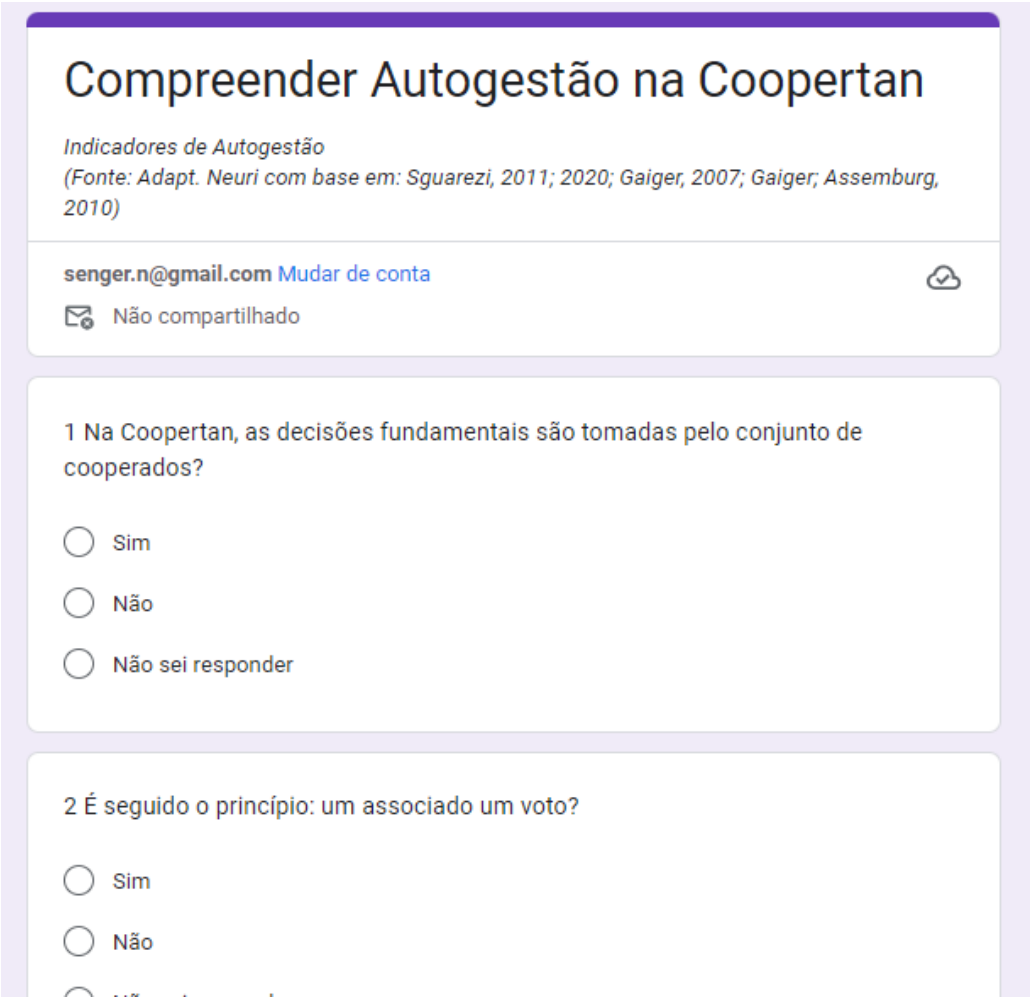
19 Participa de outros movimentos sociais (explicar o que é/como funciona)_____

Entrevistado – assinatura: _____

ANEXO 3 - Roteiro 2 – Entrevista: Compreensão da Autogestão

Subcategorias:
( ) As decisões fundamentais são tomadas pelo conjunto do grupo;
( ) Princípio: *um associado um voto*;
( ) Eleições diretas e livres do presidente;
( ) Voto secreto nas decisões fundamentais;
( ) Uso de ata e outros registros oficiais;
( ) Regularidade nas reuniões decisórias;
( ) Renovação dos quadros diretivos;
( ) Órgãos fiscalizadores independentes da direção;
( ) Socialização das informações entre os membros;
( ) Trabalhadores não associados apenas em caráter restrito;
( ) Atividades-fim realizadas apenas pelos sócios;
( ) Aporte em capital e trabalho similar entre os sócios;
( ) Envolvimento dos membros na gestão cotidiana do trabalho e doempreendimento;
( ) Participação igualitária de sócios homens e mulheres
Fonte: Sguarezi, 2011; 2020, p. 13, com base em: Gaiger, 2009; Gaiger & Assemburg, 2010, p. 12-13.

Figura - Adaptado pelo pesquisador e transposto para *Google Forms*,



ANEXO 4 – Contrato Samae/COOPERTAN 005/2022 [fragmento]

CONTRATO N. 005/SAMAE/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 016/2022/SAMAE
DISPENSA N. 002/2022/SAMAE

Pelo presente instrumento, **SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado na Avenida Brasil, nº 2350-E, Paço Municipal - Anexo, Jardim Europa, na cidade de Tangará da Serra, neste ato representado pelo seu Diretor Geral, **HELITON LUIZ DE OLIVEIRA,** brasileiro, portador da Cédula de Identidade **– RG** nº **728153 SSP / MT** e **CPF/MF 481.875.501-04,** residente e domiciliado nesta cidade de Tangará da Serra/MT, denominado **CONTRATANTE** e a **COOPERATIVA DE PRODUÇÃO DE MATERIAL RECICLÁVEL DE TANGARÁ DA SERRA – COOPERTAN**, inscrita no **CNPJ** sob o nº **09.166.938/0001-50**, localizada na Av. das Américas, nº 372-S, Jardim Alto da Boa Vista, em Tangará da Serra/MT, representada por sua atual Diretora Presidente, **BARBARA MARIA DO PRADO**, portadora do RG de nº 2227997-0 SSP/MT, inscrita no CPF sob o nº 038.161.621-50, residente e domiciliada na Rua 11, nº 1983, Vila Esmeralda, em Tangará da Serra/MT, denominada **CONTRATADA**, ajustam e contratam de conformidade às normas constantes das Leis nº 8.666/1993 e alterações posteriores, e demais normas aplicáveis ao objeto, de acordo com as cláusulas e condições adiante estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1 O presente Contrato, proveniente do Processo Administrativo nº **016/2022/SAMAE**, Modalidade **DISPENSA N. 002/2022/SAMAE**, tem por **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA SELETIVA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA - MT,** contratação fundamentada no artigo 24, inciso XXVII, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES E DO VALOR

2.1 Contratação de Empresa para a prestação de serviços de coleta seletiva e educação ambiental no território do Município de Tangará da Serra - MT, conforme discriminado a seguir:

a) Coleta Seletiva;
b) Educação Ambiental;
c) O Pagamento será realizado mensalmente, com medição por equipe de serviços prestados.
d) Os veículos coletores tipo baú deverão possuir sistema de rastreamento dos serviços via GPS e satélite e tacógrafo digital.

2.2 ESPECIFICAÇÕES:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QTD.	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
01	▪ **Coleta:** Coleta de Resíduos Sólidos Recicláveis e Educação Ambiental.	12 MESES	R$ 213.510,52	R$ 2.562.126,24
			VALOR TOTAL	R$ 2.562.126,24

2.2 O valor **TOTAL** estimado, deste Contrato é de**: R$ 2.562.126,24 (DOIS MILHÕES, QUINHENTOS E SESSENTA E DOIS MIL, CENTO E VINTE E SEIS REAIS E VINTE E QUATRO CENTAVOS).**

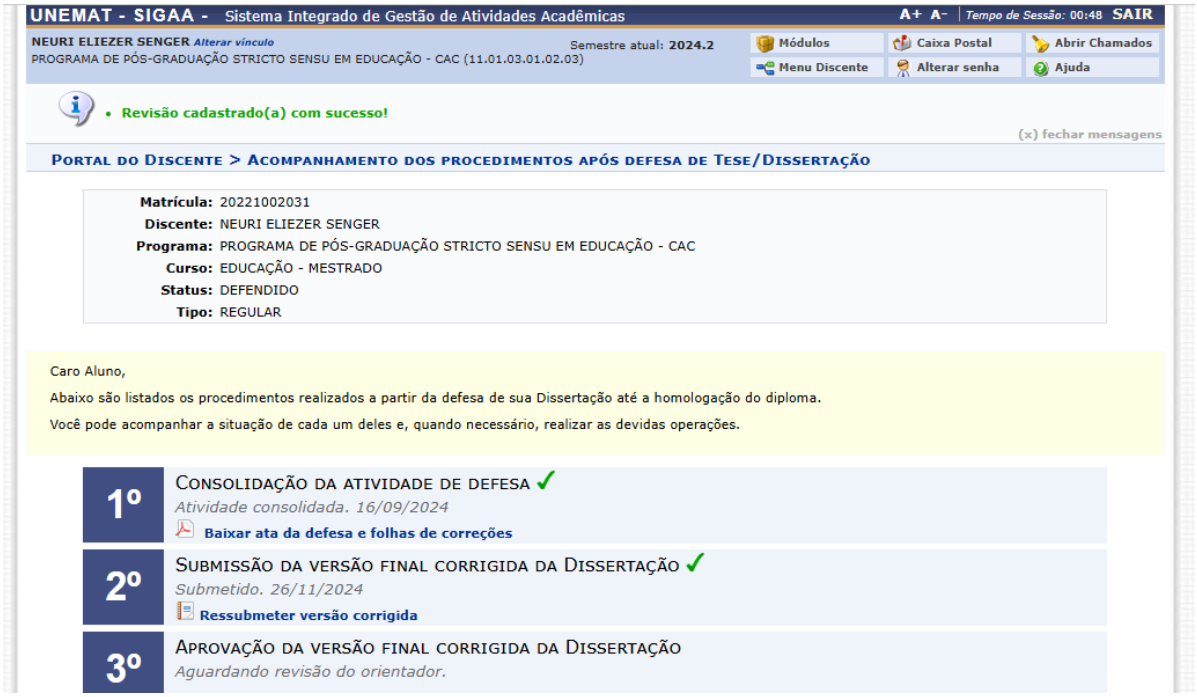
2.3 No valor mensal a ser pago à CONTRATADA estão inclusos:

a) Os custos de mão de obra, uniformes e EPI´s para execução dos serviços de coleta seletiva, processamento, comercialização de resíduos secos recicláveis e reutilizáveis;
b) Custo com INSS, PIS, COFINS e demais tributos pertinentes;

5.3.9 Não deverão ser coletados resíduos industriais Classe I; de serviços de saúde, Resíduos orgânicos; de construção e demolição; não deverão ser recolhidos de forma alguma os resíduos colocados no pátio ou área privada de residências ou estabelecimentos comerciais, em qualquer condição, exceto aos que não tenham espaço para fora ou impedido pela vigilância sanitária de depositar o material para fora do seu pátio ou terreno.
5.3.10 Os coletores deverão recolher todo resíduo disponibilizado para a coleta independentemente do tipo de acondicionamento do mesmo, sendo vedado transferir o conteúdo de um recipiente para o outro. Quando os resíduos forem disponibilizados em recipientes, os coletores deverão esvaziar os mesmos completamente, evitando danificá-los, e devolvê-los ao local onde originalmente foram disponibilizados.
5.3.11 Os caminhões coletores tipos baús deverão ter sistema de rastreamento dos serviços via GPS e satélite disponibilizados para o SAMAE. O serviço serve para monitorar a frota de veículos e em casos de dúvida no serviço, demonstrar a leitura integral da telemetria dos veículos.
5.3.12 O recolhimento dos resíduos se dará direto do seu local de disposição para o interior do compartimento de carga do veículo. **Não será permitido o amontoamento de resíduos de diversos imóveis em um único ponto**, para posterior carregamento.
5.3.13 Os resíduos caídos durante a coleta deverão ser varridos e recolhidos com pá, devendo o local estar limpo ao final do processo de coleta.
5.3.14 Os funcionários (coletores/garis) serão terminantemente proibidos de fazer catação ou triagem de resíduos, de ingerirem bebidas alcoólicas em serviço, e de pedirem gratificação ou donativos de qualquer espécie aos munícipes.
5.3.15 A equipe de coleta deverá contar na cidade com estrutura de apoio tanto operacional como administrativa, contando com no mínimo um gerente operacional, para ser o contato formal entre o município e a empresa, uma auxiliar de escritório para atender as solicitações da população.
5.3.16 A equipe de coletores somente deverá transitar na carroceria do caminhão durante realização da coleta dos resíduos.
5.3.17 O motorista, além de experiência em serviços similares dentro de área urbana, deverá ter como características ser cauteloso e cordial com a comunidade além de comprovar a qualificação através de curso de direção defensiva.
5.3.18 Os coletores deverão possuir capacidade física para o desempenho da função, trabalhar em boas condições de asseio pessoal e apresentação e serem educados com a comunidade, evitando que os serviços transcorram sem algazarras e de forma ordeira.
5.3.19 A equipe de educação ambiental deverá executar trabalhos de conscientização da população a fim de melhorar a separação dos resíduos pelos munícipes, aumentar a quantidade de material separado e orientar em como deve ser feito a separação e como é realizada a coleta.
5.3.20 Materiais como panfletos, cartazes, materiais publicitários na internet deverão ser elaborados e custeados pela contratada e deverão ser previamente aprovados pelo SAMAE, antes de sua vinculação e/ou distribuição.
5.3.21 Os serviços de educação ambiental deverão ser realizados nos bairros, feiras, escolas e outros eventos em que forem solicitadas pelo SAMAE a atuação da equipe.
5.3.22 A Contratada, no período de vigência do contrato, será a única responsável perante terceiros, pelos atos praticados pelo seu pessoal e pelo uso do material, excluindo o SAMAE e o Município de Tangará da Serra - MT de quaisquer reclamações. Também serão de inteira responsabilidade da Contratada todos os seguros, inclusive os referentes ao uso de materiais ou de locais eventualmente postos à disposição pela Administração do SAMAE, bem como o ressarcimento eventual de danos materiais ou pessoais causados a empregados ou aos terceiros em consequência da execução dos serviços contratados.
5.3.23 A Contratada, durante a vigência do contrato, deverá cumprir as determinações do Acordo Coletivo do sindicato da categoria.
5.3.24 O SAMAE poderá exigir a substituição de empregado da empresa contratada que estiver prestando serviços do presente contrato com conduta inadequada.
5.3.25 É vedado à Contratada ceder, subcontratar, terceirizar no todo ou em parte a prestação do serviço sem estar expressamente autorizada pela Administração do SAMAE. Qualquer cessão ou subcontratação feita sem autorização será nula sem qualquer efeito.
5.3.26 O SAMAE poderá exercer vistorias periódicas nas dependências da Contratada, para fins de fiscalização dos requisitos estabelecidos em contrato.

5.4 Equipamentos:

5.4.1 Para a execução dos serviços pertinentes a este projeto básico, a contratada deverá dispor, no mínimo, dos equipamentos abaixo relacionados:


UNEMAT - SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
A+ A- Tempo de Sessão: 00:48 SAIR
NEURI ELIEZER SENGER Alterar vínculo
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO - CAC (11.01.03.01.02.03)
Semestre atual: 2024.2
Módulos
Caixa Postal
Abrir Chamados
Menu Discente
Alterar senha
Ajuda
Revisão cadastrado(a) com sucesso!
(x) fechar mensagens
PORTAL DO DISCENTE > ACOMPANHAMENTO DOS PROCEDIMENTOS APÓS DEFESA DE TESE/DISSERTAÇÃO
Matrícula: 20221002031
Discente: NEURI ELIEZER SENGER
Programa: PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO - CAC
Curso: EDUCAÇÃO - MESTRADO
Status: DEFENDIDO
Tipo: REGULAR
Caro Aluno,
Abaixo são listados os procedimentos realizados a partir da defesa de sua Dissertação até a homologação do diploma.
Você pode acompanhar a situação de cada um deles e, quando necessário, realizar as devidas operações.
1º
CONSOLIDAÇÃO DA ATIVIDADE DE DEFESA
Atividade consolidada. 16/09/2024
Baixar ata da defesa e folhas de correções
2º
SUBMISSÃO DA VERSÃO FINAL CORRIGIDA DA DISSERTAÇÃO
Submetido. 26/11/2024
Ressubmeter versão corrigida
3º
APROVAÇÃO DA VERSÃO FINAL CORRIGIDA DA DISSERTAÇÃO
Aguardando revisão do orientador.